



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: DUAS MULHERES, DOIS DISCURSOS

GESSICA MAIARA DE OLIVEIRA SILVA

CATOLÉ DO ROCHA-PB

JUNHO DE 2018

GESSICA MAIARA DE OLIVEIRA SILVA

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: DUAS MULHERES, DOIS DISCURSOS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Mauriene Silva de Freitas

Católé do Rocha –PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Gessica Maiara de Oliveira.
Dois pesos, duas medidas, duas mulheres, dois discursos
[manuscrito] / Gessica Maiara de Oliveira Silva. - 2018.
156 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Agrárias, 2018.

*Orientação : Profa. Dra. Mauriene Silva de Freitas,
Coordenação do Curso de Letras - CCHA.*

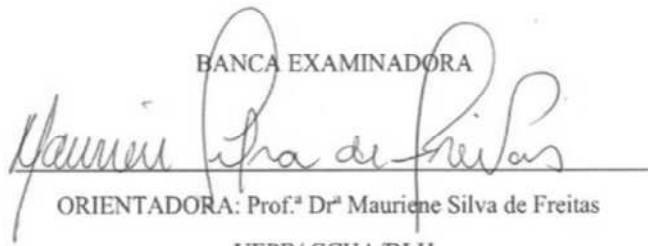
1. Análise Crítica do discurso. 2. Reportagem. 3.
Impeachment. 4. Dilma Rousseff. 5. Marcela Temer.

21. ed. CDD 401.41

GESSICA MAIARA DE OLIVEIRA SILVA

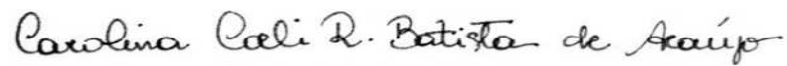
DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: DUAS MULHERES, DOIS DISCURSOS

BANCA EXAMINADORA



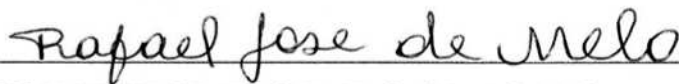
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Mauriene Silva de Freitas

UEPB/ CCHA/DLH



EXAMINADOR: Prof.^a Dr.^a Carolina Coeli Rodrigues Batista de Araújo

UEPB CCEA



EXAMINADOR: Prof. Dr. Rafael José de Melo

UEPB/ CCHA/ DLH

Aprovada em 13 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, glória e graças ao meu Deus, fonte inesgotável de vida e amor. Não fosse pela sua infinita bondade e misericórdia, não teria conseguido chegar até aqui. À ti desejo essa vitória, porque só tu me sondas e me conheces. Nas fases difíceis da vida, nos momentos em que mais temia não continuar, foi tu quem me deu forças, se fez presente a mim em espírito e também através de pessoas que me animaram e foram ombro amigo constante nessa caminhada.

Agradeço à minha mãe, **Giulandi**, minha vida, inspiração, melhor amiga, forte e destemida, mulher de fé. É mãe, nós conseguimos. Te amo muito. À minha irmã **Nara**, exemplo de ser humano, atenciosa, guerreira, que sempre esteve ao meu lado. Você é meu orgulho. Te amo muito. Agradeço também ao meu irmão **Venicius** que sempre me ajudou nas caminhadas da vida, se fazendo presente quando mais preciso. Você faz parte de mim.

À professora **Mauriene**, minha orientadora. Não tenho palavras para descrever a importância que teve e tem na minha vida. Obrigada por acreditar em mim, ser paciente, humana. Grata por conviver contigo e pela amizade. Que Deus e os anjos te guardem em todos os caminhos. Para além dos conhecimentos teóricos, obrigada pela generosidade de compartilhar seus ensinamentos de vida comigo. Você é minha inspiração. Agora, meu maior sonho é poder fazer e ser pra alguém o que você fez e representa para mim. Admiração, carinho e gratidão. Te amo, *Magistra*. Obrigada por tudo. Espero que não percamos o contato.

Agradeço também ao professor **Rafael** que, gentilmente, aceitou o convite para participar da banca examinadora. É uma honra poder apresentar o trabalho e receber suas contribuições. Muito obrigada!!! Também sou grata à professora **Carolina Coeli** que, mesmo atuando em outra cidade, se dispôs a participar da banca examinadora. Para mim, é uma honra. Foi nas suas aulas que me encantei pela linguística. Te admiro muito. Grata por todos os ensinamentos. Me inspiro em você como pessoa e profissional.

Ao meu amigo e namorado **Junior Saraiva** por sempre me fazer acreditar que conseguiria. Obrigada por me ensinar a enxergar a vida com leveza e humor. À minha amiga **Iranuza**, o meu muito obrigada por ter sido fundamental nessa etapa final. Sem suas palavras e orações, tudo seria mais difícil.

Por fim, agradeço a todos os funcionários, professores e amigos que fizeram parte dessa trajetória. Muito amor por essa instituição que foi durante muitos anos o meu melhor

lugar, o meu lar. Meu cajueiro, as lembranças vividas aqui são como tuas raízes que ficam no chão e florescem dando bons frutos. Assim, fincarei meus pés em outras terras, mas nunca esquecerei das minhas raízes.

Nós conseguimos!!! Deus seja louvado e será.

“Aprende-se a resistir porque não resistir é entregar o mundo na mão deles e eles são menos que nada. Resistir significa simplesmente mostrar a que veio e quanto pior a disputa mais prazerosa é a vitória. [...]” (CHARLES BUKOWSKI)

RESUMO

O presente estudo intitulado “**Dois pesos, duas medidas: duas mulheres, dois discursos**” objetiva analisar a representação feminina das matérias das revistas IstoÉ e Veja que tratam, respectivamente, do enfoque às mulheres Dilma Rousseff e Marcela Temer. Cabe destacar que, enquanto Dilma Rousseff é alvo central no processo de *impeachment*, Marcela Temer é envolvida indiretamente por ser esposa do vice-presidente Michel Temer. Ademais, é valendo-se na representação feminina dessas mulheres nas matérias das revistas em análise que são apontadas as seguintes problemáticas: quais aspectos as separa, o que as une, o porquê da diferença de tratamento entre uma e outra dias antes e depois da votação do processo pela admissibilidade do impedimento na câmara dos deputados, quais os papéis sociais desempenhados por elas. É sabido que, ao longo da história, à mulher foi atribuída uma série de estigmas e restrições. A solidificação social da hegemonia masculina está ancorada historicamente através do machismo que preconiza a ideologia de que a mulher é inferior ao homem e destinada somente as atividades específicas como as domésticas, reservada a esfera privada. Apesar dos avanços conquistados pelo mulherio através dos movimentos feministas, não se pode negar a recorrência de um padrão tradicional do papel social de mulher através dos valores do casamento, maternidade, cuidado com a beleza e a feminidade. Para tanto, a referida pesquisa é centrada na abordagem teórico metodológica de Fairclough de análise crítica do discurso (ACD), a partir do tripé das instâncias sócio discursivas: Texto/prática discursiva/ prática social. A teoria faircloughiana parte do discurso como princípio para a investigação das mudanças discursivas e social. No que tange aos arcabouços teóricos, temos as leituras suplementares dos textos de Beauvoir (1967), Miguel e Biroli (2014), Wolf (2012) sobre a construção social do feminino e os feminismos, dentre outros. Nesse sentido, podemos perceber a construção hegemônica dos discursos ideológicas no *corpus* quando implica à Marcela uma noção de “mulher ideal”, enquanto Dilma Rousseff é desqualificada emocionalmente.

Palavras-chave: Análise Crítica do discurso. Reportagem. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Marcela Temer.

ABSTRACT

The present study entitled "*Two Weights, Two Measures: Two Women, Two Discourses*" aims to analyze the feminine representation of the subjects of the magazines *IstoÉ* and *Veja* that deal respectively with the focus on women Dilma Rousseff and Marcela Temer. It should be noted that while Dilma Rousseff is the central target in the impeachment process, Marcela Temer is indirectly involved as the wife of Vice-President Michel Temer. In addition, it is based on the feminine representation of these women in the subjects of the journals under analysis that are pointed out the following problems: which aspects separate them, what unites them, why the difference in treatment between one and another days before and after the vote of the procedure for the admissibility of the impediment in the Chamber of Deputies, what social roles they play. It is well known that, throughout history, the woman has been attributed a series of stigmas and restrictions. The social solidification of masculine hegemony is anchored historically through machismo that advocates the ideology that woman is inferior to man and destined only the specific activities like the domestic ones, reserved to private sphere. Despite the gains made by women through the feminist movements, one can not deny the recurrence of a traditional pattern of the social role of women through the values of marriage, maternity, care for beauty and femininity. In order to do so, this research is centered on Fairclough 's methodological approach to critical discourse analysis (ACD), based on the tripod of social discursive instances: Discursive text / practice / social practice. The faircloughian theory starts from discourse as a principle for the investigation of discursive and social changes. With regard to the theoretical frameworks, we have the supplementary readings of Beauvoir (1967), Miguel and Biroli (2014), Wolf (2012) on the social construction of feminine and feminisms, among others. In this sense, we can perceive the hegemonic construction of the ideological discourses in the corpus when it implies to Marcela a notion of "ideal woman", while Dilma Rousseff is emotionally disqualified

Keywords: Critical Discourse Analysis. Report. Impeachment. Dilma Rousseff. Marcela Temer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO FEMININO.....	11
1.1.1 Breve Histórico da divisão social e sexual do trabalho	54
1.2 Os feminismos: apontamentos teóricos	66
2. MODELO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO, PROPOSTO POR NORMAN FAIRLCOUGH À LUZ DOS PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	83
2.1 Noções de gênero textual: a natureza constitutiva da reportagem	93
3. ANÁLISE	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	140
ANEXO	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Concepção tridimensional do discurso	83
Figura 02: Primeiras páginas da matéria sobre a presidenta Dilma Rousseff	95
Figura 03: Imagem referente aos discursos e pessoas para quem a presidenta teria ofendido	97
Figura 04: Ilustração da presidenta com um autofalante direcionado para o juiz Sergio Moro	102
Figura 05: Placar referente à possível votação na câmara dos deputados, ainda em 17 de abril de 2016	108
Figura 06: Capa da revista IstoÉ.....	109
Figura 07: Capa da revista IstoÉ.....	110
Figura 08: “Medusa Murtola”, obra de Michelangelo	110
Figura 09: Quadro comparativo do comportamento entre Fernando Collor e Dilma Rousseff nos processos de <i>impeachment</i>	112
Figura 10: Quadro comparativo com a D. Maria I, primeira rainha de Portugal, considerada de “A louca”.	113
Figura 11: Imagem de Dilma Rousseff em um evento do Minha Casa Minha Vida	120
Figura 12: Quadro referente à postura dos aliados da presidenta.....	120
Figura 13: Imagem de Marcela Temer na revista Veja	122
Figura 14: Imagem de Marcela Temer na revista Veja	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 01.....	137
----------------	-----

INTRODUÇÃO

O referido trabalho intitulado “*Dois pesos, duas medidas: duas mulheres, dois discursos*” tem por objetivo geral analisar a representação feminina das matérias das revistas IstoÉ e Veja que tratam, respectivamente, do enfoque às mulheres Dilma Rousseff e Marcela Temer.

Considerando a representação feminina de Dilma Rousseff e Marcela Temer nas matérias das revistas em análise, nosso estudo será concentrado em alguns questionamentos: quais aspectos as separa, o que as une, o porquê da diferença de tratamento entre uma e outra dias antes e depois da votação do processo pela admissibilidade do impedimento na câmara dos deputados, quais os papéis sociais desempenhados por elas. É sabido que a historiografia feminina é permeada por estigmas, estereótipos, dentre tantas outras formas de violência imputadas ao mulherio. A cristalização das práticas hegemônicas masculinas constituídas historicamente permeiam, naturalizam e eternizam na ordem social o ideário de inferioridade feminina em contrapartida à virilidade, desempenho ativo pelos homens.

É através do sistema patriarcal que a ideologia machista é gerada, determinando espaços sociais distintos aos sexos. Aos homens, é reservado a esfera pública enquanto à mulher é destinado ao ambiente doméstico. Apesar dos avanços conquistados pelo mulherio através dos movimentos feministas, não se pode negar a recorrência de um padrão tradicional do papel social de mulher através dos valores do casamento, maternidade, cuidado com a beleza e a feminidade.

Assim, nosso *corpus* compreende as matérias das revistas na forma impressa. A primeira “UMA PRESIDENTE FORA DE SI” contida em “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE” veiculada pela IstoÉ, edição nº 2417, ano 39, no dia 06 de abril de 2016, tem como ponto central os comportamentos da presidenta frente ao seu impedimento. Já a segunda, “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’”, edição extra nº 2474, publicada na internet em 18 de abril, um dia após a votação na câmara dos deputados pela admissibilidade do processo de *impeachment*, e distribuído na versão impressa no dia 20 do referido mês, traça um perfil sobre Marcela, sua vida, atribuições e convívio com o marido, além de depoimentos de pessoas próximas.

Para a análise dos seguintes discursos da referida pesquisa de natureza analítica, nos utilizaremos da abordagem teórico/metodológica proposta por Norman Fairclough em seu modelo tridimensional do discurso presente no livro “Discurso e Mudança Social” (2001).

Concentrado nas três tradições analíticas: texto, prática discursiva e prática social. Dessa forma, para Fairclough (2001) o discurso contribui para a construção de estruturas, tipos de sujeitos, bem como sistemas de conhecimento e crenças, por isso é considerado como uma forma de prática social, a ação humana sobre a linguagem em sociedade.

Na arena de significação, é no e pelo discurso que as ideologias são produzidas, mantidas, constituídas pelos indivíduos sociais. Segundo Fairclough (2001, p. 117), "as ideologias são significações da realidade, construídas em várias dimensões discursivas que contribuem para a produção ou a transformação das relações de dominação". Assim, o nosso trabalho está disposto em três seções. Na primeira, intitulada "A construção social do feminino" traremos um apanhado histórico sobre a condição feminina, a divisão social e sexual do trabalho, até os feminismos: apontamentos teóricos"

Na segunda, o "Modelo Tridimensional do Discurso, proposto por Norman Fairclough" abordaremos a teoria metodológica de análise do discurso do referido teórico inglês e depois, traremos algumas considerações sobre os gêneros textuais e a natureza constitutiva da reportagem. Já o último momento corresponde a análise propriamente dita dos nosso *corpus*. Fazendo uso dos apontamentos teóricos/ metodológicos da Fairclough, exporemos as análises das matérias das revistas IstoÉ e Veja, que tratam, respectivamente de Dilma Rousseff e Marcela Temer.

1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO FEMININO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Essa inscrição presente na obra mais famosa de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, (1949) considerada um marco nas questões de gênero, traz à tona a ideia de que não há nenhum destino, seja ele fisiológico, psicológico, econômico que defina a mulher enquanto tal. É no seio da sociedade, em contato com o outro, que a sua identidade é formada, sendo esta uma escolha socialmente construída.

Ademais, a obra apresenta reflexões sobre as construções da condição feminina. Estruturada inicialmente nas primeiras fases da mulher, a parte intitulada de “FORMAÇÃO” conta com capítulos sobre a infância, a moça, a iniciação sexual, a lésbica. Na segunda parte, “SITUAÇÃO” são abordados “a mulher casada, a mãe, a vida social, prostitutas e hetairas, da maturidade à velhice, situação e caráter da mulher. Quanto à terceira, “JUSTIFICAÇÕES” esta aborda “a narcisista, a amorosa e a mística” enquanto que a quarta parte “A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO” traça um capítulo único sobre “a mulher independente”

Segundo a época da autora, século XX, a mulher estava circunscrita totalmente aos moldes patriarcais. Sua vida consistia ao recato nos comportamentos e ambiente doméstico. Assim, Beauvoir realiza um panorama da sociedade. Dito isto, agora é válido reiterar sobre a infância do menino e a menina a fim de lançarmos olhar sobre o trato diferenciado entre um e outro num período natural da desmama e parada. Inicialmente, ainda recém-nascido, é envolto no ventre caloroso e aconchegante da mãe que a criança vai percebendo e, gradativamente, apreendendo os objetos ao seu redor. Para obter atenção e, deste modo, seduzir a outrem, ela se manifesta através de gestos. É nesse exibicionismo contínuo que a criança encontra a justificação do seu ser, uma vez que só é revelado singularmente quando envolto sob os olhares maternos.

Todo crescimento indica/implica uma mudança e, na primeira fase, os pequenos, receosos da ausência de afeto, dos beijos, do colo e o fim das noites na cama entre o casal, temem, através da frustração física, o abandono que traz essa nova fase. Tal subtração é nítida e mais aparente no trato diferenciado entre o menino e a menina por parte dos pais. Nessa segunda fase da desmama, ao menino, a mãe evita-lhe beijos, carícias o que não ocorre o mesmo com a menina que encontra-se encerrada nas saias da mãe. Também ao menino é proibido qualquer demonstração de sentimento, principalmente o de fraqueza. “Ao menino, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrece. ‘Um homem

não pede beijos...um homem não se olha no espelho... um homem não chora””, dizem-lhe (BEAUVOIR, 1967, p.12, grifos do autor)

É ainda criança que é mistificado pela sociedade o ideário de superioridade nos meninos a partir da suposta inferioridade feminina. Tal sentimento é lhes insuflado a partir do órgão sexual. A ideia de macho encontra significação a partir da adoração do pênis por parte da mãe e/ ou pessoas responsáveis pelo cuidado dos pequenos.

É no falo, pênis ereto, a máxima de sua masculinidade. Considerado um ser transcendente, dado as “habilidades”, a anatomia desse órgão, é visto por alguns como um *alter ego*, mais inteligente, dinâmico do que o próprio indivíduo, logo há então no universo masculino uma relação de duplo com o pênis. Sendo um arquétipo é quando se acha imponente que explode em orgasmo a energia fertilizadora através da íntima conexão com o seu interior.

Essa relação do duplo não pode ser encontrada na realidade sexual das meninas. Para o menino, a segunda desmama é compensada a partir da sua virilidade, ao passo que para as meninas seus órgãos genitais são censurados, não lhes é incentivada o culto a essa parte do corpo tão indiferente a elas, podemos considerar que

[...] a sorte da menina é muito diferente. Nem mães, nem amas tem reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixa pegar; em certo sentido, a menina não tem sexo (BEAUVOIR, 1967, p.14)

Ainda sobre os órgãos genitais, a existência de um pênis nos meninos causa, nas meninas estranheza. Primeiramente, a anatomia causa curiosidade, essa diferenciação sexual é para elas a mais impressionante, posto que incita uma independência e poder através do ato de urinar em pé, sem nenhum medo de esconder suas partes íntimas por estas lhe causarem vergonha, incômodo, pelo contrário, é no manuseio com o pênis que o menino se vangloria da estética e poder conferido a esse ser transcendente e parte deste.

Esse *alter ego* presente no universo masculino, no qual ele se reconhece, instaura a noção de subjetividade, pois o próprio objeto em que se aliena é também símbolo de sua transcendência, autonomia. A menina, que não se acha encarnada em nenhum objeto, põe nas mãos algo que pode representar simbolicamente essa carência de *alter ego*, uma boneca.

É na e com a boneca que a menina procurará compensar a ausência de um órgão transcendente, porém, o duplo da boneca ao representar na totalidade um corpo, em contrapartida este se encontra passivo, sem autonomia. A menina a enfeita, imagina e projeta-se sendo uma e

[...] é através de cumprimentos e censuras, de imagens e de palavras, ela descobre o sentido das palavras “bonita” e “feia”; sabe, desde logo, que para agradar é preciso ser “bonita como a imagem”; ela procura assemelhar-se a uma imagem, fantasia-se, olha-se no espelho, compara-se às princesas às fadas dos contos (BEAUVOIR, 1967, p. 20, grifos do autor)

Esse narcisismo tão precocemente observado nas meninas é reflexo da vida da mulher que, desde a infância foi incentivada a atrair olhares, ser graciosa, coquete. A influência do ambiente, educação teve papel fundamental na construção de tais estereótipos. Além disso, no que diz respeito as compensações da separação da desmama através de condutas de sedução e parada, “ao menino obrigam a ultrapassar essa fase, libertam-no de seu narcisismo fixando-o no pênis; ao passo que a menina é confirmada na tendência de se fazer objeto, que é comum a todas as crianças” (BEAUVOIR, 1967, p. 21)

É fazendo-se, impondo-se que ele se faz ser, enquanto que para as meninas é omitindo, renunciando sua autonomia, tornando-se objeto que conseguirá agradar a outrem, afirmando-se, desta forma, enquanto essencial. Um outro traço importante é a passividade, característica para uma mulher feminina. Este destino lhe é imposto socialmente. Enquanto o menino sobe em árvores, brigando com colegas, escalando, participando de atividades que envolvem força e violência, a menina é proibida de tais práticas. Enclausurada num universo feminino com restrições, aos meninos sua virilidade é respeitada, à menina, ensinam-lhe a cozinhar, cuidar da casa e ao mesmo tempo da *toilette*¹, seduzir, mas com pudor, vestem-na com peças que a incomodam, há também todo um cuidado com os cabelos que são, insistentemente escovados.

Na realidade do século XX, encerrada na vida da mãe, a menina almeja ser ela (a questão do matriarcado apresenta-se desde a infância) então imita todos os movimentos da mãe, adentra no destino ao qual é imposto à mulher. Logo cedo, aprende que é no seio materno que os filhos são formados e uma série de atividades domésticas lhe são atribuídas. Ela é condicionada a ser uma “mulherzinha”, ou seja, a viver a condição social destinada socialmente.

Estas ocupações acabam por ser uma compensação, uma vez que o universo feminino é restritivo se comparado ao dos meninos. À medida que a criança cresce, um universo de superioridade masculina é instaurado socialmente e é no seio familiar que essa hierarquia de sexos é primeiro notada. No seio da família, a soberania paterna é respeitada e adorada, pois

¹ Termo francês que designa ação de se arrumar, vestir, cuidar da aparência. Vestuários, acessórios combinados para certas ocasiões.

[...] ele é quem alimenta a família, é o responsável e o chefe. Habitualmente trabalha fora e é através dele que a casa se comunica com o resto do mundo: ele é a encarnação desse mundo aventureiro, imenso, difícil, maravilhoso; ele é a transcendência, ele é Deus (BEAUVOIR, 1967, p. 29)

Tendo como referência a figura paterna, o menino encarna no pai a superioridade masculina e essa hierarquia é notada, aos olhos da menina, através dos discursos dos mais variados gêneros, dentre eles o religioso exerce forte influência nessa relação. É pregado a ideologia de supremacia masculina a partir dos representantes da instituição sagrada tais como: Deus, bispo, papa, com isso, à mulher cabe respeitar, adorar o homem sendo passiva, submissa a ele.

Contudo, há um momento de revolta por parte da menina quanto à vida servil e simplória da mãe. Essa rotina enfadonha, vulgarizada, de cuidar única e exclusivamente das atividades domésticas, ser submissa ao marido e filhos e comportar-se socialmente de forma recatada, contida.

O mesmo impulso, que nas hordas primitivas submete a mulher à supremacia masculina, traduz-se em cada nova iniciada por uma recusa de seu destino: nela, a transcendência condena o absurdo da imanência. Ela se irrita por ser freada pelas regras de decência, embaraçada por suas roupas, escravizada aos cuidados da casa, detida em todos os impulsos. (BEAUVOIR, 1967, p. 37)

Essas vontades recalçadas gera na menina uma inquietação e questionamentos sobre a qualidade de sua condição. As práticas, vestimentas, regras sociais, tudo lhe censura, mas é quando, fazendo o aprendizado do mundo, que se descobre mulher que tal estranhamento é dotado de significação.

Essa relação de alteridade é dada pela distinção entre o ser homem e ser mulher. O homem apresenta-se como essencial, o ser em si, autônomo, transcendente, ao passo que a mulher é o inessencial, desempenha papel secundário, inferior e depende do homem para que sua existência seja dotada de significação. Ademais, encontra-se envolta no universo masculino, presa à ideologia patriarcal que institui o homem como o superior, soberano. Diante de tais relações distintas “a menina revolta-se particularmente quando compreende que é virgem e selada e que, para transforma-la em mulher, será necessário que um sexo de homem a penetre.” (BEAUVOIR, 1967, p. 45).

Contudo, há um período de transição no corpo da menina por volta dos 12 ou 13 anos. Essa metamorfose ocorre no período da puberdade quando o corpo feminino sofre

transformações e uma anatomia nova é instaurada, os seios se desenvolvem, o sistema piloso, como também tais mudanças são reverberadas no comportamento. Um sentimento de vergonha, pudor, torna-se presente a partir do momento em que

[...] sente que o corpo lhe escapa, não é mais a expressão pura de sua individualidade; torna-se-lhe estranho; e, ela é encarada por outrem como Uma coisa: na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de mostrar carne e medo de mostrar essa carne (BEAUVOIR, 1967, p. 48)

O receio de ser e apresentar-se enquanto carne é proveniente dos olhares alheios e penetrantes dos homens, o jugo do desejo infringe-as profundamente. As meninas sentem-se um objeto frente à curiosidade e malícia que lhes intimida. A partir daí, muitas jovens sentem repugnância de seu corpo, pois, além da vergonha, temem as investidas masculinas.

Se para elas o momento é complexo, conturbado, para eles, o aparecimento dos pelos trazidos pela puberdade é motivo de orgulho, masculinidade. Deste modo, o pênis tira seu valor privilegiado do contexto social, ao passo que esse mesmo contexto atribui à menstruação um valor negativo. É um conjunto de condicionamentos sociais e biológicas que determina os conceitos de masculinidade e feminilidade. Vale destacar que a feminilidade é uma alteridade, noção de inferioridade, sua aceitação é condição essencial para a fase adulta. Conjunto de comportamentos e papéis atribuídos às meninas e mulheres.

Podemos notar esse ideal de feminilidade no *corpus* do nosso trabalho, na matéria “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’” em que a revista *Veja* traça um perfil de mulher a partir dos ideais de beleza, recato e passividade atribuídos à Marcela Temer.

E é no aparecimento das regras que a menina conhece o seu destino. O corpo da mulher apresenta-se como um “mapa” repleto de zonas erógenas que, submetidas à estímulos gera a excitação sexual, e, por conseguinte, o prazer. Tais estímulos são desenvolvidos a partir do toque e da interação com o outro. As transformações ocorridas no corpo é a instalação do futuro que a espera. Socialmente, a mulher é destinada ao homem uma vez que ela

[...] sempre esteve convencida da superioridade viril; esse prestígio dos homens não é uma miragem pueril. Tem bases econômicas e sociais; são indiscutivelmente os senhores do mundo, tudo persuade a adolescente de que é de seu interesse tornar-se vassala, seus pais a incitam [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 66- 67)

A solidificação social da hegemonia masculina está ancorada historicamente através do machismo que preconiza a ideologia de que a mulher é inferior ao homem e destinada tão

somente às atividades específicas tais como as domésticas. Presa na vida mundana, à mulher, cabe cuidar da casa, marido e filhos enquanto que o homem exerce atividade remunerada fora de casa, é o provedor da família, digno de valor privilegiado.

Em contrapartida, atualmente, no século XXI essa situação apresenta algumas mudanças da relatada por Beauvoir, no século passado. Hoje, as mulheres, através das lutas dos movimentos feministas, ganharam espaço e protagonismo nos espaços públicos. Ocupam cargos de destaques e representatividade, assim é com a presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita à presidência no Brasil, do qual falaremos adiante no *corpus* do nosso trabalho pela matéria veiculada pela IstoÉ “UMA PRESIDENTE FORA DE SI”.

Mas também há algumas mulheres que dialogam com essa condição referenciada pela autora, como observamos na matéria da revista Veja, em que Marcela Temer é apresentada como amorosa, que se destina ao cuidado com o filho, Michelzinho, casa, além de auxiliar o seu marido nas notícias digitais, esse é o seu único contato com a vida pública, uma vez que não exerce nenhuma atividade remunerada, apenas Michel Temer é o provedor da família.

Votada à passividade e submissão, a jovem acredita que são os homens superiores e dotados de virtudes. A situação biológica da mulher corrobora para que tal afirmativa seja atestada, haja vista que o corpo delas é todo mistério, uma carne frágil, repleto de desordens orgânicas que a intimidam, ao passo que para o homem, o seu corpo masculino é motivo de orgulho; o pênis assegura-lhe a virilidade, o aparecimento dos músculos e os impulsos eróticos reforçam a ideia de força. É do corpo masculino que emana transcendência e poder.

Seu corpo é todo mistério, a jovem não é incentivada a explorá-lo, bem como conhecê-lo, antes, este é encarado como algo a ser resguardado. É que as diversas desordens orgânicas produzidas nele resultam numa série de instabilidades e modificações físicas que geram uma angústia que corrói o corpo feminino. Dentre as modificações encontradas estão os músculos que são menos desenvolvidas do que nos meninos.

Tal fraqueza física gera um sentimento de impotência nas mulheres, uma vez que, desde cedo, são inibidas de exercer práticas violentas e/ou de esportes que requerem força corporal, logo, não ousam revoltar-se, empreender-se, o mundo e as coisas apresentam-se como imutáveis. Deste modo, votada à resignação, docilidade encara a ordem das coisas e não encontra outro caminho a não ser o de assumir o lugar já destinado a ela socialmente.

É no conjunto das situações restritivas que o complexo de inferioridade emerge. No que diz respeito aos comportamentos e valores entre meninos e meninas, há uma disparidade. É possível observar tal constatação a partir do trato da mãe. Já na adolescência, é respeitado o

direito do rapaz de tornar-se logo um homem e dão uma grande liberdade, já às jovens, há uma hostilidade da matrona em relação à liberdade da filha que procura freá-la, fiscalizando as saídas, além de uma série de condicionamentos apresentados a jovem.

Sobre essa relação referenciada por Beauvoir, podemos destacar também a de Marcela Temer com a sua mãe “[...] Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer” (LINHARES, 2016, p. 29) Assim, notamos a recorrência de uma prática tradicional da condição feminina.

Tal repressão é reverberada quando não lhe encorajam a realização dos seus prazeres e divertimentos e principalmente encerram-na a um destino, não oferecendo um caminho inverso. E é tomada pelo sentimento de incapacidade de não bastar-se a si mesma que a timidez assola toda a sua vida e a faz crer que todas as glórias são aos homens reservadas. “Longe de se dedicar ao homem porque se sente inferior a ele, é porque a ele se acha destinada que, aceitando a ideia da sua inferioridade, ela a constitui” (BEAUVOIR, 1967, p. 73) No seio da família, as mães ensinam as adolescentes algumas regras de etiquetas e de comportamentos visando, principalmente, a criação de laços íntimos com os rapazes e o quesito primeiro é o da passividade.

Para agrada-los, é pregado que a jovem deve mostrar servilidade e abdicar de suas vontades, pois a ousadia não é bem quista pelos rapazes, além disso, um outro ponto primeiro notável é a estética feminina. O corpo, as vestimentas, os “modos”, a feminilidade são postos em xeque, uma vez que convém às mulheres seguir algumas condutas de comportamento e etiquetas logo “ser feminina é mostrar-se impotente, fútil, passiva, dócil. A jovem deverá não somente enfeitar-se, arranjar-se, mas ainda reprimir sua espontaneidade e substituir, a esta, a graça e o encanto estudados que lhes ensinam as mais velhas. Toda afirmação de si própria diminui sua feminilidade e suas probabilidades de sedução” (BEAUVOIR, 1967, p. 73)

Na exaltação ao belo, o corpo feminino apresenta-se então como um objeto passivo, a singularidade de seu eu contido, sendo que é através da glorificação do seu corpo por parte dos olhares e galanteios de outrem que encontra confirmação de sua beleza. É que ela quer ser bela para seduzir o homem, vive em função deste e, portanto, os elogios masculinos são indissociáveis para assegurar sua condição de bela e sedutora. Assim é Marcela Temer, uma mulher recatada, que gosta de cuidar da beleza e pouco aparece em público.

Envolvida nos ensinamentos da mãe e nas práticas sociais, ou seja, encerrada na condição social que lhe é imposta, a jovem passa a acreditar ser tão somente por meio do

homem que sua existência e dignidade social será alcançada. “O eu é constituído para outrem, por outrem: quanto mais poderoso é esse outrem tanto mais esse eu tem riquezas e poderes” (BEAUVOIR, 1967, p. 86). Deste modo, ela lançara de sua feminilidade para conquista-lo e o coquetismo, tão questionado algumas vezes na infância e início da adolescência, é ressuscitado.

Ancorada nessa ideologia de dominação masculina, mascarada em princípios e comportamentos a ser seguidos pelas jovens no intuito de assim obterem a sua visibilidade social, elas procuram um homem que jugam ser superior, com uma posição privilegiada, estabilidade econômica e inteligência. Tal superioridade idealiza o amor que a jovem dedica-lhe, pois logo é atraída pelo seu status e somente ao lado de um ser essencial que obterá todas essas riquezas para si. Podemos associar esses princípios à Marcela, uma adolescente que se envolveu com um homem de grande prestígio social, Michel Temer, deputado federal, 62 anos, com quem contraiu matrimônio aos 20 anos.

Todavia, há ainda conflito entre o narcisismo e a sexualidade a que é destinada. A mulher sente-se orgulhosa pelos olhares e admiração que suscita, mas recua se estes lhe são recíprocos, é que as condutas masculinas mostram-se demasiadamente paradoxas. O desejo masculino é tanto um elogio quanto uma ofensa. Essa cólera de ser considerada objeto que acompanha o seu destino de ser mulher.

É como um objeto que a jovem é ambicionada e fazendo-se acreditar enquanto tal, passível de dominação, que seduzirá o homem. Semelhante a uma mercadoria ou objeto valoroso, o seu preço é determinado pelo conjunto de elementos a ela constituídos. Quanto mais raro, excepcional e notável, mais preferível, assim acontece o mesmo com a jovem; quanto mais diferenciada das outras, feminina, bela, obediente, mais galanteios e ofertas masculinas terá/receberá.

Todas essas aspirações de tornar-se um sujeito, somente será atingida na fase adulta fazendo-se mulher, todavia, essa liberdade terá como consequência uma abdicação. Primeiro, cabe destacar a relação da mulher com a sexualidade e o outro. A iniciação sexual da mulher representa uma ruptura abrupta com a adolescência, diferentemente para o jovem que tem seu prazer erótico através de um ser duplo, o pênis, para a jovem tal situação é mais conturbada, esta vê-se encerrada nos amplexos e desejos masculinos, é um objeto a ser apreendido nas suas qualidades. E é no fim natural do ato amoroso que sua unidade é contemplada no orgasmo, momento de ápice do prazer.

A mulher é penetrada e fecundada na vagina. Este órgão constitui um centro de intervenção erótica pelo qual o homem objetiva à saciedade de suas vontades através das contrações internas da vagina. Essa intervenção pode ser considerada como um tipo de violação, uma vez que a perda da virgindade representa o início à fase adulta, é uma macula irreversível deixada pelo homem na vida mulher. Essa metamorfose feminina, caracterizada pelo rompimento do selo do seu órgão genital para atingir o prazer, é passível de uma série de estímulos externos que terminam por desencadear fenômenos positivos no seu organismo, tais como inervações das zonas erógenas, aceleração da respiração e pulso, dentre outros.

Porém, as resistências morais freiam o prazer feminino, uma vez que “a sexualidade da mulher é condicionada pelo conjunto da situação. A volúpia é nela, já o dissemos, uma espécie de encantamento reclama uma abandono total se palavras ou gestos contestam a magia das carícias” (BEAUVOIR, 1967, p. 136) Os ritmos das sexualidades do homem e mulher são divergentes. Enquanto o homem atinge o prazer e este é realizado e morre de forma abrupta, no gozo feminino, o prazer é irradiado para todo o seu corpo.

Além das diferenças anatômicas, a sexualidade é representada socialmente de formas distintas. Há uma situação social e moral instituída pela sociedade patriarcal que submete as mulheres à castidade, ao passo que os homens são liberados para a satisfação de seus desejos sexuais com outras mulheres. O destino do homem, bem como sua anatomia, confere-lhe o papel de iniciador. O próprio ato sexual é dotado de um caráter selvagem, sendo que ele representa o macho que desempenha uma agressividade, enquanto a fêmea, a mulher, suporta passivamente o amplexo. Essa relação de dominação configura uma estrutura de poder instaurada.

Na realidade, a situação privilegiada do homem vem da integração de seu papel biologicamente agressivo em sua função social de chefe, de senhor é através dessa situação que as diferenças fisiológicas adquirem todo sentido. (BEAUVIOR, 1967, p. 113).

As posições hierárquicas são ordenações de poderes em que há a submissão direta de uns aos outros. Segundo a escritora, dada a época de inscrição da obra, é o homem quem domina a mulher nas relações íntimas e também na vida social, sendo ela relegada a um papel secundário.

Esses papéis sociais são ambivalentes na medida em que o ato sexual infringe a mulher de uma subalternidade e humilhação, no qual ela é dominada e vencida. O corpo feminino, seu bem mais precioso, é tomado pelo homem através da penetração e suportando o

coito, enquanto o homem se empenha ativamente, ela é destinada à passividade. É por meio de representações coletivas que o ato masculino é imbuído de um caráter glorioso enquanto a mulher se faz perturbada pela vergonha. O medo da gravidez cerca seu ideário e ela acredita que uma nova vida seria um encargo pesado demais. Ademais, os atos grosseiros dos homens acabam por corroborar com traumatismo e nojo femininos.

Diante do exposto, vale ressaltar que a sexualidade feminina é condicionada por conjunto da situação. Se não é despertado nela a magia e encantamento, o desejo se dissipa. Porém, pode ocorrer atitudes masoquistas por parte da mulher. Ela adota tal prática quando, munida do sentimento de culpabilidade por ser objeto, se auto pune com servidão e humilhação ao homem. “No masoquismo ela se fará apaixonadamente escrava do homem, dir-lhe-á palavras de adoração, desejará ser humilhada, batida; alienar-se-á sempre mais profundamente por furor de ter consentido na alienação” (BEAUVOIR, 1967, p. 140) Tal conduta se caracteriza no próprio esforço de se auto abdicar e encontrar compensações sádicas e tentativa de evasão do destino sexual da mulher.

Todavia, com o desabrochar do erotismo feminino, pressupõe-se que a sensualidade, o carinho e o amor consigam superar a passividade no qual a mulher está imersa e ela possa estabelecer com o seu parceiro uma relação harmoniosa, de reciprocidade. A partir do momento em que, consciente de ser carne, ela sente desejo pelo homem, reconhecendo a liberdade, se encontra como essencial quando se faz de objeto e continua livre e submissa a que consente.

A relação concreta carnal caracteriza-se na fundição do eu e o outro através da consciência e reconhecimento recíproco dos integrantes da relação sexual. No que tange ao erotismo feminino, vale destacar que a vida sexual da mulher atinge seu apogeu aos 35 anos e este se desenrola mediante um conjunto de situações sociais e econômicas.

Imposto à mulher pela sociedade, o único destino que a aguarda é o do casamento. Há de se destacar também que a evolução econômica da condição feminina está modificando a instituição do casamento profundamente e tornando a união entre os cônjuges numa relação livremente consentida por duas partes autônomas. Porém, mesmo com tantos avanços, ainda se está vivendo um período de transição para que a tutela masculina desapareça.

Socialmente, é o homem o sujeito autônomo, um ser essencial, integrado à coletividade justificado pelo seu trabalho e a mulher pelo casamento. Tradicionalmente, a escolha do marido era definida pela figura masculina da família, geralmente o pai e irmãos da jovem com o pretendente, pois a jovem sempre teve seus direitos e liberdades cerceados. É o

casamento seu único ganha pão, justificação de sua existência, é através dele que ela se integrará na coletividade, uma vez que

[...]a mulher, em se casando, recebe como feudo uma parcela do mundo; garantias legais protegem-na contra os caprichos do homem; mas ela torna-se vassala dele. Economicamente, ele é o chefe da comunidade. Ela toma-lhe o nome, associa-se ao seu culto, integra-se em sua classe, em seu meio; pertence à família dele, fica sendo sua ‘metade’” (BEAUVOIR, 1967, p. 169, grifos do autor)

Anexada ao marido, ela deve-lhe a virgindade e uma obediência severa, pois é ele quem encarna a transcendência, já ela está votada na imanência. Sendo assim, tem a mulher de gerar filhos e cuidar do lar e satisfazer as vontades sexuais do marido. Percebemos esses ideais recorrentes na materialidade sobre Marcela Temer, votada ao cuidado com o lar, filhos e marido, tendo Michel Temer como seu primeiro namorado.

Somente o homem é capaz de atribuir à mulher uma dignidade integral simbolizado na aliança no dedo, já na maternidade, só obtém prestígio se for casada, caso seja uma celibatária, é alvo de escândalos. Enquanto o homem é visto e aceito em sua singularidade, transcendendo para o universal como cidadão e trabalhador, podendo gozar de suas vontades sejam elas quais forem, a mulher somente é justificada em sua generalidade a partir das funções femininas de casada e mãe que exerce, não de maneira individualizada. O homem pode usufruir dos prazeres contingentes antes da vida conjugal, enquanto a mulher tem de se resguardar e esperar que o amado a conceba.

Com a emancipação feminina, as jovens começaram a ter as mesmas liberdades sexuais que os rapazes, mas ainda atualmente, devido a solidificação da sociedade paternalista, a virgindade é revestida de um caráter moral, religioso e místico. O homem impõe que sua amada não tenha sido feito carne de nenhum outro homem, quer ser o dono da propriedade exclusiva. Acontece que as atitudes imperiosas do homem causam na mulher uma intimidação e toda essa repressão em torno dela pode causar uma lacuna na sua vida erótica e desencadear na falta de orgasmo.

No casamento tradicional, a mulher é confinada à imanência, ao passo que o homem aspira a transcendência. Ela nada pode construir, é por intermédio da figura masculina que o mundo lhe é apresentado e reveste de um valor a facticidade da sua vida. Assim, prolongando o passado que a confina ao seu destino ao presente, o que busca precisamente é de edificar a felicidade que se materializa na casa e nos filhos.

É nas tarefas domésticas que ela domina e assegura a felicidade da família e seu papel de dona de casa, pois é no lar que ela se torna o centro do mundo, é “o quinhão que lhe cabe na terra, a expressão de seu valor social, de sua mais íntima verdade. Como ela não *faz* nada, ela se procura avidamente no que *tem*” (BEAUVOIR, 1967, p. 197, grifos do autor) Assim, no caso de Marcela, quando referenciada como “do lar” percebemos que este é atribuído como um lugar destinado as mulheres, o único deles.

De acordo com a autora, é na administração do lar que tira sua justificação social. A mulher encontra contemplação depois de terminada a limpeza, sente-se feliz por vencer a luta contra a sujeira e a desorganização quer sentir-se útil, ativa, porém, mesmo dominando essas atividades, sua vida de domestica está fadada à imanência. Cozinhar apresenta-se como uma atividade na qual a mulher sente-se satisfeita em executar. O manuseio com os alimentos, a transformação destes em comida é para elas um dom, algo particular, raro.

Contudo, esses ritos domésticos diários de lavar, passar, cozinhar tornam-se rotinas e logo o prazer se esgota. É um trabalho monótono, crivado de esperas. A dona de casa se aliena e dedica-se única e exclusivamente a permanência e segurança das coisas, o que é impossível. E é então que percebe a exaustão de um empreendimento e mais ainda, o destino no qual está submersa e não tem nenhum domínio.

O casamento é um empreendimento cujas configurações são paradoxais, tem uma face erótica e outra social. Erótica porque o homem vê na mulher a figura de fêmea, no qual cumpre partilhar de uma experiência vergonhosa, barroca, e social porque é a figura masculina, dotada de um prestígio viril, o protetor, detentor da verdade e dos valores e à sombra dele que a mulher deve desabrochar.

Cabe a ela amar o marido e ser feliz; é um dever para com a sociedade, uma vez que o seu cônjuge tem uma superioridade social e moral, acesso à cultura e uma profissão. Ele se compraz da figura de chefe e mentor, gosta de mostrar que é absoluto, essencial e utiliza-se de tais vantagens para ridicularizar e humilhar a mulher. Se ela ousar contrariar e/ou contestar suas atitudes, é fortemente intimidada e o marido provará que ele tem razão, seja por persuasão ou atos violentos. Vencida numa luta em que a insuficiência intelectual a abandona, nada mais resta a ela que aceitar passivamente. Ele faz questão de frisar a incapacidade feminina quando lê jornais, revistas e não permite que a mulher tenha um contato direto com a informação; tal prática cruel o intuito de ampliar sua autoridade com prazer. Também que há casos em que ele

[...] mima a violência, a força, a intransigência: dá ordens com voz severa, ou grita, bate na mesa; essa comédia é para a mulher uma realidade quotidiana. Ele se acha tão convencido de seus direitos que a menor autonomia conservada pela mulher lhe parece uma rebeldia” (BEAUVOIR, 1967, p. 223)

O casamento é uma instituição que incita no homem um imperialismo: a busca pela dominação do outro, principalmente, quando este é mais vulnerável histórico-socialmente assim como a mulher. O matrimônio aniquila a mulher, mutila-a; seria necessária que a instituição fosse a união de dois sujeitos autônomos, representasse para ambos uma anexação e não abdicação. Construído e mistificado, o casamento

É o código masculino, é a sociedade elaborada pelos homens em obediência a seu interesse, que definem a condição feminina sob uma forma que é, presentemente, uma fonte de tormentos para ambos os sexos”. (BEAUVOIR, 1967, p. 24)

É em seu destino que a mulher descobre o mundo. Não se sente um indivíduo completo na relação conjugal, mas é na maternidade que é justificada e o casamento e envolvimento de significação. Na maternidade, realiza o seu destino biológico, considerado uma vocação, natural a espécie. Aqui, também podemos inferir à maternidade como um ideal imputado à Marcela Temer quando, além do seu filho, Michelzinho, deseja ainda ter uma “menininha”.

Qualquer ato de encontro com essa realidade causa um estranhamento, assim é o caso do aborto. A sociedade considera o direito do embrião à vida e, por isso, perseguem as praticantes do aborto, não promovem a assistência pública, tampouco consideram que cabe somente à mulher a decisão de manter ou não o feto que traz em seu ventre.

Ademais, as razões invocadas contra o aborto não são pautadas em questões legais, mas morais. A igreja católica incumbe o argumento de que o feto tem vida e uma alma que, por conseguinte, se não for mantida, lhe será vedado o paraíso. Essa autonomia, disseminada pelos religiosos, declara o feto como exterior à mãe, um autônomo. “Entretanto, quando esses mesmos médicos bem pensantes exaltam a maternidade, afirmam que o feto faz parte do corpo materno, que não é um parasito alimentando-se a expensas dele” (BEAUVOIR, 1967, p. 150 -151)

Nessa situação paradoxal, é a mulher infligida à mácula do pecado. É considerado inadmissível a aversão à gravidez, uma vez que este é o seu destino. Desde a infância, que lhes falam no esplendor da maternidade. Os seus comportamentos, vida de dona de casa, tudo corrobora para a justificação de seu ser através dos filhos. Um entrave é criado em seu

interior. Por um lado, o filho lhe amplia o mundo, é parte dela, riqueza, mas por outro, sente-se como se estivesse sendo mutilada, desgastada por uma nova vida que a aniquila. Se para umas, é um estado de plenitude em que pode entrar-se consigo mesma, para outras, as que se apreendidas como objeto erótico, as mudanças no corpo lhes apavora.

Outrossim, vale destacar que em meio a um conjunto de situações que a atitude de mãe é definida. Não há, de forma alguma, um instinto materno, é na relação entre a mãe e o filho que é criado um elo. Já no que diz respeito ao parto, a mulher receia que o filho seja desvencilhado do seu ventre, mas ao mesmo tempo almeja vê-lo. Ela depende dessa existência para que a sua seja significada, por isso, abdica de sua vida inessencial para dedicar inteiramente a ele e, num gesto de sadismo, sob os ímpetos de dominação, ela vitimiza-se perante sua cria e com cenas de resignação, objetiva impedir a independência dos seus eternos pequenos.

É que a mulher, como forma de compensação, encarna no filho uma personalidade venerada e esse posicionamento resulta numa frustração e obsessão incabida. Essa obstinação provém do medo do que este possa lhe causar, por isso, engendra na criança um sentimento de culpa e temor. Mas, para algumas mulheres, nem sempre a maternidade foi uma justificação para sua existência.

Uma tal obrigação nada tem de *natural*: a Natureza não poderá nunca ditar uma escolha mora; esta implica um compromisso; dar à luz é assumir um compromisso; se a mãe não o cumpre o seguir, comete um erro contra uma existência humana, contra uma liberdade; mas ninguém lhe pode impor (BEAUVOIR, 1967, p. 290)

A sociedade recusa à mulher atividades e cargos públicos, veda-lhe a todas os cargos designados aos homens, todavia, destina lhe o mais complexo de todos: a formação de um ser humano. Contudo, não pode a mulher ficar com esse cargo, pois não convém consentir em dar a vida, se esta não se encontra realizada em sua vida, melhor seria antes, desempenhar um papel na sua vida social, econômica, intelectual.

Em sua vida social, cumpre apontar que a família não é uma organização fechada, ela estabelece ligações com outras células sociais. O lar, por sua vez, transcende o ideal de espaço em que o casal se confina e representa a expressão do padrão de vida do casal em sua totalidade a ser exibido aos olhos de outrem. No seio familiar, o homem acha-se ligado à coletividade com uma vida social ativa, já a mulher, inserida na vida mundana, reveste-se de execuções de deveres de polidez.

Ao receber os convidados em sua residência, deve transformar aquele ambiente agradável e aconchegante, mas também permanecer encerrada em seu destino de anfitriã e não evadir-se da secundariedade. Tal dever mundano em que se encontra, confunde-se muitas vezes, com o prazer que sente em se mostrar. Quando “se arranja” está representando assim, através de vestimentas e acessórios, sua posição social sob a égide do narcisismo feminino.

“A *toilette*, tem um, duplo caráter: destina-se a manifestar a dignidade social da mulher (padrão de vida, fortuna, o meio a que pertence), mas ao mesmo tempo concretiza o narcisismo feminino; é uma libré e um adorno.” (BEAUVOIR, 1967, p. 295- 296, grifos do autor)

A sociedade institui que a mulher deve ser toaleta, isto é, preocupar-se com o vestir, se arrumar, que sendo enquanto tal, se faça um objeto erótico. As revistas de modas visam unicamente construir a imagem da mulher como um indivíduo sem autonomia, escraviza-la num padrão de beleza a ser seguido por todas elas visando oferecer aos desejos masculinos. Assim, tais costumes incitam a mulher a alienar-se na própria imagem, não permitindo-lhes transcender para além da costumes da estética do corpo. É na toilette que a situação social da mulher é exprimida.

Através de galanteios e aspirações de inveja, ela busca uma afirmação de sua beleza, quer mostrar-se elegante, atraente e se fazer ser. Para tal, é submetida a uma dependência e dedicação extrema dos ideais de beleza. Essa ditadura da moda mantém jovens reféns de costumes que as alienam em sua vida mundana e supérflua. Se a mulher veste-se ao seu bel prazer satisfazendo suas virtudes eróticas é censurada e definida como puta, de igual modo se procura abertamente pela satisfação sexual dos seus desejos é mal vista socialmente como masculinizada, pois somente os homens devem procurar as mulheres e não o contrário, cabe à ela é exercer sua feminilidade através do exibicionismo e pudor.

Essa regulamentação dos costumes e atos femininos prega que a mulher honesta deve obedecer a certos padrões sociais através das vestimentas tais como não deixar a mostra o colo, tornozelo, somente as moças podem acentuar seus encantos no intuito de atrair pretendentes, as mulheres casadas cumpre não usar adornos. Em Marcela, é possível perceber tais valores pelo uso do vestido com gola alta e uma sobreposição. Também há detalhes florais rendados, o que remete a um romantismo. Além da vestimenta, a postura corporal também implica um recato, as mãos sobrepostas e um sorriso contido. Conta a estilista Marta Medeiros que Marcela “gosta de vestidos até os joelhos e cores claras” (LINHARES, 2016, p. 29) Para as moças discretas, um decote contido e tecidos de cores delicadas

É notável que a toalete é dotada de uma significação social em que permite a mulher exprime, através de suas vestimentas, sua atitude perante a sociedade, pois segundo a lógica patriarcalista, em sendo a mulher um objeto, compreende-se que é a maneira como ela se veste e enfeita que determina seu valor social. Se a mulher acentua seu desejo pelo marido, este a vê com maus olhos, mas, quando se veste com decência ele aprova, mas com frieza. É nessa relação de censuras e hostilidades em que o erotismo feminino é dissipado e sua liberdade e singularidades são desconsideradas que o adultério tem espaço.

A infidelidade conjugal, segundo as tradições patriarcalistas, é muito mais grave para a mulher do que para o homem, pois considera que elas, no ato amoroso, prestam um serviço ao homem que se faz seu senhor. À ele é permitido arranjar um *affair*, caso, mas a mulher se degrada se fizer o mesmo. E assim segue a história da mulher madura até a velhice: momento em que sua carne rija e sensual sofre mudanças. Desde sempre, a mulher encontra-se encerrada nas suas funções de fêmea e dependente do seu destino fisiológico. Sua trajetória caracteriza-se pela monotonia, mas cada passagem de fase são turbulentas e perigosas, assim, é com a puberdade, iniciação sexual até a velhice.

O horror por essa “idade perigosa” aflinge a mulher que, assistindo a degradação do seu corpo, é cercada de angústias e do sentimento de personalização. É na menopausa, mais especificamente, nas suas crises, que o corpo dá sinais de envelhecimento. Todo o fervor tornam-se em depressão, há uma diminuição da quantidade de hormônios produzidos pelo organismo.

Como nunca desempenhou nenhuma atividade autônoma e produtiva e sua única função foi a de fêmea, agora sente-se assexuada. Encontra-se na mesmice, bordando, tricotando, imersa na inutilidade, refém do destino que a impuseram desde cedo, vale destacar que “a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas a figura de uma servidão; a mulher só escapa da escravidão no momento em que perde toda eficácia” (BEAUVOIR, 1967, p. 351)

A única coisa que ainda a justifica é o filho quando estes lhes dão netos. “A mãe envelhecida, a avó, reprimem seus desejos dominadores, dissimulam seus rancores; contentam-se com o que os filhos consentem em dar-lhes” (BEAUVOIR, 1967, p. 358) Agora, a anciã tem a liberdade que lhe faltara, mas acredita ser tardia e sem importância, pois falta-lhe a vitalidade, entusiasmo e esperança em viver. É tomada pela cólera que lhe impede de observar novos horizontes ao seu redor. Deste modo, se refugia nas atividades rotineiras e entrega-se à devoção.

Apesar de ter adquirido sabedoria e experiências durante sua vida, trará consigo a parte negativa, recusa, contestação, pois nunca conseguiu ser eficiente e independente ao mesmo tempo, sempre foi antes parasita. Esse universo masculino, ao qual estava a mulher relegada a subordinação, dirigia e modelava as condições e regras, ela nunca emergiu na coletividade, foi considerada inferior e confinada em sua carne. O quinhão a que lhe destinam é o respeito e a obediência. Em sua educação

Ensinaram-lhe a aceitar a autoridade masculina; renuncia pois a criticar, a examinar, a julgar por sua conta. Confia na casta superior. Eis que o mundo masculino se apresenta a ela como uma realidade transcendente, um absoluto” (BEAUVOIR, 1967, p. 366)

A superioridade masculina é algo considerado e respeitado pela sociedade e cabe as mulheres reconhecer tal poder e obedecer a essa figura prestigiosa. O homem reúne-se no arquétipo de pai, esposo, amante, enquanto a mulher não participa ativamente da história. Aos olhos da mulher, é pela força que o homem obtém suas conquistas e direitos, por isso, aceitando-se passiva é votada a resignação e o seu único valor está ligada ao meio inessencial e de utilidade.

É sendo dona de casa que se enaltece por ser útil a família. Encerrada numa cozinha, limpando, cozinhando e mantendo a ordem da casa. Ao marido, fica com o encargo de custear as despesas. No decorrer de toda a vida, a mulher suportou imposições e censuras durante a relação conjugal, o casamento, maternidade, solidão e modo de vida que o marido lhe impunha.

Em certo sentido, toda a sua existência é uma espera, pois que está encerrada no limbo da imanência, da contingência e que sua justificação se acha sempre nas mãos de outrem; ela espera as homenagens, os sufrágios masculinos, espera o amor, a gratidão e os elogios do marido, do amante; espera dele suas razões de existir, seu valor e seu próprio ser (BEAUVOIR, 1967, p. 376)

Espera pela presença do homem, é dependente economicamente dele; na cama, aguarda ansiosamente pelo desejo do esposo para o prazer, entretanto, ele reclama que ela entregue-se livremente em seus braços, sinta prazer e exige que a mulher reconheça sua autoridade. “Ela precisa do homem para adquirir dignidade humana para gozar, procriar; é através dos serviços que presta com o sexo que assegura as generosidades masculinas” (BEAUVOIR, 1967, p. 380) É no perdão das faltas frágeis da mulher que as virtudes masculinas são justificadas e ele é considerado como justo e compreensivo.

Sob os ímpetos imperativos morais, a mulher não consegue criar um contra universo, foi ensinada a nunca subestimar e desobedecer o jugo masculino. Contudo, sua atitude perante o homem é ambivalente, ela evoca um vigor e repulsa ao mesmo tempo. A única compensação que lhe cabe é a religião. É nas orações fervorosas que encontra a transcendência através passagem de fêmea a uma criatura divina. Mutilando-se, fazendo-se de vítima, santificando a carne que ela prepara um lugar no paraíso. Todavia, ao passo que a religião a justifica, também aliena-a no domínio masculino, quando prega obediência e servidão ao marido.

Notadamente, “vê-se que o conjunto do “caráter” da mulher—convicções, valores, sabedoria, moral, gostos e condutas — se explica pela situação” (BEAUVOIR, 1967, p. 389) É no conjunto das práticas e costumes que a mulher atinge ou não um valor social. A mulher somente se livrará de sua situação a partir de caminhos de libertação. Numa libertação coletiva que vise, antes de tudo, acabar com a evolução econômica da condição feminina. Entretanto, objetivaram alcançar sua liberdade soberana com a servidão. Desta forma, umas se alienaram no amor, outras no narcisismo e também misticismo.

O amor, dotado de um caráter sagrado como uma vocação suprema, é revestido de um valorativo com sentidos diferentes entre um sexo e outro. O homem deseja integrar a mulher em seu universo, anexa-la em sua existência, enquanto para ela, tal sentimento significa uma demissão total em proveito de um senhor. A mulher é um ser inessencial, votado à imanência, destinada ao macho desde a infância e não iguala-se ao homem, figura soberana, logo não há outra alternativa para si se a não se entregar completamente a esse ser essencial, dotado de transcendência.

Aos olhos femininos, o valor masculino manifesta-se através do porte físico, elegância, força, inteligência e uma situação social prestigiosa, pois o que almejam é uma estabilidade com a qual possam se sentir protegidas e amparadas. No marido, é posto uma auréola e este é glorificado e exaltado. Enfim, entrega-se totalmente ao seu amado e seu olhar reveste-se de um misticismo colorido. É perceptível esse valor atribuído ao seu marido Michel Temer em “**MARCELA TEMER** é uma mulher de sorte” (LINHARES, 2016, p. 28, grifos do autor)

No caso da amorosa, ela se encerra no universo do amado, aliena-se em seu ser. “ela só quer ser essa mulher amada, nada mais tem valor a seus olhos. Para existir, é-lhes portanto que o amante esteja a seu lado, se ocupe com ela espera a chegada, o desejo, o despertar dele. E logo que ele a deixa, recomeça a esperar.” (BEAUVOIR, 1967, p. 431) Mutilada numa

existência alheia, é necessário tornar-se a mulher que ele almeja possuir. Ela logo tenta criar laços de amizade, ternura, confiança ou segura-lo através dos filhos. A única coisa que quer é estar uma lado do amado e adora-lo, porém, por ser um objeto aos olhos do homem, quando ele não a usa, sente-se que não é nada. Ademais,

No dia em que for possível à mulher amar em sua força, não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se demitir mas para se afirmar, neste dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não de perigo (BEAUVOIR, p. 437- 438)

Quando sente que não desperta mais a atenção do amado, ela recorre ao narcisismo. O narcisismo é um processo de alienação em que o eu sobressalta do sujeito, ou seja, há uma adoração pela própria imagem. Numa educação em que a mulher alienava-se em seu corpo ela foi levada ao narcisismo, desde os costumes na infância em que a incitam a se arrumar e exaltar a beleza, já na juventude, a puberdade revelou o corpo como frágil, admirável, passivo.

Na magia do espelho, a mulher se encontrava. No reflexo, admirava a sua imagem, a única e naquele acessório estava a contemplação de suas virtudes. Além do espelho, a justificação de sua beleza necessitava da confirmação masculina. Queria ser admirada através dos olhos de outrem. “A generosidade da narcisista é-lhe aproveitável; mais do que nos espelhos é nos olhos de outrem que ela divisa seu duplo aureolado de glória” (BEAUVOIR, 1967, p. 403)

Muitas mulheres, imbuídas de um sentimento de superioridade, ambicionam utilizar o homem como instrumento, no intuito de convencer os outros sobre seus méritos. Dotadas de uma sedução irresistível, são desejadas, admiradas e amáveis, porque consideram que assim devem ser todas elas. Porém, a angústia lhe penetra, pois sua vaidade nunca se sacia. Tal liberdade é mistificada no amor e narcisismo. Somente projetando-se para a uma ação positiva na sociedade que realizar-se-á autenticamente.

A conquista de direitos legais, como o voto, representa um passo na evolução feminina, porém, enquanto permanece sustentada pelo marido ainda continua adstrita à condição de vassala, mas foi somente por meio do trabalho que a mulher conseguiu diminuir as distâncias que as separavam dos homens. A partir do momento em que deixa de ser parasita, é rompida a dependência que tinha com o universo masculino.

Projetando-se socialmente e afirmando-se sujeito, ela almeja a liberdade. Entretanto, cabe destacar que a estrutura social não oferece um suporte para a evolução da condição

feminina, uma vez que todas as atividades produtivas são destinadas aos homens; por serem eles considerados uma casta privilegiada, seu trabalho é associado à competência e qualificação, enquanto que para as mulheres só é possível inserir-se nesse espaço entregando seu corpo. É preciso a mulher agradar aos homens para que possa realizar seus objetivos de vida.

Na contra mão da sujeição, recusa se confinar como fêmea, e raramente o desejo do casamento e maternidade se conciliam com sua vontade de vencer, algumas até abandonam seu narcisismo, por este lhe proporcionar olhares contemplativos, bem como sua feminilidade, que impôs sempre um comportamento dirigido pelos costumes e modas. O que quer agora é revestir-se de algo que demonstre imposição, que a envolva de virilidade, pois sabe que é julgada, respeitada, desejada pela tolete.

Sobre a relação de desigualdade de gêneros, o sociólogo Pierre Bourdieu em “A dominação masculina” (1995) visa analisar e refletir sobre os esquemas de pensamentos inconscientes, estruturas de dominação que se estabelecem, naturalizam e eternizam a ordem social, bem como os mecanismos históricos que contribuem para naturalização e des-historicização dos princípios de visão e divisão sexual que transformam o corpo numa realidade sexualizante e sexualizada. Esse trato social atribuído aos homens e mulheres é disposto em três capítulos: “Uma imagem ampliada”, “Anamnese das constantes ocultas”, “Permanências e mudança” mais um anexo referente as questões LGBTs.

A teoria de Bourdieu é pautada na ideia central de que a dominação masculina é parte da violência simbólica, um poder que institui outras significações, impondo-as como se fossem legítimas, isto é, dissimulando as relações de forças existentes na ordem social, num poder exercido na esfera do privado.

São essas formações, esquemas inconscientes de percepção e apreciação de pensamentos que fomentam a estrutura histórica da ordem masculina. Baseada numa divisão arbitrária das coisas e atividades através da oposição entre o masculino e feminino, essa divisão dos sexos, ocorre através do estado objetivado das coisas, ou seja, as atividades domésticas estão destinadas às mulheres, enquanto o trabalho fora de casa ao homem pertence. Essas formas de pensamentos estão presentes no mundo social e incorporadas nos agentes, *habitus*² e instituições como esquemas de percepção e ação.

²Termo bourdieano que diz respeito a “um sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes constituem o princípio gerador e unificador das práticas e ideologias características de um grupo de agentes” Economia dos bens simbólicos. São Paulo: Perspectiva, (p. 191)

É a concordância entre as estruturas sociais e cognitivas que contribui para a naturalização da divisão entre os sexos e, por conseguinte, na implicação do reconhecimento de legitimação, uma vez que a ordem masculina dispensa justificação, pois já é considerada como natural no senso comum. Essa força da ordem masculina manifesta-se na ordem social que

Funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 2012, p. 18)

Na verdade, o que ocorre primeiramente na dominação masculina é uma divisão sexual que delinea socialmente os espaços e atividades às mulheres e homens. Assim, os espaços distintos destinados a cada um, as restrições são justificados pela diferença biológica entre os sexos, e especificamente anatômica entre os órgãos sexuais. Essa ideia de natureza do gênero é socialmente construída, logo “o mundo social constrói o corpo como uma realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2012, p. 18)

É o corpo um bem simbólico, e como tal, repleto de significações, tendo como exemplo a honra do homem, no qual a virilidade apresenta-se como indissociável do ser masculino. A noção do falo está diretamente ligada à fecundidade, assim como a vagina é estigmatizada, fetichizada e tratada como um tabu, algo funesto, o negativo do falo. Essa diferença entre os órgãos sexuais é produto de um trabalho de escolhas orientadas socialmente para a diferenciação ou obscurecimento de pontos semelhantes, com vistas ao enaltecimento da figura masculina, em que o corpo um lugar de “*diferenciação sexual*”³ onde o feminino é visto como passivo, submisso, enquanto que o masculino ocupa sempre a posição privilegiada, assim como no próprio ato sexual.

Essa oposição entre os sexos é inscrita nas oposições mítico-rituais. É nas alternativas paralelas de “em cima/ embaixo, alto/ baixo, ativo e passivo” que a relação de dominação se constitui no ato sexual, levando em consideração que tal prática é concebida pelos homens como uma forma de posse, apropriação.

³ Grifo presente na obra a “dominação masculina” realizado por Bourdieu

Essa dominação masculina evade os limites do privado, no ambiente doméstico e também na relação sexual, rumo ao público, na relação social, no qual o ativo é o masculino e o passivo, feminino. Este princípio organiza, cria o desejo – desejo esse que direciona a mulher para ser possuída, subordinada, numa erotização da dominação. Enquanto as mulheres são socialmente preparadas para uma vida sexual ligada a afetividade e não necessariamente ao próprio ato sexual, os homens a concebem como se fossem um objeto de prazer.

Nesse cenário, observamos um trecho da matéria analisada da Veja em que Michel Temer dedica um dos seus poemas pertencentes ao livro “Anônima intimidade” à Marcela Temer, na página 135 que diz “ De vermelho/ Flamejante/ Labaredas de fogo/ Olhos brilhantes/ Que sorriem/ Com lábios rubros/ Incêndios/ Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma/ Tudo meu/ Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido/ Dissolvido/ Finalmente / Restam cinzas/ Que espalho na cama para dormir” (LINHARES, 2016, p. 29) Aqui, notamos a maneira erotizada, vulgar, com que a intimidade de Marcela é posta em público, bem como a forma sexualizada com que é tratada.

Essa visão de mundo organizada segundo a divisão relacional dos gêneros masculino e feminino, baseada na construção arbitrária do biológico através das diferenças entre ambos, institui os gêneros construídos como duas essências hierarquizadas, “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2012, p. 33)

Esse trabalho de construção simbólica, para além de uma operação performativa de nominação se realiza na transformação dos corpos (cérebros) e impõe uma diferenciação dos usos legítimos destes, que tende a excluir o que pertence ao universo dos gêneros. A relação entre os gêneros é produto de uma construção social oposta entre os corpos.

Inscrita nas atividades e nas coisas, a ordem masculina se inscreve nos corpos através de formas implícitas referentes à divisão do trabalho ou práticas privadas ou coletivas. São as regularidades da ordem social e física que impedem e inculcam a exclusão das mulheres nas tarefas mais nobres, ou seja, praticadas, em grande maioria, por homens.

Um outro exemplo de violência simbólica é o mito do “eterno feminino” que fortalece a estrutura de poder masculino como sendo eterno, invariável. Deste modo, a mulher sempre estará associada aos laços de feminilidade que a inferiorizam e são parte de sua condição. Essa violência é simbólica pelo fato de ser concedida com a adesão do dominado, a partir de esquemas de percepção e ação, em que os *habitus* são constituídos aquém das consciências e do conhecimento do dominado.

É que a força simbólica atua como um poder que se exerce sobre os corpos e desencadeia o reconhecimento entre dominador e dominado. Contudo, tal força de caráter invisível somente é exercido através do consentimento por parte do dominado que reconhecem aos que subordinada uma forma de poder e obediência. Conquanto, tende-se a levar em consideração a construção social das estruturas cognitivas para a solidificação dessas relação de dominação.

Ademais, o princípio da visão dominante não é pautado numa representação mental, ideologia, mas na estrutura inscrita nos corpos e nas coisas. “O fundamento da violência simbólica reside não nas consciências mistificadas coletivas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem” (BOURDIEU, 2012, p. 54) Sobre essa afirmativa, significa dizer que tal violência não se processa no ato de conhecimento e desconhecimento, tampouco se efetiva aquém da consciência, vontade e manipulações, mas a relação de dominação depende para a perpetuação e/ou transformação das estruturas de que tais dispositivos são resultantes.

O princípio de inferioridade e exclusão da mulher, ancorado no sistema mítico-ritual ratifica e amplia a ponto de estabelecer uma divisão do universo, é uma dissimetria do objeto, sujeito, homem e mulher, nas trocas simbólicas, produção e reprodução das relações do capital simbólico no qual o dispositivo central é a instituição matrimonial. Na lógica econômica das trocas simbólicas, especificamente, na construção social das relações de familiaridade que determina as mulheres o estatuto social de objeto de troca, definidos segundo a vontade masculina, e votada à reprodução do capital simbólico para a concessão da masculinidade e taxinomias culturais.

Deste modo, a troca de mulheres como de objetos é concebida visando à acumulação do capital simbólico (honra). Elas são reduzidas a instrumentos de produção e/ou reprodução de capital simbólico e social. Enquanto as mulheres estão no outro lado das disposições (*habitus*) no estado de objeto de trocas, os homens aparecem como protagonistas da economia dos bens simbólicos, a quem impõe o senso de honra, seriedade em todos os jogos. A estrutura (objetiva) da divisão sexual dos “encargos” ou “tarefas” é estendida a todas as práticas e relações de trocas, nesse sentido,

As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembleia, mercado), em que se realizem os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos de honra (BOURDIEU, 2012, p. 62).

Ser homem é tido como uma virtude e o conjunto de disposições aparentemente naturais através das expressão corporal forte que constitui a identidade social de seu destino no qual a questão de honra, nobreza no sentido de aptidões tais como coragem física, moral, é produto de um trabalho de nomeação e inculcação. A virilidade entendida como uma capacidade masculina de reprodução sexual e moral como também uma aptidão as ações violentas (vinganças). Para ser validada, é necessário o reconhecimento dessa virilidade por um grupo de homens, tornando-se verdadeiros, pois ser homem é ser viril.

Todavia, a questão da virilidade reveste-se do termo “coragem” para práticas violentas. Torturas, mortes e agressões psicológicas, a vontade de dominação e exploração são exercidos por muitos homens que encorajados a manterem o seu papel privilegiado e respeitado temem ser contrariados em sua condição e assim, desafiam o perigo e o respeito ao próximo com condutas de bravuras.

A categoria de “feminina”, “mullherzinha”, “veado” “fraco” apresenta-se como um discurso que fere a virilidade e ameaça sua reprovação pelos demais companheiros, uma vez que tal virtude masculina é

Uma noção eminentemente *relacional*, constituída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2012, p. 67, grifos do autor)

Essas construções estão diretamente ligadas ao inconsciente histórico como um trabalho que marca o desligamento da mãe de seu filho. Essa memória discursiva, social está presente no ideário do individual ao coletivo, pode ser considerado um trabalho individual de constituição do inconsciente, a reapropriação de um conhecimento perdido e ao mesmo tempo possuído, definido por Bourdieu como *anamnese*⁴ É no inconsciente que está situado, construído uma série de estruturas, pois

Essa *anamnese* se alicerça na filogênese e na ontogênese de um inconsciente ao mesmo tempo coletivo e individual, traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual que impõe a todos os agentes, homens ou mulheres, seu sistema de pressupostos imperativos— do qual a etonologia constrói a axiomática potencialmente libertadora. (BOURDIEU, 2012, p. 70 grifos do autor)

⁴Termo platônico adotado por Bourdieu em sua teoria e que referencia um trabalho individual de aquisição de um conhecimento inconsciente que remonta a tempos anteriores a existência empírica do indivíduo. (grifos do autor)

No que tange a transformação dos corpos sexualmente diferenciados e diferenciador, através de injunções físicas, e a partir da construção simbólica do olhar posto sobre os corpos biológicos que produz *habitus* automaticamente distintos, é instaurado no corpo masculino a masculinização e no feminino a feminilização.

É pertinente afirmar que são as práticas sociais que determinam os corpos como diferenciado e diferenciador. O adestramento do corpo impõe dispositivos *inclinados* e *aptos* aos jogos sociais. Através de mecanismos de dominação, injunções silenciosas que o mundo sexualmente hierarquizado dirige, preparando as mulheres ao cumprimento de ordem, aceitando tal ordenação como natural, inquestionável, logo tais proscições e prescrições estão inscritas na ordem das coisas e imprimidas na ordem dos corpos, assim como na fisionomia familiar entre os espaços públicos e privados.

O cerne dessa lógica social é chamado de “vocação” que “tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com *felicidade* (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhe são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação” (BOURDIEU, 2012, p. 73 grifos do autor)

Na mulher tudo é revestido de um caráter repressivo, inclusive sua sexualidade, principalmente no que diz respeito a libido. A sedução, quando se baseia numa forma do reconhecimento de dominação, reforça a violência simbólica, já o homem, a masculinidade compraz-se de uma nobreza, as tarefas femininas são repudiadas pelos homens por ser consideradas inferiores, mas basta que um homem ocupe um lugar da esfera privada para que tais atividades sejam enobrecidas. Assim, a masculinidade considerada uma virtude nobre, obriga a mulher a reconhecer esse status de poder e entender que

Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estrutura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens” (BOURDIEU, 2012, p. 78 grifos do autor)

Deste modo, no que diz respeito ao corpo feminino, cuja representação social é concebido através de um produto de taxinomia, este é duplamente determinado socialmente.

Por um lado, os esquemas referentes aos elementos naturais tais como cabelo, musculatura, peso, etc, e aos hábitos alimentares.

A *hexis* corporal diz respeito à conformação física do corpo assim como dele se servir (postura, atitude,) Por outro lado, tais propriedades corporais adquiridas através de esquemas de percepção são dependentes na posição social ocupada. As taxinomia se contrapõem e estabelecem posições hierárquicas, no qual as propriedades mais frequentes entre dominado e dominador são (grande/ pequeno), (alto/ baixo), (elegante/ grosseiro) dentre uma série de oposições homólogas inscritas na ordem social a partir da relação distinta entre o masculino e feminino.

No *habitus* feminino, as reações da experiência sobre seu corpo são representações de esquemas construídos e expostos à objetivação, bem como aos olhares e discursos dos outros. É o olhar um poder simbólico cuja eficácia relativa depende daquele que percebido e é percebido, do grau que os esquemas de percepção e apreciação são conhecidos e reconhecidos por aquele a quem tal olhar é aplicado. Assim, as mulheres se veem obrigadas, incessantemente, a experimentar a distância cruel que separa o corpo real do projetado aos olhos e discursos de outrem.

É pelo olhar alheio que são constituídas e orientadas para o apreço para aparência física e a maneira de exibi-lo. Desta forma, ficam presas a um corpo ideal, do qual elas procuram se aproximar. Submissa aos padrões estéticos, a preocupação com a aparência física apresenta-se como o dispositivo central para atrair, seduzir, ser admirada e encontrar um amor para que sua justificação. O coquetismo pode ser considerado parte da violência simbólica que lança as mulheres como objetos, um ser percebido, em constante insegurança corporal. Elas existem primeiramente pela e para o olhar de outrem, devem apresentar-se atraentes, disponíveis

Delas se esperam que sejam “femininas” isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas, contidas, ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que um forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2012, p. 82 grifos do autor)

Em contrapartida à feminilidade destinada à mulher, a prática de esportes gera uma transformação profunda nas experiências objetivas e subjetivas do corpo em que, deixando de existir para o outro e/ou o espelho, na busca pela afirmação em ser olhada, ela passar a pensar

nas suas vontades, há a conversão do corpo-para-o-outro em corpo-para-si-mesmo, do corpo passivo para ativo.

No entanto, valendo-se da relação de oposições, os homens reapropriam a imagem corporal e os corpos das mulheres em ação são vistos como “não feminino”, lésbicos, isso porque a independência intelectual reflete na manifestação corporal.

De maneira mais geral, o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *doublebind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens ao poder; se eles agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação.” (BOURDIEU, 2012, p. 84 grifos do autor)

Relegada a uma posição secundária, todas as vontades das mulheres são reprimidas e qualquer *habitus* que rompa com as divisões socialmente impostas a ela é recusado pelos homens, isso porque a feminilidade é envolta de um encargo negativo e por isso a ela pertencem. Assim, qualquer forma de transgressão da mulher para o universo masculino como o desempenho de atividades, cargos e espaços ocupados causa estranheza, revolta.

O campo de atuação da violência simbólica é o desconhecimento que favorece na imposição ao dominante sob categorias de pensamento engendradas dentro da própria relação de alienação com vistas a conduzir ao “*amor fati* que é o amor do dominante e de sua dominação, libido *dominantes* (desejo do dominante) que implica renúncia a exercer em primeira pessoa a *libido dominandi* (o desejo de dominar)” (BOURDIEU, 2012, p. 98 grifos do autor).

Essa relação dependente entre dominante e dominado é fruto dos efeitos simbólicos da divisão sexual das tarefas nas práticas e rituais coletivos exercidos de cima a baixo segundo o primado da masculinidade que assegura o ideário de superior e, portanto, o que é conferido a ordem natural de dominar.

Contudo, vale destacar que o eterno na história das oposições arbitrarias dos gêneros masculino e feminino e, por conseguinte, nos princípios objetivos e subjetivos de visão e divisão sexualizante e sexualizada dos corpos é produto de um trabalho histórico de eternização — trabalho esse construído na ordem social a partir do trabalho de reprodução das instituições igreja, estado, família de permanência dessas relações de dominação.

Esses órgãos sustentam, a seu modo, a ideologia de supremacia masculina e ditam regras e esquemas de percepção e apropriação de constante diferenciação a que mulheres e homens estão submetidos, baseado no princípio da masculinidade e feminilidade. No que tange ao papel da família nesse processo de reprodução da dominação, é nesse espaço privado

que essas relações de divisão sexual são primeiras instauradas. Baseado no trato diferenciado entre a mulher e o homem, é na família que essas divisões são primeiro apresentadas e legitimadas.

Na igreja, há uma visão pessimista e simplória da feminilidade. Guiada pela moral familiarista patriarcal, os dogmas pregam à mulher total obediência ao homem devido este ser superior e elas inferiores. Essa forma de dominação age de forma indireta sobre a forma de estruturas do inconsciente através da simbólica presente nos textos sagrados.

Por último, já liberto dos dogmas religiosos, o estado transmite as representações patriarcais a partir do sistema de oposições homólogas baseado na arbitrária relação entre homem/mulher, inscritos nas estruturas hierárquicas na ordem social. Para a des-historicização é necessário antes um trabalho histórico, com vistas reconstrução das estruturas objetivas e subjetivas da força masculina, para isso, é necessário o empenho dos agentes nas instituições em diversos momentos, ou seja, memorar aqueles que contribuíram para excluir ou pelos menos lutaram para acabar da história essa dominação masculina.

Contudo, dentre os fatores que contribuíram para a desconstrução dessa relação arbitrária foi a transformação da instituição escolar ao desmistificar essas relações de gêneros, assim como a inserção da mulheres à instrução, conseqüentemente, independência econômica e modificação das estruturas familiares. O surgimento de novas formatações de família para além do modelo tradicional composto pelo casal heterossexual e filhos contribuem para abrir outras possibilidades em sexualidade.

O ingresso das mulheres no trabalho assalariado fora de casa rompeu o privado e evadiu-se para o espaço público. Cada vez mais, as mulheres estão ocupando os cargos que antes eram somente exercidos pela classe masculina. Essa mudança nas relações de trabalho modifica divisão das tarefas de casa, bem como os modelos tradicionais entre feminino e masculino acarretando diretamente na aquisição das posições diferenciadas. Nessa lógica, as filhas, ao verem a mãe com aspirações de carreiras profissionais elevadas tenderam a ser mais apegadas ao espaço público do que o privado, tarefas de dona de casa.

O aumento do acesso das mulheres ao ensino superior, como na ocupação de posições impositões de profissões intelectuais e de administração contribuem para esse processo de des-historicização. Todavia, apesar das mudanças, ainda permanecem a posições relativas entre os gêneros, a igualdade de oportunidades de trabalho não pode ocultar as condições de trabalho precárias e salários baixos. Essa incerteza das mulheres no mercado de trabalho

reside na diferença de remuneração e elevação de cargos mesmo com os mesmos requisitos e diploma que os mesmos, além disso, são mais assoladas pelo desemprego.

Além de demonstrarem qualificação profissional para execução de cargo profissional tem de se esforçar por cumprir todas as exigências complementares que lhe são insufladas e banir todas as conotações sexuais dos trajes e *hexis* corporal. Nessa mácula as mulheres infringidas pela ordem masculina qualquer que seja o espaço ou cargo ocupado pelas mulheres, elas sempre estarem “*separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo*” (BOURDIEU, 2012, p. 111, grifos do autor). Essa ideia encontra justificação nas horas de trabalhos domésticos.

A desigualdade econômica, cultural e política entre as mulheres afeta as maneiras de sentir a dominação masculina no qual a feminilidade está ligada a diminuição do capital simbólico. Apesar das mudanças na condição social feminina, ao homem está sempre destinado o espaço público, poder e a produção dos bens econômicos, enquanto as mulheres estão votadas ao espaço privado, confinadas no ambiente doméstico.

É que o “ser feminina” é revestida caráter negativo de não virilidade, em que ao dizer tal afirmação para uma mulher, implica negar-lhe qualquer direito, concessão, essencialmente masculino de acesso ao poder. O corpo, esse ser percebido, acaba reduzindo as mulheres ao aspecto físico, no qual a exaltação da aparência apresenta-se como uma linguagem da sedução. Em contrapartida, para os homens, a estética, trajes visam apagar o corpo e ascender à posição social produtiva.

O corpo feminino assume ao público uma relação de bens simbólicos a partir do momento em que são considerados aos olhares masculinos como objetos estéticos, disponíveis a saciedade sexual destes, bem como aos demais serviços secundários. A elas cabe estar sempre bem apresentada, elegante, preocupar-se como a beleza, assim como a unidade doméstica que é o cuidado com os filhos, esposo, além da preocupação com a decoração da casa.

A força da estrutura da relação de dominação está presente em todos os espaços sociais, no âmbito privado, público e reverberado pela mídia a partir da imagem do “eterno feminino” que distancia cada vez mais as mulheres ao confinarem em um universo limitado, estrito e proibirem-nas de adentrar nas práticas consideradas de masculinas. “Essa permanência da *constância trans-histórica da relação de dominação masculina*, longe de produzir, por vezes, se finge temer, um efeito de des-historicização, e portanto de naturalização” (BOURDIEU, 2012, p. 122 grifos do autor)

Bourdieu alerta para a força dessa dominação simbólica que está enraizada nos corpos e estruturas, sendo mais que uma nomenclatura verbal não pode ser abolido como se fosse uma imagem fantasiosa, pois eles estão inscritos nos corpos, como em todo os espaços do qual toda força é extraída. Efetivamente, a sexualidade é uma construção histórica estruturado nos esquemas do inconsciente e nascida nos espaços sociais.

Diante disso, é necessário encarar que as mudanças visíveis da condição social feminina não podem ocultar as estruturas de dominação invisíveis que somente poderão ser solucionadas por meio de pensamentos disposto “a *por em relação a economia doméstica, e portanto a divisão de trabalho e de poderes que a caracteriza, e os diferentes setores do mercado do trabalho* em que estão situados homens e mulheres” (BOURDIEU, 2012, p. 126, grifos do autor) Significa dizer que é necessário apreender como as tarefas e atividades tem sido distribuídas entre os sexos, principalmente no que tange aos níveis de trabalho doméstico e não doméstico.

A dominação masculina está apreendida como um forma de violência simbólica em que a biologia apresenta os corpos como diferenciados entre si, e através das oposições arbitrárias entre os gêneros, institui que o masculino sobrepõe-se ao feminino pela sua anatomia forte e viril. Baseado no ideário de eterno feminino, a força da ordem masculina invade a estrutura objetiva das coisas, penetra no inconsciente rumo à permanência dessas relações de dominação. Apesar da inserção da mulher ao espaço público, essa divisão social dos sexos ainda apresenta-se como uma ameaça que inscreve-se nos corpos de forma radical pelas e nas práticas sociais.

No que referencia aos corpos femininos, enquanto mecanismo de controle social, o mito da beleza tornou-se uma arma política que paralisa a evolução da mulher. “*O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência*” (WOLF, 1992, p. 17, grifos do autor) Essa ideologia do belo atinge os comportamentos femininos, visando reprimi-las de seus atos revolucionários e encerrá-las no trato com o corpo. Ademais, a “beleza” apresenta-se como um sistema monetário e como tal, de natureza política, consiste, mediante conjunto de crenças, em manter intacto o domínio masculino

Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram (WOLF, 1992, p. 15)

Esse sistema da estrutura do poder visa manipular e assim controlar os comportamentos femininos, principalmente no que tange à sua inserção na vida pública, através da ideologia da beleza. Requisito principal para o trabalho fora de casa, elas devem dedicar-se incansavelmente para estar sempre bela e jovem, pois somente assim conquistarão status e poder no âmbito profissional, de acordo com o senso comum. É a aparência que determina a mulher em seus postos de trabalho. Diferentemente do homem, ela é sujeita aos padrões estéticos impostos socialmente.

Mesmo com as conquistas legais (como o direito ao voto) e profissionais (tal o trabalho remunerado fora de casa), dado pelos movimentos feministas, a cada escalada de poder, aumentavam os distúrbios ligados à alimentação e ao corpo e a preocupação da mulher em atender a um modelo de beleza idealizado em que a obesidade e velhices eram considerados motivos de estigmatização.

Assim, à medida em que elas abriam espaço na estrutura do poder, esta, por sua vez, lançava mão de mecanismos de contenção do avanço do mulherio. Assim, o cuidado com a beleza tornou-se um artifício supérfluo que a sociedade criou para ocupá-las e contê-las. O mito da beleza constituiu-se a partir do ano de 1930, quando foi inventado o código da beleza, e as indústrias de cosméticos e dietas tornaram-se os censores culturais intelectuais das mulheres da época, mais antes disso, já na revolução industrial as mulheres eram controladas por estereótipos e restrições de ordem material. Essa colonização da consciência feminina que escraviza a mente destas tem bases no poder institucional dos homens.

Presente no ideário feminino, na busca incessante pela aparência física, as mulheres estão entrando numa neurose contínua. A juventude é exaltada e considerada bonita por representar falta de experiência e ignorância sexual, enquanto a velhice, tão estigmatizada, é preconizada como feia, haja vista o fato das mulheres adquirirem poder e experiência. Podemos associar essa noção de beleza atribuída à Marcela Temer, em que é apresentada no título como “BELA”, (LINHARES, p.28) “[...] ‘Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabelereiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada’ ‘Marcela sempre chamou atenção pela beleza[...]’ (LINHARES, 2016, p. 29, grifos do autor).

Sobre esse caráter político do mito da beleza, no que diz respeito ao corpo das mulheres, Wolf (2012, p. 17 grifos do autora) reitera que

O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência. A juventude e (até recentemente) a virgindade foram “bonitas” nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de experiência. O envelhecimento na mulher é “feio” porque as mulheres adquirem poder com o

passar do tempo e porque os elos entre as gerações de mulheres devem ser rompidos.

Essa mistificação do belo sempre esteve presente na vida de todas as mulheres, porém essa versão moderna do mito em sua preocupação com o físico ganhou terreno após a industrialização. Através do sistema fabril, a urbanização, sistema no tamanho das famílias juntamente com os índices de alfabetização, assim surgiram mulheres alfabetizadas e determinadas.

Todavia, esse comportamento das mulheres representava um perigo ao capitalismo, uma vez que esse sistema fabril dependia da domesticação das mulheres para sua evolução. Data-se que desde a revolução industrial que as mulheres são controladas por estereótipos, ideais de ordem material. Cerca de 1940 foram tiradas fotografias de prostitutas nuas, anúncios de imagens de “bela”, cartões-postais. Apesar de ter uma fantasia coletiva sexual, essas ideias tem pouco de sexual, na verdade, faz parte de uma ideologia que visa minimizar a mulher ao seu corpo, baseado no temor político das instituições masculinas ameaçadas pela liberdade do mulherio.

Com o crescimento das mulheres contemporâneas, as mudanças e expressão de sua individualidade, o mito, por sua vez, sustenta que a beleza é atemporal, inerte e contradiz a evolução das mulheres. Deste modo, o atual arsenal deste mito é a disseminação das imagens em voga, pois para “justificar” a necessidade de alcançar a beleza é necessário imagens que comprovem essa necessidade.

Na busca pelo corpo perfeito e a permanência da juventude, milhares de mulheres recorrem à cirurgias plásticas de natureza estéticas, dietas, bem como o consumo exacerbado de cosméticos, perfumaria e roupas. O capital gerado por essas ansiedades inconscientes, através da cultura de massa contribui para a ascensão da economia. Nota-se em Marcela, uma preocupação com o corpo em “[...] e cuidar um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar de pele)” (LINHARES, 2016, p. 29)

Esse caráter mercantil da beleza teve início durante a revolução industrial e ideias relacionadas ao dinheiro quando a aparência passou a ser considerada para as mulheres um bem precioso semelhante a uma moeda de valor e parte de um sistema econômico. Durante as últimas décadas, o mito passou a ser relacionado a um transformador entre as mulheres e a vida pública. De acordo com essa analogia, à medida que as mulheres ingressam na vida pública e ocupam cargos e posições de alto status, o mito da beleza freia a energia das mulheres e garante assim a permanência da máquina do sistema.

Tal atitude combativa do entusiasmo das mulheres decorreu a partir do declínio da mística da domesticidade feminina, quando elas ingressaram no mercado de trabalho, e à medida em que ocupavam o espaço público, a estrutura do poder lançava mão de mecanismos de contenção dessa força feminina. O mito da beleza, deste modo, surgiu para conter as mulheres da vida autônoma. Assim, de acordo com Wolf (2012, p. 25) “a estrutura do poder recorreu ao mito da beleza para prejudicar, sob o aspecto material, o progresso das mulheres.” No âmbito profissional, a beleza desempenhou um papel importante na aquisição e permanência no trabalho.

À medida em que as mulheres ocidentais foram entrando no mercado de trabalho moderno, o sistema de valores do mercado matrimonial foi assumido intacto pela economia trabalhista para ser usado contra as exigências de oportunidades das próprias mulheres (WOLF, 2012, p. 26)

O entusiasmo em atribuir valor financeiro as qualificações referentes às atividades matrimoniais ao invés de profissionais reforça o caráter político e não sexual do mito. Assim, o mercado de trabalho, contribuiu por refinar o mito da beleza como também legitimar a discriminação das mulheres em seus cargos públicos.

Tal discriminação tornou-se necessária não pela impressão de incapacidade, mas que fossem para além do esperado, ainda melhores que os homens, tal como está acontecendo atualmente. Esse requisito de belas mulheres em cargos de trabalho não eram solicitados com o intuito de decorar, trazer um ar de feminilidade ao ambiente, mas de manter a estrutura do poder através do emprego de mulheres em cargos de pouco prestígio social. Ademais, a mulher trabalha mais de que o homem, além do trabalho remunerado fora de casa, ainda trabalha em casa realizando toda ou quase as tarefas domésticas. Contudo, apesar dessa dupla jornada de profissional e dona de casa, ainda conseguiram um espaço na estrutura do poder.

Então, à procura por um método mais eficaz, a estrutura do poder inventou uma tripla jornada de trabalho com o objetivo de conter a ameaça das mulheres ao *status quo*. Apesar de assoladas pela falta de creches, algumas delas contratavam mulheres pobres para cuidarem de seus filhos, bem como das atividades domésticas, deste modo, originava-se a necessidade de outros grilhões, uma ideologia que sugasse toda a energia feminina, formasse as trabalhadoras aos moldes que o sistema determina.

Essa tripla jornada de trabalho almejava sobrecarregar as mulheres em suas atividades de modo que não restasse tempo livre para qualquer prática após os cuidados com a aparência, pois agora, além de dona de casa, profissional, a mulher tinha de se preocupar com a beleza

no trabalho. Sobrecarregadas e destinadas a mais uma atividade a ser desempenhada por elas é que podemos considerar

O mito da beleza é a última e melhor técnica de treinamento para forjar uma força de trabalho dessa natureza. Ele cumpre todas essas funções durante o expediente e ainda acrescenta uma tripla jornada que se encaixa no seu tempo livre”. (WOLF, 2012, p. 33- 34)

Essa relação direta do trabalho profissional da mulher e a beleza pode ser encontrada nos primeiros ordenamentos jurídicos das sociedades americanas por meio da QOBF (qualificação ocupacional de boa fé) e também na Grã Bretanha QOG (qualificação ocupacional genuína). O cerne dessas leis era a discriminação sexual na contratação das atividades assalariadas. Posteriormente, a lei americana sofreu alterações no sentido e nomenclatura e a QOBF tornou-se qualificação da beleza profissional (QBP).

A natureza do mito é concentrada na idealização da beleza feminina como um requisito indispensável para o ingresso e permanência das mulheres em seus cargos. Ele, o mito, parte de três pressupostos bastante equivocados para "justificar" a importância que tem a beleza para o público feminino. O primeiro deles baseia-se na ideia de que essa qualificação é legítima para a contratação das mulheres, no segundo, aponta a beleza como alcançável a todas e o terceiro pondera que as mulheres que trabalhassem, pensassem na beleza como uma forma que desconstruísse toda a mentalidade antes instituídas pelas feministas, ou seja, para cada conquista alcançada pelas mulheres, uma nova forma de desmontar essas ideias pelo mito da beleza. (WOLF, 2012)

Quanto mais próximas chegavam do poder, maiores eram as preocupações com o físico, haja vista que a "beleza" era sempre condição para o próximo passo feminino. Tal afirmativa pode ser atestada quando em 1990 as ideias de "beleza" tornaram-se consequência primeira para a ascensão das mulheres as posições de prestígio. A estrutura do poder temia o que poderia ocorrer se as mulheres livres, juntamente com seus corpos livres avançassem num sistema que se denominava de meritocrata.

Na propagação dessa ideologia da mística da beleza, as revistas para mulheres apresentavam produtos e serviços persuadindo-as na busca da transformação pessoal em *status* oferecido a elas pela sociedade de consumo, enquanto que aos homens é dado sob a forma de dinheiro. O valor conferido as mulheres pelo mercado matrimonial agora foi substituído pela beleza que pode ser considerada como placebo do poder, haja vista o fato de proporcionar a elas um tipo de “lugar” que o dinheiro dá aos homens.

Contudo, é necessário conhecer os antecedentes da qualificação da beleza profissional, seus trajetos, para que a compreendamos. Surgida na década de 1960, assim como o mito da beleza, a QBP teve início juntamente com a emancipação feminina de modo a acompanhar e barrar a liberação profissional das mulheres no período em que muitas jovens instruídas de classe média começaram a trabalhar fora de casa, divididas entre a formatura e o casamento.

Como uma forma de conte-las da vida pública, várias místicas foram lançadas e numa destas, a jovem mulher foi restrita a um estereótipo sexual que usava a beleza para abalar a seriedade no trabalho desempenhado a partir da sua recém adquirida independência financeira. Uma profissão exercida pelas mulheres alvo dessa mística sexualizante foi a de aeromoça. Usada contra as mulheres nos Estados Unidos, em 1972, foi decretada a legitimidade da beleza que determinava a permanência ou não de um emprego. Ainda QOBF, se o empregador alegasse que uma mulher não estava desempenhando bem o seu trabalho, automaticamente, ganhava a causa e a jovem era demitida.

Fica evidente a função política do mito da beleza que encontrava respaldo na constituição que, por sua vez, acompanhava o ritmo do avanço das mulheres, pois somente depois delas invadiram o espaço público que proliferaram leis tratando da aparência física no ambiente de trabalho. Presente no ideário feminino, essa ideologia escraviza as mulheres e reside na mente destas no qual sexualidade se funde com a autoestima e o reconhecimento é sempre visto de fora através da concessão de outrem. Dependente da vontade alheia, ser bela e jovem tornaram-se prioridades de toda mulher.

Toda a legislação estadunidense desenvolveu-se de modo a proteger os interesses da estrutura do poder por meio do mito da beleza que, legitimado, bloqueia todos os avanços femininos e impõe às mulheres uma aparência correta para conquistas. Tendo a beleza como parâmetro para ser respeitada, segundo a QOBG, "qualquer mulher poderia portanto tratá-la com justiça em questões trabalhistas se ao menos ela cumprir o seu papel, tiver uma boa aparência e se vestir com trajes femininos" (WOLF, 2012, p. 49)

Caso houvesse alguma tentativa de assédio sexual da mulher em seu trabalho, um tribunal avaliava a aparência e roupa que estava e, muitas vezes, no depoimento era decidido que os trajes eram provocantes e ela tinha aceitado o assédio. As leis britânicas desenvolveram leis semelhantes a essas. A QOG naturaliza e permite a discriminação sexual quando é exigida no emprego a aparência física ou autenticidade.

Já no que referencia à QBP, esta lei aplicou-se a todos os cargos em que a mulher tivesse contato com o público. Ser eficiente e feminina era uma dualidade evasiva que

permeava a mente da mulher. É Nessa contradição que ela encontrava-se mergulhada numa linha tênue, pois para ser considerada eficiente era necessário vestir-se bem e cuidar da estética, acompanhar as tendências da moda que estão em constantes transformações. Julgada em suas atitudes, a aproximação de uma mulher com o homem era estigmatizada e interpretada como de natureza sexual. Seus trajes davam margens ao assédio, segundo a ideologia da estrutura do poder representado na QBP.

Mesmo após a padronização de vestimentas através do uso de uniformes, as exigências com a aparência feminina não cessaram. Para alcançar *status* no trabalho, elas tinham agora que serem magras, vestir roupas de alta costura, tudo para conseguir autoridade, agora que o uniforme apresenta-se pouco eficaz para esses objetivos. A mulher tinha de vestir-se bem e, por conseguinte, de forma a exercer atração sexual para alcançar o sucesso. Posta a importância das roupas na constituição do sujeito feminino, as indústrias de moda investiram nas peças para aquelas tornassem-se mais lindas e deste modo, levadas a sério.

Todavia, a aparência feminina eram usadas para justificar qualquer tipo de assédio. A elas eram destinadas as responsabilidades de serem promovidas, demitidas ou até estupradas segundo as vantagens e desvantagens do seu físico. A punição pela escolha da peça do vestuário para o trabalho apresenta-se como uma função controladora da QBP como uma forma de promover a desmoralização destas e certificarem de que não apresentam uma ameaça à estrutura do poder.

A eficácia desta lei é garantida pelo fato de que " a beleza forma a ponte entre as mulheres e as instituições" (WOLF,2012, p. 60). Desse modo, essa mediação da beleza manipula o comportamento e através do cuidado com a estética visa entretê-las e desviar a atenção para vida profissional, impedindo-as de atuar na estrutura do poder de forma ativa.

Essa manipulação apresentada pela QBP, de forma sutil, retoma às relações de trabalho os motivos para exploração, uma vez que as legislações que seguem preconizam a igualdade de oportunidades. Essa qualificação proporciona, pela mão de obra feminina, a exploração sob o aspecto econômico, por meio da manipulação, bem como também o aspecto psicológico por meio das ideias reforçadas pelo mito da beleza.

A QBP reforça a política de dois pesos, duas medidas. As mulheres sempre receberam menos do que os homens pelo trabalho, e a QBP fornece a este fato uma nova justificativa racional ali onde a antiga se tornou ilegal. (WOLF, 2012, p. 62, grifos do autora)

Para além da estética, este mito penetra também num outro campo. A natureza política da QBP reitera as desigualdades de salários existentes entre homens e mulheres. Essa disparidade é permeada por um jogo de imagens que reforça a ideia de que o público feminino vale menos do que os homens, além do fato de que seu reconhecimento é dado pela aparência. Toda essa relação de valores de trabalho acentua que

Essa é mais uma prova da característica política, não sexual do mito. O dinheiro movimenta a história com maior eficácia do que o sexo. Um reduzido amor-próprio na mulher pode ter um valor sexual para alguns indivíduos, mas tem um valor financeiro para toda a sociedade. A imagem insatisfatória que as mulheres tem do seu físico nos dias de hoje é muito menos consequência da concorrência entre os sexos do que das necessidades do mercado. (WOLF,2012, p. 64)

A auto estima reduzida nas mulheres é trabalho do mito da beleza que obtém resultados de lucros altos para as empresas. Elas superestimam o seu corpo como também as despesas profissionais. Ao desvalorizar a capacidade profissional da mulher a níveis baixos e trazer para o local de trabalho o valor físico, o mercado, por sua vez, mantém o acesso à mão de obra feminina barata.

Esse valor da mulher no mercado de trabalho movido pelo físico gera uma insegurança profissional, na medida em que sua permanência no trabalho assalariado depende, em grande maioria, da aparência. A exibição de imagens de mulheres belas em anúncios, filmes contribui para a divulgação dessa ideologia, uma vez que tais imagens são usadas para a desvalorização da mulher. Relegadas a preocupação com a estética, elas são imersas num sistema que a aprisiona em modelos socialmente impostas e legitimados no qual beleza e juventude são exaltadas.

Dada a importância que a beleza representa para a mulher, a manutenção desta é considerada como um investimento necessário, muitas delas dedicam grande parte do salário com tratamentos estéticos e vestimentas da alta moda. Todo esse trabalho é preciso para estar no espaço público, logo é pertinente ressaltar que “a *QBP empobrece as mulheres sob o ponto de vista material e psicológico*” (WOLF, 2012, p. 68, grifos do autor)

Mesmo quando ganham um salário tanto quanto os homens se veem obrigadas, pela QBP, a obterem um valor líquido inferior aos colegas. É que tal qualificação engendrou uma discriminação gerada pela renda distribuída pela própria vítima refém da discriminação. Vale ressaltar que a QBP gera uma exaustão nas mulheres o que pode comprometer o futuro de todas elas na medida em que desestimula as a ir além do que a aparência determina. Graças a QBP, as mulheres têm o entusiasmo e tempo para realizar apenas seu trabalho de forma

eficaz, não restando tempo livre para leitura de novas teorias capazes de mudar a estrutura do sistema.

A QBP, aprisiona as mulheres mais velhas a recorrer às cirurgias estéticas para manterem-se no sucesso. Todas reconhecem essa necessidade como obrigação profissional e não pessoal. Tais exigências profissionais conduzem as mulheres a uma realidade recorrente no mercado de trabalho. A ideologia do aperfeiçoamento pessoal apresenta-se como uma estratégia de obtenção dos direitos mais eficazes do que recorrer à justiça. Além disso, o mito da beleza apresenta-se como uma estratégia inteligente para que as mulheres continuem a ocupar o lugar que a ordem patriarcal desenhou a elas de secundário e inessencial, deste modo, é eficaz para permanência da estrutura do poder quando mantém as mulheres isoladas e ao mesmo tempo, em constante enfrentamento umas com as outras. Preocupadas com o corpo, idade, elas não reivindicam por mais escola, creches, direitos trabalhistas, equiparação de salários, apenas almejam serem belas.

O mito faz com que as mulheres creiam que ele existe e é injusto porque é necessário. Todo o empenho com a beleza no âmbito profissional funciona para mostrar as mulheres que a justiça não se aplica. A naturalização desse mito justifica a discriminação da mulher a partir do corpo, cor de cabelo, estatura como algo imutável, eterno e presente nelas. Todo esse trabalho do mito da beleza tem por objetivo principal impedir as mulheres de ter acesso a estrutura do poder e como uma forma de conte-las na vida pública e profissional surge a preocupação com o corpo e o modelo idealizado de mulher. A partir daí, as mulheres são controladas pelas indústrias de beleza e obrigadas a ser um modelo inalcançável.

No que diz respeito a história da sexualidade feminina, esta é respaldada de uma leitura negativa, se comparada a dos homens. Por milênios, foi o corpo da mulher envolto por equívocos e mistérios que deu margem a várias ideias. Anatomicamente diferente do copo masculino, o corpo da mulher se prestava a associações com o diabólico, enfermidades.

A construção da sexualidade feminina foi inferiorizada desde os primórdios. Organizadas a partir do método binário em que o masculino é atribuído as propriedades de ser humano. Para a ciência, a evolução humana formulava –se a partir da existência de um só gênero, na religião, segundo a bíblia, em gêneses, a mulher é parte do homem e deve a ele obediência, servidão.

Nesse aspecto, todas as associações ao feminino deixaram de ser especificidade, para ser o oposto do masculino. No que se refere à sexualidade, o órgão sexual masculino e todas as associações a ele destinadas foram supervalorizadas socialmente, a partir da noção das

masculinidade e virilidade, enquanto o órgão sexual feminino era imbuído de um mistério. Contudo, para entendermos como as noções da sexualidade feminina se consolidaram socialmente, é necessário voltarmos à história. Estima-se que desde a Idade Antiga (4000 a.C. - 476 d.C.) circundava a problemática da mulher e sexualidade com a histeria.

Em sua origem léxica, histeria do grego *hystera* designa útero (matriz), ou seja, de acordo com Hipócrates (460 - 375 a.C.) e Platão (427 - 347 a.C.) esta era uma doença uterina, que decorre da matriz sufocada pela migração do útero de baixo para cima e parava nos pulmões ou traqueias, o que resultava em desconforto ou palpitação. Preocupando com a diferenciação sexual, Platão em um de seus livros, *Timeu*, nos fornece arcaísmos sobre uma “natureza feminina”. Conforme afirmava que (1986, p. 154),

Eis porque nos machos os órgãos genitais são naturalmente insubmissos e autoritários, como animais surdos à voz da razão e, dominados por apetites furiosos, querem comandar tudo. Nas mulheres também e pelas mesmas razões, o que se chama a matriz ou útero é um animal que vive nelas com o desejo de procriar. Quando ele fica muito tempo estéril depois do período da puberdade, ele tem dificuldade em suportar isso, indigna-se, erra por todo o corpo, bloqueia os canais do sopro, impede a respiração, causa um grande incômodo e origina doenças de toda a espécie, até que, o desejo e o amor unindo os dois sexos, eles possam colher um fruto, como numa árvore, e semear na matriz, como num sulco(...) Tal é a origem das mulheres e de todo o sexo feminino.

A teoria da matriz do útero como um animal selvagem é inaugurado por Platão como sendo uma identidade da mulher. Mais tarde, Hipócrates, considerado um dos maiores médicos da Antiguidade, incorporou seus saberes científicos e de cura do corpo e condensou às teorias de filósofo que provinham de parteiras sobre doenças das mulheres, menstruação, parto, menopausa, etc.

A semente da mulher é umas vezes mais forte, outras vezes mais fraca, também é assim para o homem. A semente macha é mais forte do que a semente fêmea. É da semente mais forte que nascerá o produto. Eis como isso se passa: se a semente mais forte vem dos dois lados, o produto é macho; se a semente é mais fraca, o produto é fêmea. (...)se a semente fraca é muito mais abundante do que a forte, esta é vencida e, misturada com a mais fraca, transforma-se em fêmea; se a forte é mais abundante do que a fraca, a fraca é vencida e transforma-se em macho. (HIPÓCRATES apud JOAQUIM, 1997, p. 81)

Ademais, a mulher é vista como uma matriz semeado por outro, o homem. Enquanto o homem é o produtor, a semente, a mulher é reprodutora. A ideia de ser o útero um organismo vivo, autônomo e que se locomove remota a Antiguidade 2.000 a.C. desde a sociedade egípcia, com o papiro karoun que explica que o grande número de perturbações femininas deriva do deslocamento do útero para a parte superior do corpo.

A solução lógica para a saúde e estabilidade das mulheres era fazer o útero retornar ao seu local. Para isso, relações sexuais, partos e trabalhos manuais ajudariam. Para o cristianismo, a natureza do gozo deve ser combatida por ser enganosa e induzida por maus espíritos. Assim, o nome histeria caiu em desuso e o termo possessão diabólica passou a vigorar. Para a igreja católica, essas manifestações presentes no corpo de mulher são derivados da matriz erótica e as convulsões e sufocações da matriz são consideradas a consumação do pecado carnal.

Na Idade Média, (476 d.C. – 1453 d.C.), essas neuroses provocadas pelo útero eram responsáveis pelo comportamento moral e emocional das mulheres no lar. No obscurantismo medieval, de caça às bruxas, aproximadamente do século XIV ao XVIII, a histeria associava-se a feitiçaria ao pacto diabólico através do corpo. Religiosos atestavam também que as almas somente poderiam ser salvas através do exorcismo. À esfera política, cabia a execução, assim muitas mulheres foram ateadas e mortas na fogueira da inquisição. Entretanto, o tratado mais cruel sobre tortura é a anestesia histérica pelas picadas de agulha para comprovar a insensibilidade demoníaca.

Durante os séculos XII e XVII, a mulher foi estigmatizada como a figura do mal com a representação de Eva. Fonte do pecado original, instrumento do diabólico, é na figura de Eva que a mulher é marcada socialmente como pecadora, inferior pela carne e o prazer. Na Idade Moderna, (1453-1789), o neurologista francês de nome Charles Lepois levantou a tese de que a histeria originada no cérebro seria comum à mulheres e homens.

No século XVIII, elas não tinham acesso a instrução, viviam restritas ao âmbito doméstico, qualquer ambição era passível de punição. Nessa época, com a eclosão da revolução francesa, (1789 - 1815) com destaque para o sistema político e social vigente na França, bem como no ocidente. Desse movimento revolucionário de contestação dos modelos políticos vigentes deu margem as mulheres denunciarem a sujeição e reivindicarem acesso a todas as esferas sociais.

A partir do século XIX, a mulher realizou uma passagem religiosa e social de herdeira da progenitora do pecado, Eva, à virgem Maria. A imagem da virgem junto ao menino Jesus,

conferiu à mulher o status de santidade e feminilidade. A partir da simbologia da maternidade como um ato sublime, o órgão sexual feminino passava a ser revestido de um caráter divino.

Sobre as manifestações históricas, a medicina representou as etapas fisiológicas da mulher como doenças. Nesse panorama, o neurologista francês Jean-Martin Charcot (1825-1893), desenvolveu teses sobre a etiologia traumática da histeria, afirmando ser de natureza funcional a formação do sintoma histórico. Nesse sentido, a cura para histeria rompia o âmbito familiar, matrimonial, as mãos do médico responsável por transladas essa feminilidade rebelde atrás de massagens no órgão sexual feminino.

Nessa época, a cura da histeria saiu do âmbito familiar, onde o controle dos sintomas se dava através do casamento e transladara as mãos do médico. No período vitoriano, (1837-1901), marcada pela banalização do estigma de autodomínio dos homens sobre controlar os sentimentos, contrariamente as mulheres, uma classe médica dedica seus trabalhos sobre a histeria masturbando mulheres com óleos vegetais nos órgãos genitais, massageando com os dedos contra o clitóris até provocar o orgasmo, naquela época, chamado de “paroxismo”.

Interessados em um dispositivo capaz de poupar as mãos e dedos dos médicos, o americano George Taylor produziu em 1896 um dispositivo vibrador chamado de “the manipulator” que, apesar de ser um aparato grande, permitiria as mulheres ao paroxismo histórico rapidamente. Dentre as principais reclamações das mulheres estava a insônia, nervosismo, ansiedade, umidade entre as pernas, desejos eróticos.

Desde os tempos, a medicina adentrava no corpo feminino, para Freud (1856 –1939) para a compreensão deste caso era necessária uma espécie de decodificação dos sintomas históricos através da escuta. Afirmando que a causa desse distúrbio é sempre sexual. Contudo, essa conduta de histeria feminina passa a ser considerada ao final do século XVIII como uma doença mental. A noção de corpo feminino é o de saturado pela sexualidade, mas que se renova através de diagnósticos médicos, familiares, métodos educativos. Esta foi a definição sobre a histerização dada por Michel Foucault (1979, p. 98) em *Vontade em Saber*

Tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação) : a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização.

Podemos encontrar essa associação de mulher nervosa ligado à histeria no *corpus* em análise da revista da IstoÉ sobre a presidenta Dilma Rousseff em “UMA PRESIDENTE FORA DE SI” (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 32, grifos do autor)

Mais tarde, essa histeria é abordada sob um prisma social. Algumas vertentes enfocam como a sociedade faz uso da personalidade da mulher para clivar sua autonomia e capacidade de ação consciente sobre o mundo. Em 1938, surge uma peça teatral “*gas light*”, escrita pelo inglês Patrick Hamilton. O nome da peça é utilizada para designar a atitude machista do protagonista que induz a parceira a creditar nos seus devaneios e procurar um psicóloga, tudo para roubar sua fortuna.

Inspirada na peça, surge uma nova designação para as violência contra a mulher, o *gaslighting* que consiste numa forma de manipulação feminina que ocorre principalmente no âmbito privado, silenciada e camuflada, propaga o machismo por meio de atitudes cotidianas e simples. Ao chamar de louca uma mulher, o homem põe em cheque a sanidade mental da mulher como uma justificativa de duas dissidências.

Esse tipo de relação de poder inscrita nas relações abusivas e machistas, atua diretamente na identidade da mulher. Essa prática “tem a ver com descreditar as ideias das mulheres atribuindo descontrolo às reações emocionais que não correspondam ao que se espera delas, que são comportamentos de condescendência, gentileza, concordância, apaziguamento” (ALMEIDA, 2016, p. 01)⁵

Corpo e comportamento das mulheres são controlados por um processo de normatização. No que diz respeito ao campo midiático, são desqualificadas, subjugadas por suas ações. Podemos perceber no *corpus* do nosso trabalho, a maneira como a reportagem da IstoÉ apresenta a presidenta Dilma Rousseff, como destemperada, sem condições emocionais e psicológicas de gerir o país. Em outras palavras, é o *gaslighting* uma violência emocional, psicológica e de gênero, que expõe mulheres a acharem que são incapazes, loucas.

1.1 Breve Histórico da divisão social e sexual do trabalho

A princípio, possivelmente, a coleta de frutos e/ou raízes comestíveis, cultivo da terra e o preparo dos alimentos teriam sido atividades desenvolvidas pelas mulheres. A incerteza na

⁵ ALMEIDA, J. **A mente violentada**. Agência Patrícia Galvão, São Paulo. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/a-mente-violentada-por-jessica-almeida/>>. Acesso em: 12/05/2018

afirmativa decorre da falta de documentos e objetos. Todavia, placas de xisto datadas do III milênio a.C associam a figura feminina à uma “Deusa Mãe”, no qual os atributos físicos são considerados símbolos da fertilidade.

Às mulheres cabiam os cuidados com os filhos e as atividades artesanais, como a olaria e a tecelagem. Os homens responsabilizavam-se pelo trabalho do campo, pela pesca, caça, pastorícia e pela proteção de todos os bens do aldeamento. (CIRNE; HENRIQUES, 2012, p. 20).

É possível observar na Pré-História a construção de estereótipos que representam as mulheres como dona de casa, deusa e mãe e os homens como— guerreiro, protetor, caçador. Na comunidade primitiva, homens e mulheres asseguravam igualmente o sustento da família. “[...] os artesanatos neolíticos foram apresentados como indústrias domésticas. Todas as mulheres da aldeia trabalham juntas, conversando e comparando seu trabalho, chegam a ajudar-se mutuamente.” (CHILDE, 1971, p. 103)

Já a Antiguidade, compreendida pelo fim do neolítico, 4.000 a.C, é marcada pela esfera oriental e clássica. Na primeira, os povos mesopotâmicos tinham na agricultura o principal modo de subsistência, havia também o comércio nômade, criação de animais. Autogovernadas, as cidades estados eram administradas por monarcas. Na pirâmide social, estavam os monarcas, famílias abastadas, nobres. No que diz respeito à mulher, sua vida social era condicionada pelo código Hamurabi — conjunto de leis que dirige o papel delas na sociedade. Ademais, a condição feminina pode ser compreendida no sentido de suas matrimoniais, situação, econômica, costumes.

A escolha do noivo era realizada pela família. O celibato é uma prática concedida somente aos nobres. Caso a mulher, apresentasse esterilidade, era socialmente subjugada e o marido, nesse caso, podia contrair um segundo matrimônio. A ela pairava a necessidade de prover filhos para dar continuidade à geração. No que referencia o divórcio, teoricamente tanto o homem quanto a mulher tinham os mesmos direitos de petição. A solicitação do divórcio era realizada de maneira simbólica, proferida. Contudo, segundo o código Hamurabi, a mulher poderia gozar desses direitos somente se

[...] tendo desenvolvido uma aversão por seu marido, ela se recusa a ter relações sexuais com ele⁴⁰; neste caso, uma investigação sobre o comportamento dos esposos é realizada em seu quarteirão: se a má conduta do marido é notória, a mulher é autorizada a voltar para a casa de seu pai com seu dote (§ 142). Se é constatado, ao contrário, que a mulher “não se comporta bem, sai (de casa), dilapida sua casa, desonra seu marido”, ela será

condenada à morte por afogamento. (LION; MICHEL, 2005, p.12, grifos do autor)

Essas leis também se direcionam às viúvas. Amparadas pela lei, elas deviam assumir a responsabilidade da família. Dado a importância do elo familiar, as mulheres eram vigiadas segundo a sociedade patriarcal vigente. Já na Antiguidade Clássica Grega, as sociedades eram baseadas no princípio político, no qual a democracia atribuiu aos homens a cidadania, uma vez que participam ativamente, ao passo que para as mulheres cabia o acesso ao espaço *oikia*, a casa. A casa reúne os filhos, mulher, escravos, é o espaço para o qual o homem desenvolvia atividades visando sua conservação. Enquanto a *oikia* representava sujeição, a polis aspirava o acesso à cidadania.

O exercício da cidadania necessitava de autonomia que somente indivíduos livres teriam condições de governar. Encerradas no âmbito familiar sem poder ascender à esfera pública, a mulher esteve sempre limitada a casa. Nas sociedades antigas, é o *pater familias* aquele que detém para si todo o poder das sociedades antigas. A figura patriarcal é fruto de uma religião primitiva, essa ideologia visando a permanência das gerações, a mulher tinha de contrair matrimônio com o pai, era comum o matrimônio entre parentes.

Nas sociedades romanas, também persistia esse sistema patriarcal. O poder, política, economia encontravam-se sob o domínio dos homens, era eles quem escrevia as leis, enquanto a mulher cuidava da casa e educação dos filhos, além de terem como papel social o de reprodutoras. Visto o sexo com a mulher apenas para procriação, o cônjuge procurava o prazer fora do casamento. As mulheres romanas sofriam muito com o parto. Em razão disso, muitas preferiam controlar a taxa de natalidade, ou abortar. O aborto não era visto como um delito civil, pois os romanos não consideravam o momento biológico em que a mãe gerava o seu filho.

No que diz respeito à educação, as mulheres passaram a ter conhecimentos básicos sobre cálculos e leitura. As mães, influência na educação dos filhos. Mesmo após casadas, ainda continuavam sua educação, obtinham ensinamentos de filósofos e até de dança e arte, apesar do conservadorismo vigente. Elas conheciam a retórica, o direito e a geometria, além de inspirar os poetas. (ACHARD, 1995,)

No que se refere a organização do império romano, desde o século III d.C., a organização de Roma passava por um declínio devido a invasão dos povos bárbaros e a crise econômica. A migração dos povos germânicos da Europa e Ásia em função das transformações no clima e outros, obrigava Roma a reforçar o contingente de militares.

Organizada em meio ao sistema escravista, o império entrou em colapso a partir da substituição do trabalho de escravos pelo sistema de colonato, que consistia na distribuição de pessoas pobres, que contratavam serviços em troca, ofereciam proteções de terra.

Esse processo culminou na decadência de centros urbanos e atividades comerciais. A Idade Média, marcada pela queda do império romano no ocidente, e compreendia entre os séculos V estendendo-se até o século XV, foi marcada pela economia rural, supremacia da igreja católica, formação do feudalismo, hierarquização da sociedade. A sociedade medieval era hierarquizada.

No topo da pirâmide estavam representados a nobreza feudal, (nobres, duques, cavaleiros) seguidos do clero, igreja católica, no qual toda a sociedade baseava-se na mentalidade religiosa, já na base estavam os servos, camponeses. No feudalismo, o vassalo recebia terras do suserano e devia prestar a ele serviço militar. A economia medieval era baseada em trocas. Por medo das invasões germânicas, a população se dirigia ao campo e os grandes proprietários ofereciam proteção em troca de serviços, sob altos impostos.

Durante todo o período medieval, a igreja católica detinha o monopólio do poder. Além da posse de vários feudos, era o clero que mantinha o controle econômico, político e social. Baseada no cristianismo, a sociedade seguia a mentalidade de que era a mulher imbuída de um caráter inferior, pecaminoso. Os religiosos adotavam o pecado original de Eva para inferiorizar as mulheres, sob o jugo dos prazeres carnavais e sentimentos humanos. No discurso bíblico, a mulher é apresentada como secundário, frágil. “Mas não permito que a mulher ensine, nem que usurpe a autoridade do homem, mas que esteja em silêncio”. (1TIMOTÉO, 2:12) O casamento era obtido por meio de intervenção masculina, não por escolha da mulher e a fertilidade feminina era exaltada, tendo em vista que a maternidade era um papel socialmente atribuído a ela para procriação.

Sob a ótica masculina adotada pela igreja, o universo medieval construiu a imagem da mulher de formas distintas. Como prostituta, impura, a Eva que traiu a humanidade e trouxe ao mundo o pecado ou através de arquétipos de santa, virginal. As mulheres eram incentivadas a manter-se puras e ingressar em mosteiros e/ou até ao matrimônio, tendo em vista que esse enlace tornou-se um sacramento pela igreja. Pensando num modelo de comportamento feminino, logo a mulher foi associada à imagem de Maria, a imaculada, mãe de Jesus. Para tal, era necessário um resguardo da mulher. De acordo com Casagrande

A mulher foi criada por Deus, participou com a Virgem Maria do mistério da Encarnação, contribuiu por meio de inúmeras mulheres santas e piedosas

para o desenvolvimento espiritual da cristandade, possui uma alma que está apta a entrar em relação com a divindade, pode salvar e ser salva, praticar a virtude, fugir ao vício, tornar-se exemplo de perfeição moral; é, portanto capaz de se auto custodiar. (1990, p. 121)

Além de Eva e Maria, algumas tradições, sobretudo a judaica, acreditam numa terceira figura, designada de Lilith, estimada como a primeira de Adão antes da existência de Eva. De acordo com os textos antigos, Deus teria criado, uma companheira para Adão da mesma matéria prima, o barro. Tal pensamento é expresso no *Malleus maleficarum*, tratado de demologia feminina, publicado no ano de 1486.

Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona a mente.⁶

Ademais, conta-se que, não aceitando se sujeitar à dominação masculina, contestou sua condição de submissa a Deus que atestou que tudo permaneceria como havia feito. Revoltada, decidiu fugir do jardim do éden para o mar vermelho e queixando-se Adão por estar só, Deus ordenou a três anjos para que fossem à sua procura. Recusando voltar, Lilith foi transformada em demônio feminino, tornando-se noiva do senhor do mal. Assim, ela é vista como um demônio feminino noturno segundo as tradições islâmica e judaica e para os hebreus como um espírito feminino vingativo.

Apesar do silêncio do cristianismo sobre essa mulher, há na bíblia passagens que induzem a existência de Lilith, como podemos observar em Gênesis "*E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada.*" (2:23) pela exclamação de Adão na primeira frase, é possível imaginar a existência de uma outra mulher feita por matéria diferente da usada para criar Eva.

A questão da submissão aos homens era constante nas sociedades baseadas nos princípios do cristianismo, assim, as mulheres tinham sua voz velada, eram destinadas ao controle da sexualidade das filhas. Em contrapartida ao modelo de mulher idealizado pela igreja, havia também o repudiado por ela através das práticas de feitiçaria e bruxaria, que segundo o catolicismo, era cultuado por algumas mulheres. Tais termos são associados ao paganismo e as práticas diabólicas.

⁶ Cfe. ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: História das mulheres 13 no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p. 46

O conhecimento de algumas mulheres sobre rituais de cura de enfermidade e domínio de ervas, eram consideradas práticas hereges, pecaminosas e perseguidas pela igreja por serem falsearem o controle divino. Com esse ideário simbólico, as mulheres tiveram legitimadas os estereótipos de bruxas, diabólicos.

Existe na perseguição às “feiticeiras”, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino (ALVES; PINTANGUY, 1985, p. 21)

O início da Idade Moderna no século XV até VXIII, marca a largada a caça às bruxas. O movimento inquisitório formulado pela igreja católica romana era composto por tribunais que julgavam todos aqueles que praticavam atos contrários aos dogmas religiosos, principalmente as mulheres. Diante disto, muitos cientistas foram perseguidos e mortos. Judeus e nobres também foram perseguidos. A caça às bruxas também foi determinada neste período.

Os tribunais da inquisição varreram toda a Europa, exterminando aqueles e, sobretudo, aquelas que transgredissem as regras de comportamento e de dominação impostas às esfomeadas e doentes massas camponesas. Os quatro séculos de perseguição às bruxas e aos que transgrediam o que era considerado correto segundo a doutrina de fé, foram um poderoso instrumento para a centralização do poder. (AUAD, 2003, p. 37)

Dentre as figuras femininas afligidas por esse processo destaca-se Joana D'Arc, guerreira e militante francesa. Na infância, presenciou a morte dos pais por soldados ingleses. Durante os 13 anos de idade passou a ter visões dos santos Miguel, Margarida e Catarina. Nestas mensagens, de que ingressava no exército francês para lutar contra a e Inglaterra. Motivada pelas visões entrou na tropa e obteve reconhecimento do rei Carlos VII, o que gerou muitas inveja pelos demais militantes franceses. Devido as conspirações, os apoios a ela foram diminuindo e, com a morte do rei Carlos VII.

Mas é em 1.429, após uma vitória da França, que Joana não sossega e parte rumo a Paris, onde é presa e capturada pelos borguinhões, aliados da Inglaterra. Vendida por 10 mil libras. Em 1430, é acusado de bruxaria, heresia por ouvir vozes consideradas diabólicas e, após uma interrogativa extensa é queimada na fogueira da inquisição, aos 19 anos.

É na passagem da Idade Média para a Moderna que o renascentismo é instaurado. Esse movimento, artístico, político e científico representa visões diferentes do mundo medieval. A

valorização da experiência e estudo da natureza, da vida humana passou a inspirar as cidades europeias, pelo humanismo.

Em contrapartida a Idade das Trevas, a Idade Moderna era considerada o século das luzes. Surgido no século XVII, na França, o movimento iluminista criticava o absolutismo, privilégios da nobreza e defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica existente desde a idade média. Somente pela capacidade humana de racionar, pela luz da razão podia haver o triunfo sobre as trevas do fanatismo, ignorância religiosa. Os principais filósofos desta corrente de pensamento eram os franceses Montesquieu, Rousseau e Voltaire.

Baseado no lema da revolução francesa *Liberté, Egalité, Fraternité* (liberdade, igualdade e fraternidade) os iluministas propunham uma nova sociedade seguida no princípio de igualdade, direitos dos cidadãos e também na liberdade individual. Também no século XVIII, na Inglaterra, iniciava-se um sistema econômico baseado nas novas tecnologias através da mecanização e indústrias. Esse processo de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais tornou-se o principal meio de atividade produtiva.

A insuficiência do salário do marido para a subsistência familiar marcava o ingresso da mulher no trabalho fabril. Essa atitude do público feminino representou para elas, além das desqualificação do trabalho, com salários baixos e condições precários de trabalho, as mulheres eram submetidas a uma dupla jornada de trabalho. "Foi a industrialização que colocou a questão do trabalho das mulheres. A manufatura, a fábrica, eram uma mudança perturbadora, mais aguda para elas do que para seus companheiros." (PERROT, 2007, p. 119) Além do trabalho como operária, elas ainda exerciam o de dona de casa. No âmbito privado, elas continuavam nas atividades domésticas e cuidado com os filhos.

Na Inglaterra, no final do século XVIII, surgiram as primeiras indústrias no mundo. As máquinas, ainda a vapor, produziam tecidos de algodão, lã. Somente em 1830, foram construídas locomotivas e ferrovias. Nesse cenário, os capitalistas necessitavam de mão de obra barata, para o acúmulo do capital. A partir dessa idealização, organizaram um estado democrático de direito no qual criaram a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" em 1789. Nessa documento, as mulheres tiveram vetados todos os direitos de participação. Segundo a concepção dos iluministas

As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentários por opção. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. (HUNT, 1991, p. 50)

Consideradas distintas dos homens pelas diferenças fisiológicas e intelectuais, à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e obedecer ao marido. Deste modo, a noção de inferioridade e completariedade à figura masculina configura a relação entre os sexos. No homem predomina a razão, enquanto na mulher o útero é considerado a máxima de sua persona e forma de agir.

Subversiva aos ideais proclamados na França, Olímpia de Gouges, uma francesa que defendia o empoderamento feminino, o direito ao divórcio e o fim da escravidão. Participava de assembleias, cafés, manifestações nas ruas, e dada a sensibilidade à situação política das mulheres, a aristocrata, que gastou toda a sua fortuna na militância política, publicou em 1791 a "Declaração dos direitos da mulher e da cidadã em oposição a "Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1789) em pouco aparecia os direitos das mulheres. No seu documento, Gouges realizou alguns acréscimos significativos para as mulheres dentre eles

[...] o artigo X que estabelece a liberdade de opinião, como uma garantia de que pode subir ao cadafalso, pode igualmente subir à tribuna. O artigo XV, sobre a liberdade de expressão, ganha a especificação de que toda mulher pode indicar o nome do pai de seus filhos, mesmo que, para tal, afronte os preconceitos. E, em particular, ela ainda inclui uma peroração final, conclamando todas as mulheres a romper com as ideias da época e a exigir seus direitos. (MIGUEL, 2016, p. 20)

A partir desse escrito, as mulheres se encorajaram contra a submissão e repressão da sociedade patriarcal. Patriarcalismo entendido como “manifestações históricas da dominação masculina, uma forma de organização política específica” (MIGUEL, 2016, p. 20) Nas últimas décadas do século XIX, em meio as lutas por condições de trabalho justas, cabe lembrar o caso das operárias têxtil incendiadas em 08 de março de 1857 Nova York. As trabalhadoras fabris após entrarem em greve invadindo a fábrica em que trabalhavam em prol de condições de trabalho, tais como redução da carga horária de 16 para 10 horas, direito ao salário maternidade foram incendiadas pelos policiais.

Contudo, *In memória* as operárias, em 1910, na II conferência internacional de mulheres na cidade dinamarquesa foi estabelecido que a data do trágico ocorrido seria o dia internacional da mulher. Somente em 1975, no “ano internacional da mulher” a ONU (Organização das Nações Unidas) adota o dia 08 de março como o dia internacional da mulher. Uma data em homenagem às mulheres manifestantes mortas brutalmente na fábrica de Nova York, bem como todas aquelas que, de alguma forma, lutavam pela igualdade de direitos.

Em 1913 na Inglaterra, as mulheres se organizaram em movimento conhecidos como *suffragettes*⁷ visando o direito ao voto, concedido, até então, somente aos homens. Depois de vários confrontos contra a organização política vigente e incansáveis reivindicações, o direito ao sufrágio foi conseguido em 1918, mas para mulheres acima de 30 anos, somente dez anos passados, em 1928 todas conseguiram esse direito.

Na primeira guerra mundial (1914-1918) como os homens estavam destinados a lutar nos confrontos, as mulheres assumiram as posições ocupadas por eles. Além do trabalho nas indústrias, com a fabricação de armamentos bélicos, também assumiram os cargos de secretária, policial, dentre outros.

Pode-se notar a atuação feminina na busca pelo controle reprodutivo. A liberdade com o corpo também foi uma das reivindicações do mulherio. Em 1916, a estadunidense Margaret Sanger lança a primeira clínica de controle de natalidade em Nova Iorque, porém, cerca de nove dias depois é presa por distribuição ilegal de contraceptivos. Sanger, foi a propulsora do projeto contraceptivo de controle de gravidez, que almejava um método de controle de natalidade em que a mulher pudesse desfrutar livremente dos prazeres sexuais sem que fosse surpreendida por uma gravidez não planejada.

Para ela, enquanto as mulheres não se libertassem sexualmente não obteriam a igualdade de gênero. Em 1953, o produto é aprovado pela agência reguladora norte-americana e distribuído como método capaz de controlar a gravidez. Somente em 1957 é comercializado com a bula prescrevendo o termo “Enovid” alertando para a temporária suspensão da fertilidade, o que foi responsável para sua popularização. (CARTA CAPITAL, 2014)

Enquanto na primeira grande guerra, as mulheres eram destinadas as fábricas e cargos diversos, na segunda guerra mundial(1939-1945), elas foram recrutadas aos campos de concentração, seja para prestarem serviços de enfermeiras e auxílio aos combatentes, ou atuar diretamente no confronto pilotando aviões, fabricando armas.

Levando em consideração a instabilidade econômica, o governo estadunidense, tendo como objetivo a estabilização do capital financeira e a garantia da segurança, lança uma campanha publicitária com o lema “We Can Do It” (nós podemos fazer isso) no intuito de lançar as mulheres as fábricas, encorajando as à força de trabalho pesada, a partir de então era a mão de obra feminina incluídas nos espaços excepcionalmente atribuídos à classe masculina.

⁷Termo irônico atribuído pelo jornal britânico (Dail Mail) ao fracasso do Movimento feminino iniciado em 1897 por Millicent Fawcett e 1903 Emmeline Pankhurst, Christabel e Sylvia (suas filhas) pelo direito das mulheres ao voto e incorporado pelo movimento espontaneamente.

No cartaz, 1943, a inscrição motivante, aliado a imagem de uma moça, Geraldine Dole, operária de uma fábrica, a personagem fictícia, Rose, de Riveter, nome de uma música dedicada as mulheres fabris. Em 1982, esse mesmo cartaz foi usado pelas feministas para desconstruir a ideia de “sexo frágil” e encorajar as mulheres a conquistarem seus espaços sociais, bem como lembrar das operárias inglesas mortas queimadas por policiais na fábrica em Nova Iorque.

No curso das militâncias das mulheres pela igualdade de direitos, eis que, em 1949, a escritora Simone de Beauvoir lança “O segundo sexo” uma obra revolucionária considerada um marco no feminismo ao denunciar a condição social da mulher através da psique humana, como também trazendo à tona a ideia de liberação da mulher. Mais tarde, em 1963, Betty Friedman, publica a obra intitulada de “A mística feminina” que desmistifica as donas de casa dos subúrbios norte-americanos a partir da noção de “American way of life”.⁸ Ensinadas desde cedo a serem cuidadosas e dóceis, destinadas ao cuidado com o lar e desestimuladas a buscarem pela independência, a escritora afirmava a existência, na fase adulta, da frustração das mulheres norte-americana com os únicos papéis destinados a elas de esposa e mãe.

Um outro movimento pela autonomia dos corpos ficou conhecido mundialmente como “a queima dos sutiãs”. Datada em 07 de setembro de 1968 com cerca de 400 ativistas o WLM (Women’s Liberation Movement⁹) este movimento apresentou-se contrário a realização do concurso Miss América. Tais eventos de culto à estética corporal feminina eram vistos como uma forma de perpetuar os padrões de beleza que oprimiam e encerravam as mulheres em seu corpo. Nessa “queima”, sapatos, espartilhos, sutiãs, laques, foram amontoados em praça pública, porém a queima não chegou a ser realizada, uma vez que foram proibidas pelos policiais de ater fogo nos vestuários e adornos femininos em local público.

O movimento representava o desejo de libertação do grupo das formas de dominação e opressão. Quanto a denominação do movimento, o sutiã, peça do armário feminino, deu nome ao ato militante por ser considerado objeto antissexista, símbolo da liberação feminina. Um outro movimento feminista que teve repercussão e visibilidade ficou conhecido como “A marcha das vadias” na cidade de Toronto, Canadá.

⁸ Essa expressão, traduzida como estilo de vida norte-americano, pode ser entendida através de um processo de americanização, ou seja, valorização das culturas, tradições, americanas. <http://www.infoescola.com/cultura/americanizacao/>

⁹Movimento de liberação da mulher.

O evento conhecido como *Slutwalk*¹⁰, teve seu estopim quando o policial Michael Sanguinetti, na universidade de York, janeiro de 2011, abordando a questão da segurança e prevenção do crime, afirmou que as mulheres para evitarem a violência deveriam deixar de se vestir como vadias. A reação do grupo de mulheres de indignação foi imediata, dada a permanência da cristalização do machismo a partir da culpabilização da vítima, principalmente no que diz respeito à repressão da liberdade dos corpos femininos.

Apenas em 03 de abril de 2011 acontece em Toronto o primeiro movimento de marchas das vadias, rumo a reivindicavam do fim da culpabilização das vítimas em agressões sexuais. Elas gritavam ironicamente a palavra de ordem “vadia” como forma de ressignificar a expressão e atribui-la ao sentido de luta e poder, levantando a questão de uma expressão ser mais chocante que os números de violência contra o público feminino

O lema da marcha era “ser livre é ser vadia, então somos todas vadias”. Cerca de um mês depois, as mulheres adotaram esse mesmo movimento no Brasil, mas como uma forma de reivindicação da legalização da prostituição no Brasil no combate à exploração e turismo sexual, objetivando a constitucionalização da prostituição como um trabalho igual aos outros e, por conseguinte, com a obtenção dos mesmos direitos.

No Brasil, os movimentos feministas tiveram início através de Bertha Lutz, bióloga recém formada que retorna ao Brasil em 1910 e comanda o movimento *suffragettes* onde funda a federação brasileira pelo progresso feminino (1919) e luta pelo direito das mulheres ao voto. Nesse cenário, a professora potiguar, natural da cidade de Mossoró, Celina Guimarães Vianna, é considerada a primeira mulher a conseguir a votar no Brasil em 25 de novembro de 1927, mas esse direito somente tornou-se para todas a partir da revolução de 30, mais especificamente em 1934, após a aceitação e eliminação de restrições de concessões ainda presentes no decreto pelo presidente Getúlio Vargas.

Sobre essa conquista das mulheres brasileiras quanto a obtenção do direito à cidadania, Teles (1999, p. 46) reitera que

O direito ao voto só se tornou realidade para as mulheres depois da Revolução de 30. Esta, embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes ignorados ou, no caso dos trabalhadores, tratados como em caso de polícia. Nesse contexto foi que a luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, voto incorporado à constituição brasileira em 1934.

¹⁰ Termo em inglês que designa o movimento “Marcha das vadias”

Ainda província, num período que antecede a república, destacava-se o protagonismo de uma paraibana, tida por muitos como, emancipada, à frente de seu tempo. A professora e poetisa Anayde Beiriz escandalizava a sociedade retrógrada da Paraíba pelo seu vanguardismo que chocou o modelo moral prevalecente. Com seus decotes, cabelos “à la garçonne” não queria casar, nem ter filhos, os amores livres, práticas atrevidas para uma época em que o recato era indispensável ao público feminino feria a sociedade patriarcalista, uma agressora a moral e bons costumes, utiliza em seus textos uma linguagem livre, audaciosa, tal como seu comportamento. A jovem professora, teve seu nome marcado na história da Paraíba, infelizmente, não pela profissão, mas pelos seus envolvimento afetivos.

Anayde é considerada o estopim da morte de João Pessoa, oponente político de seu namorado, o advogado João Dantas, que durante uma ida ao Recife, ao retornar em casa encontrou seus escritos violados e furtados. Nessas inscrições, continha as conversas íntimas entre amigos e as cartas correspondidas entre ele e Anayde e a publicaram em jornais. Por seu relacionamento livre com o advogado, a sociedade da época censurava o envolvimento de um homem, principalmente público, com uma mulher emancipada.

Indignada com a exposição da sua vida privada, João Dantas encontrou João Pessoa e em seguida proferiu três disparos contra ele. Tal ato gerou uma repercussão a nível nacional, uma vez que João Pessoa, nesta época, teria concorrido como vice presidente ao lado de Getúlio Vargas. Anayde passou então a ser perseguida e considerada “a prostituta do marido que matou João Pessoa”. Logo depois, por razões misteriosas, João Dantas foi encontrado morto na cadeia. A jovem paraibana também, já presa, envenenou-se e não resistiu. Tratada como indigente, foi renegada por sua cidade natal durante anos por ser considerada o estopim da morte de João Pessoa.

Na representatividade do protagonismo feminino, Anayde Beiriz não se sujeitava às regras sociais, impostas pela sociedade repressora da época. Intimista e revolucionária, esta personalidade foi considerada um marco nas lutas feministas pelas contribuições de encorajamento de mulheres paraibanas ao traçar, romper novos horizontes para além das atividades de esposa e do lar tão conceituadas pelos dogmas religiosos.

É possível citar na história do feminismo no Brasil a luta de uma jovem militante política, num período marcado pela tomada de poder do país pelos militares. Em 1964, estudantes e militantes saíram às ruas, protestando contra o atentado à democracia e reivindicando o direito à liberdade de expressão. Qualquer ato revolucionário era condenado

pelos militares que revidam com a força do poder institucional e a força de suas armas e práticas de tortura como choques, socos e afins.

Em meio a clima tenso e violentado, muitos brasileiros buscaram o exílio para resguardarem da fúria da ditadura militar. O AI-5 um ato institucional promulgado em 13 de maio de 1968 permitia ao presidente suspender cargos, atividades de órgãos, federais, legislativos, bem como cassar mandatos, além de censurar as diversas de expressão de liberdade. Atores, atrizes, jornalistas, sofreram o jugo da ditadura por não poderem expressar suas ideias livremente.

Após o fim da ditadura (1985), iniciando um período de redemocratização, em 1987, surge o “lobby do batom” movimento liderado por feministas e cerca de 26 deputadas federais almejava avanços significativos na constituição federal tal como a igualdade de direitos entre homens e mulheres perante a lei. Elas entregaram uma carta com reivindicações para o presidente do congresso nacional Ulysses Guimarães que em 1988 inseriu os anseios femininas à constituição brasileira vigente até os dias atuais.

Com cerca de 80% dos pedidos aceitos, dentre as conquistas das mulheres estão a igualdade jurídica, ampliação de direitos civis, econômicos, sociais, proibição de qualquer ato discriminatório no mercado de trabalho. Apesar dos conquistas das mulheres na participação ativa em sociedade, cabe lembrar que tais avanços são palatinos. A cristalização das práticas sociais baseada na inferioridade do sexo femininos e consolidadas nas estruturas sociais ainda são instancias constantes. A luta por uma sociedade igualmente democrática é uma realidade a ser alcançada.

1.2 Os feminismos: Apontamentos teóricos

No livro *Feminismo e política: Uma introdução* (2014) Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli das contribuições do movimento feminista à teoria política feminista, considerando a pluralidade de abordagens desse estudo. Ao debater questões de gênero, os autores lançam olhar sobre os avanços conquistados pelas mulheres ao longo da história, além de apresentar uma reflexão sobre a resistência das instituições políticas em inserir debates de gênero em suas pautas, trata-se, assim, do funcionamento das instituições e a sustentação das hierarquias.

Disposta em 10 capítulos, a obra apresenta temas acerca das principais questões debatidas pelo movimento feminista e as divergências de opiniões entre as teorias, o que configura na complexidade da reivindicações políticas que emergiram a partir destes

posicionamentos teóricos. Cabe destacar entre as reflexões abordadas nos capítulos, a relação direta entre feminismo e política, a distinção entre as esferas pública e privada, além das relações entre igualdade e diferença, identidade e diferença, abordagem sobre gênero e representação política, sentidos de autonomia, dominação e opressão, além de temas em voga, bastante polêmicos como o debate ao aborto, pornografia e a prostituição.

Por teoria política, entende-se como uma corrente, diversificada, heterogênea que tem como principal objetivo a análise das formas de organização social com vistas à desigualdade de gênero. Cabe destacar que, na análise do *corpus* do trabalho da matéria sobre Dilma Rousseff “UMA PRESIDENTE FORA DE SI” presente na edição “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE”, veiculada pela IstoÉ, e “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’” sobre Marcela Temer, na Veja, é válido evidenciar a atuação das instituições que, a despeito de pretensões de igualdade e justiça, naturalizam, reproduzem assimetrias e relações de poder.

Essa desigualdade entre homens e mulheres parte da premissa de que ambos são de uma natureza diferenciada e necessária para a sobrevivência da espécie. Em contrapartida a ideia do sexo biológico, o feminismo caminhou numa reflexão crítica do mundo social que produz assimetrias e impede a autonomia dos indivíduos.

Dado as suas múltiplas abordagens, o feminismo não se debruça apenas sobre as questões femininas, mas principalmente políticas, uma vez que as relações de gênero é um dos eixos principais de organização social. Deste modo, as desigualdades referentes aos padrões de gênero, definem as posições relativas entre mulheres e homens numa vinculação direta da sexualidade, raça e classe.

Tal como o feminismo, as lutas também foram diversificadas e incorporadas de formas distintas, ademais todas elas apontavam para a obtenção da cidadania feminina. Tal como acentua Biroli e Miguel (2014, p. 08)

Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também das formas de pensar o mundo que a legitimavam.

Nesse processo de lutas e entraves, o feminismo foi capaz de instaurar na sua agenda as principais problemáticas que permeavam a condição feminina e a partir desta, uma reflexão

sobre o mundo social. Na busca pela incorporação de leis que assistissem o público feminino, o movimento buscava uma reforma nos códigos civis. Assim, à medida em que reivindicavam novas pautas, tornava-se nítida a necessidade de transformação da ordem vigente.

Para a obtenção da cidadania tão almejada pelas mulheres, era preciso transcender a isonomia legal e inquirir reais condições de sua existência, a partir do questionamento de premissas do funcionamento das instituições e hierarquias sociais, pois a realidade apresentada era de que comparativamente aos homens, mesmo o tempo de estudo obtidos pelas mulheres não tem correspondido a posições melhores nem iguais nas esferas de trabalho. Além da posição relativa dos indivíduos no acesso a oportunidades, essa desigualdade sinaliza a vulnerabilidade das mulheres e daqueles que dela dependem quando os arranjos familiares distanciam-se do convencional.

As mudanças nos arranjos familiares podem ser expressivas de redefinições nas relações de gênero, com deslocamentos nos papéis convencionais, em que a domesticidade feminina corresponderia à posição do homem como provedor (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.11)

A permanência do machismo aliado a falta de políticas públicas acumulam desvantagens para as mulheres que são assoladas por tarefas adicionais. Além do trabalho assalariado, são elas as principais ou únicas responsáveis pelo cuidado da casa e filhos. Assim, a falta de creches e políticas públicas penalizam as mulheres mais do que os homens, haja vista que as divisões dos papéis sociais está atada as compreensões convencionais do feminino e masculino.

Cabe destacar as violências doméstica e sexual sofridas pelas mulheres que, a despeito do avanço nas leis, cresce significativamente. “Mulheres continuam sendo mortas por serem mulheres, em sua maioria por companheiros ou ex-companheiros” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 12). Essas dimensões de realidade embora tenham grande impacto nos indivíduos, não está tendo atenção devida na teoria política. Os autores acentuam o descaso com as relações de gênero na esfera privada, afetiva e doméstica pelas correntes de estudo (2014, p. 12)

Essa desigualdade tem raízes na sub-representação do mulherio, nos âmbitos da política brasileira. Apesar de oitenta anos passados da conquista do sufrágio feminino, elas ainda encontram-se marginais na política. As leis que tanto afetam suas vidas é feita no Brasil, e ao longo da história, por homens.

Esse protagonismo masculino na formulação da política e da cidadania pode ser considerado o cenário responsável pelo silêncio do impacto das relações de poder no mundo

doméstico, do trabalho, política, uma vez que justifica as posições como naturais, garantindo a autonomia dos homens e sua participação em posições elevadas.

As relações de poder nas dimensões da vida cotidiana estão no escopo de várias reflexões da definição da política no feminismo. Esse movimento reivindicatório feminino combina com a militância da igualdade de direitos aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. “O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 19).

A denúncia da dominação masculina pode ser marcada já na idade média com a obra de Cristina de Pizan (1364-1430) que dedicou vários capítulos as mulheres, alegando que as diferenças físicas são desimportantes dado a igualdade divina. A escritora postula ainda ser a inferioridade feminina proveniente não da natureza diferenciada mas das condições sociais inquiridas a cada indivíduo.

[...] sem dúvida porque não tem, como os homens, a experiência de tantas coisas distintas, mas se limitam aos cuidados do lar, ficam em casa, ao passo que não há nada tão instrutivo para um ser dotado de razão como exercitar-se e experimentar coisas variadas (*apud* BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 19)

No ocidente, o feminismo, enquanto movimento político e intelectual, surgiu na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado fruto indesejado da revolução francesa dado que a principal inspiração filosófica da revolução Rousseau atestava que as mulheres não participavam da liberdade destinada aos homens e seu destino era a reclusão na esfera doméstica.

A partir desse ideal de liberdade preconizado pelo iluminismo, algumas mulheres reivindicaram por demandas aos direitos políticos às margens do debate na constituinte. Olympe de Gouges é responsável pela “declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, a versão para o feminino da “declaração dos direitos do homem e cidadão”, com acréscimo de artigos que estabelecia a liberdade de expressão, garantia de igualdade.

Contudo, Gouges não obtém êxito em suas formulação teórica ao não conseguir sistematizar a opressão sofrida pelas mulheres. É na Inglaterra que Mary Wollstonecraft é dita por muitos como a fundadora do feminismo. Seu escrito mais importante, *Uma vindicação dos direitos da mulher* publicado em 1792.

Nesse fase primeira do feminismo, ela promove uma inflexão rumo a construção da teoria feminista ao tematizar o acesso das mulheres à educação, direito ao voto, igualdade no

matrimônio e a bem dispor de suas propriedades, sendo considerada um dos principais expoentes do feminismo liberal nascido no século XVIII.

Essa corrente era acusada de ter um viés marcadamente de classe. Em contrapartida, em XIX, despontava um subversivo, o socialista. Segundo essa vertente a dominação masculina tinha relação direta com a classe. No mundo ocidental, a plataforma feminista em seu estágio inicial foi efetivada no decorrer do século XX. Lentamente, os códigos civis passaram a incorporar o direito entre os cônjuges, mas permanecia ainda a subalternização da mulher nas esferas público e privada.

Nesse momento, a figura avulta de Simone de Beauvoir marca um início de uma nova vertente do feminismo, o contemporâneo. A maior influência à teoria política está na publicação do seu livro *o segundo sexo* (1949). Com um viés existencialista, o referido ensaio mescla dados estatísticos, depoimentos. Essa valorização das experiências vividas. Cabe destacar as contribuições para “a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado. Abrindo caminho, enfim, para o provocativo *slogan* “o pessoal é político”, a partir dos anos 1960.

Nos Estados Unidos, o movimento feminista ganhou visibilidade a partir dos escritos de Betty Friedan. Considerada uma das fundadoras da National Organization of Woman (NOW), a estadunidense lança *A mística feminina* que analisa

A infantilização a que as mulheres são submetidas, a fim de se adequarem aos únicos espaços que a sociedade está disposta a dar a elas, o de esposas e donas de casa submissas a uma marido que as comanda. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 28)

O cerne de todo pensamento feminista é a reflexão crítica da dualidade entre o público e o privado. Seguindo o princípio da universalidade na esfera pública, essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política e define tópicos, experiências como privadas e no políticas. Esse isolamento do estado às relações de poder na dimensões da vida cotidiana configura no desinteresse a política nas relações familiares, espaço onde as violências contra a mulher são primeiro naturalizadas e vivenciadas.

“Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter íntimo” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 32). Segundo a primeira concepção, os indivíduos são compreendidos como manifestações sociais e a cidadania comum a todos os indivíduos, já a segunda referencia as individualidades e particularidades concretas.

A preservação da esfera à intervenção do estado e normas bem como os valores na esfera pública, representa significativa a conservação dessas relações de autoridade que cercearam a autonomia das mulheres. Como preservação da esfera privada, os direitos dos indivíduos ficariam restritos ao âmbito familiar. Essa garantia de privacidade, em contrapartida, pode ser considerado um mecanismo interno de manutenção da dominação masculina.

Outrossim, cabe observar o modo como Dilma Rousseff e Marcela Temer são apresentadas nas matérias das revistas segundo a inversão das noções de público e privado. Os jornalistas da reportagem da magazine IstoÉ enfatizam a esfera privada de Dilma Rousseff para denegrir sua capacidade de atuação na esfera pública, enquanto que na Veja, a esfera privada de Marcela é enaltecida ao âmbito público. Dilma Rousseff e Marcela Temer, duas mulheres envolvidas no golpe de 2016, mas ambas com atribuições qualificativas diferentes.

Em sua relação com a justiça, os debates acerca da esfera doméstica, relações familiares é tomada como dimensão social no qual tais princípios de justiça não se aplicariam, pois estariam sobre o jugo do afeto. Deste modo, à margem dos princípios da universalidade, as relações de poder permeadas nas esferas privadas tendo em vista de que é no mundo dos afetos que muitos abusos e violências contra as mulheres são perpetuados em nome de uma privacidade e autonomia naturalizada na entidade familiar, distante de normas aplicáveis ao espaço público. Um exemplo dessa tipificação nas relações é a violência doméstica, estupro no casamento uma definição clara da necessidade de atuação do estado para a garantia da autonomia e integridade física das mulheres.

É nesse direção que a teoria política feminista promove uma crítica a indissociabilidade com que as esferas público e privada são tratados. Essa separação apresenta-se inconsistente para a construção de uma sociedade democrática tendo em vista que esses lugares correspondem a práticas e relações de um mesmo indivíduo, incluídos seus diretos à privacidade e a publicidade, permanentemente imbricados uma vez que esses arranjos e relações de poder numa esfera são refletidos na outra.

É no âmbito das relações familiares que distribuição de tarefas domésticas e cuidado com as crianças são estabelecidas com vistas ao desenvolvimento das desigualdades que favorecem, em grande maioria, a autonomia dos homens e a dependência e subordinação para as mulheres que, encerradas na atividade doméstica, permanecem como parte da esfera privada.

Deste modo, torna-se evidente a redefinição das relações de modo que a justiça adentre no espaço privado e o acesso a posições não seja hierarquizado de acordo com o gênero específico. A problemática na dualidade entre a esfera pública e a privada é fundante no “isolamento da mulher na esfera privada — e não as atividades que nela se desenvolvem.” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 36)

Historicamente, a mulher tem uma relação direta com a visão idílica de família que destaca a singularidade feminina para uma moral também singular, com ligação direta ao instinto maternal. Contudo, o que está em debate não é a desvalorização do trabalho doméstico, mas a cristalização da divisão sexual do trabalho bem como os arranjos familiares convencionais. Esses valores são percebidos bem como percebemos em “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’” a partir do excerto “seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo e um pouco dela mesmo também” (LINHARES, 2016, p. 29)

A permanência da mulher na posição de “dona de casa” é efeito das relações de gênero e desemprego. É nesse sentido que as lutas feministas buscam pela liberação das mulheres por meio do trabalho remunerado. Em relação a essa possível autonomia promovida pela inserção na esfera pública há alguns impasses tendo em vista que pode representar uma alternativa mascarada que, através da má remuneração resulta na exploração de classe.

Essa posição de classe, aliado a questão do gênero, incide nas formas de organização da esfera doméstica, assim como no acesso à privacidade. Nas abordagens liberais, a privacidade representa as limitações do estado em intervir na esfera privada. Em contextos patriarcais foram marcados pela presença imperante do chefe de família que determinava como pessoal todos os acontecimentos e práticas dos indivíduos pertencentes a sua família. Deste modo, a figura masculina sempre esteve no comando das relações de poder.

A privacidade, deste modo, ganha sentidos distintos de acordo com as posições de poder exercidas pelos indivíduos, bem como “o usufruto da privacidade está diretamente relacionado à posição social dos indivíduos”(BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 38) No caso da presidenta, a sua privacidade é exposta como um meio de tornar público seus possíveis destemperos e assim desqualifica-la de seu cargo, quando está em processo de impeachment, enquanto que, na matéria da Veja, a vida íntima da esposa do vice presidencial é tornada pública como um meio de cristalizar um ideal de mulher e também enaltecer a figura masculina de Temer, quando ele poderá ser empossado como presidente do Brasil, caso o

impeachment se concretize. Deste modo, percebe-se como a privacidade pode servir para a tomada das relações de poder.

A esfera privada pode ser considerado um espaço de assimetrias nas relações e posições de poder, além de se definir como local para as relações de afeto e relações desinteressadas. As relações de contrato de casamento e trabalho estabelecidas pelos indivíduos nesses dois ambientes podem resultar na submissão, alienação da autonomia dos mais vulneráveis. No caso de Marcela e Michel Temer, seu marido, essa relação de submissão decorre da tomada de decisão e autoridade masculina. Tornemos essa afirmativa perceptível a partir “A ‘MAR’ DO ‘MI’”, “Marcela é o braço digital do vice”. Pelas expressões, podemos confirmar as discussões acima, uma vez a figura é posta como secundária e submissa, pertencente ao seu marido.

Refletindo sobre essa desigualdade, o feminismo se preocupa com a garantia da privacidade das mulheres necessário para o desenvolvimento das relações de afeto e intimidade. Partindo da premissa de que a violência sexual é constituída entre os homens e mulheres, tal como o estupro, pode ser identificado como um mecanismo de contenção e submissão das mulheres aos homens, desenvolvendo um senso de privacidade como parte de uma ideologia que subsidia a dominação masculina.

Durante os anos 1960 e 1970, o afeto e a sexualidades bem como o corpo foram politizados por meio de manifestações que tornaram público as perspectivas femininas. O ativismo ao direito ao corpo representou um passo à frente na luta contra a violência sexual sofrida por elas.

A partir dessa atuação política, tornou-se fortalecida a compreensão de teorias feministas em considerar como categoria de análise a experiência vivenciada pelas mulheres. De acordo com Mackinnon, “na experiência de muitas mulheres, a proteção à privacidade na família e nas relações afetivas corresponderia a resguardar um espaço de violência contra as mulheres; não protegeria afetos, mas agressores” (*apud* BIROLI; MIGUEL, 2014, p.42)

A partir da dualidade entre as esferas públicas e privada contribuiu para o questionamento da naturalização da violência doméstica visto como parte integrante da relação existente entre homem e a mulher e como tal, restrita ao âmbito privado. Essa relação de dominação pelos homens e pertencimento nas mulheres é fruto de organizações sociais fincada nas práticas machistas, sexistas e misóginas que tendem a considerar a mulher como um ser inferior, passível de habilidades e competências de autodeterminação.

Considerando a violência sexual, as agendas feministas se empenharam na luta pela promoção de avanços na legislação relativa à violência sofrida pelas mulheres que em 2006, após ter sido agredida pelo marido, vindo a ficar paraplégica disparados pelo então marido, e a ser ameaçada de morte, que Maria de Penha persistiu rumo à punição do agressor até conseguir por meio de várias reivindicações tornar pública a lei nº11.340 que tipifica a violência doméstica sofrida pela mulher.

No Brasil, a atuação do movimento feminista teve como um dos principais resultados a aprovação da lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em 2006, que tipifica a violência doméstica contra a mulher e cria mecanismo para combatê-la. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 43)

Um outro tema ainda em debate e presente na agenda das lutas feministas é o direito ao aborto e controle da sexualidade. Sua negação à capacidade reprodutiva restringe as mulheres também ao exercício da privacidade e intimidade. A legalização do aborto representaria um avanço nos direitos das mulheres que poderiam optar por ter ou não um filho, uma vez que essa discussão esbarra nas ideologias do estado baseadas nos preceitos tradicionais católicos de que o feto que se forma é um ser autônomo, independente e qualquer ato contrário representaria um pecado, aos olhares do clero e um crime pelo estado. Todas essas lutas visam a autonomia feminina.

Contudo, há uma linha tênue quanto a relação entre essas duas esferas. A regulação do estado sobre as esferas doméstica e familiar é necessária ao combate da violência e diversas formas de abuso, bem como as formas de autoridade, entretanto, a separação dessas esferas ou algum tipo de separação deve ser mantida com vistas a preservar a autonomia dos indivíduos.

Entretanto, é difícil estabelecer uma exterioridade entre as relações afetivas e as relações de poder, uma vez que é a família uma instituição social, é nela que se nutrem diversas formas de afeto e subjetividade. A família é uma dimensão social, foco de embates pelo feminismo tendo em vista o “silêncio às relações de poder, desigualdades e formas de dependência e vulnerabilidade produzidas pelos arranjos familiares convencionais” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 47)

A negligência das relações intrafamiliares e os limites dos arranjos as formas de família, bem como as relações de poder no âmbito familiar e doméstico e nas esferas sociais são mantidas os nexos entre as hierarquias fora e dentro do espaço familiar. É por considerar o impacto que tem a família na socialização dos indivíduos que o feminismo expôs, as formas hierárquicas e violência que podem, mais que as relações de afeto, ser principal definidora das relações nas esferas doméstica e familiar. As formas convencionais de arranjos familiares

pode ser considerado um dispositivo de reprodução da dicotomia entre as esferas pública e privada.

A discussão sobre a vulnerabilidade das mulheres no casamento é a interconexão entre essas esferas e os arranjos familiares. Vulnerabilidade e dependência mútua são apresentados como formas de assimetria. Ao lado dessas especificidades, há também os padrões de gênero constituídos socialmente e atribuição dos papéis sociais distintos baseado na divisão naturalmente diferenciada dos sexos.

Segundo essa ideologia, o valor da mulher é definido pela sua capacidade de cuidado com outrem e renúncia das suas vontades. Essa vertente maternalista produz uma ética do cuidado ou desvelo que difere da ética da justiça, segundo essa ideologia a justiça estaria baseada nos princípios de universalidade e perspectivas morais as relações e conflitos familiares.

Segundo Biroli e Miguel, a justiça do desvelo ou cuidado é fruto da

Institucionalização do poder masculino que correspondeu largamente a incorporação de grande parte da vida social aos códigos e ao controle jurídico e burocratizado do estado, com a simultânea diminuição dos âmbitos nos quais o poder informal das mulheres historicamente exercido teria sido o doméstico e o sagrado (2014, p. 52)

A valorização da experiência doméstica resulta na segregação das mulheres à esfera privada e/ou atividades consideradas femininas à âmbito público. Essa desigualdade de gênero dependeria da ruptura das normas que tornam o casamento uma arena de poder, uma instância de privilégios e dependência de mulheres e crianças.

A partir de 1990, debates feministas ampliaram olhar para as transformações de família, diversidade dos arranjos familiares com críticas à consolidação do estado as normas de família e exclusão de modelos que não se enquadrem aos padrões legítimos. A valorização da relação heterossexual em que o marido seria unidade gestora, responsável pelo salário mínimo e a mulher as atividades de mercado e cuidado com os filhos. No caso da relação de Marcela e Michel Temer, o vice é o provedor da casa enquanto que sua esposa cuida do lar, não exerce nenhuma atividade remunerada.

Essa relação privatizada e estável inibe o surgimento novos arranjos alternativos e o estado, ao estabelecer socialmente essa estrutura familiar, se isenta de qualquer responsabilidade pública pela vulnerabilidade de famílias e indivíduos fora dos padrões.

No que diz à atuação do estado, quanto menores os recursos públicos no cuidado aos dependentes da esfera familiar, maior o impacto no desempenho de tarefas remuneradas e

construção de carreira profissional. Da divisão sexual do trabalho, o cuidado continua ter importância nas relações das esferas privada e pública sobretudo, durante as atividades profissionais quando é necessário alguém para o cuidado com os filhos, mesmo sendo esta uma atividade desvalorizada socialmente. Essa privatização do cuidado pelos pais, é fruto da ausência por parte do estado de políticas públicas tais como a criação de creches em tempo integral, uma atitude indispensável as desigualdade de classe e gênero.

Os maiores prejudicados com essa omissão de responsabilidade do estado são as mulheres que ao assumirem as atividades na esfera familiar e doméstica, sob os arranjos convencionais, podem interromper sua carreira, optarem por um emprego com carga horária menor e mal remunerado, essa mobilidade negativa ocorre devido a responsabilidade com os filhos, o que ocasiona uma dupla jornada de trabalho, mesmo com tantas conquistas alcançadas nas últimas décadas.

Deste modo, “as normas de igualdade vigentes e as exigências de divisão igualitária do trabalho doméstico esbarram na configuração institucional mais ampla” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 60) Um dos percursos para a abordagem política das relações familiar e doméstica sem incorrer no maternalismo, e nas formas de atuação do estado com riscos a interferências na autonomia dos indivíduos

É diferenciar formas de preservação da intimidade que contribuem para o fortalecimento da integridade física e nem psíquica— dos indivíduos e para sua autonomia e formas de preservação da intimidade que, evocando o valor da família, reforçam relações de poder que tornam as mulheres e as crianças mais vulneráveis. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.61)

Tendo como influência o liberalismo uma vertente de natureza democrata e igualitária, também o movimento feminista foi erigido tendo como ponto de partida a busca pela equidade de direitos e a crítica à dominação masculina. Esse sentido de igualdade entre homens e mulheres é embasada durante o século XIX por terem sido criados à imagem e semelhança de Deus. Em contrapartida, autoras feministas enfatizam que essa suposta inferioridade é fruto de uma educação excludente e falha e exaltam a capacidade intelectual feminina. Todavia, nessa luta

A igualdade reivindicada vai ser entendida como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra—já está preenchida com as características do “masculino”. As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e, em particular, a do homem branco proprietário) numa sociedade marcada por

desigualdades de gênero, bem como de raça e classe. (BIROLI&MIGUEL, 2014, p. 64)

Essa luta pela igualdade requer mais do que exigir o acesso das mulheres aos mesmos espaços e atividades que os homens; faz-se necessário uma redefinição dos critérios de valorização que fazem das atividades exercidas por elas sejam enaltecidas como superiores, dignas e universais, ao passo que as exercidas por elas sejam vulnerabilidades e particulares ao gênero feminino.

As primeiras reivindicações feministas nos séculos XVIII e XIX eram direcionadas a exigência de direitos e acessos destinados exclusivamente aos homens. Logo em seguida, o controle feminino sobre o corpo ganhou destaque na agenda do movimento feminista. Os destaques refletidos foram a regulação da sexualidade e o direito do homem ao corpo da mulher como um modo de manutenção da dominação masculina.

A luta pelo direito ao aborto, tipificação do estupro como crime no casamento, busca pelo prazer feminino e contra a objetificação das mulheres podem ser considerados como facetas de compreensão da mulher ao seu corpo. Até então, os padrões femininos adotam a ideia de uma sensibilidade particular, ligada ao afeto, nesse sentido, o “pensamento maternal” e a “política do desvelo” afirmam o diferencial da mulher na esfera pública, haja vista o senso de solidariedade, busca pela paz. Entretanto essa valorização de uma feminilidade, pode representar um mecanismo de reprodução de um estereotipo que segrega as mulheres ao exercício de atividades determinadas.

Tal como Biroli e Miguel (2014, p. 70) “o apelo à noção de uma voz especificamente feminina, porém, está perigosamente próximo da naturalização de identidades que decorrem de processos históricos de oposição entre a esfera pública e a privada”. Essa voz associa diretamente as mulheres ao âmbito doméstico e a responsabilidade com os filhos e a casa. Um lugar de fala que cristalizada condição social feminina direciona sua participação social à esfera privada, reproduz a ideia de inferioridade e diferenciação social entre homens e mulheres.

Contudo, no que tange ao âmbito das diferenças, há uma tensão direta entre o feminismo e o multiculturalismo em relação à valorização da identidade. Considerada uma corrente política heterogênea, o multiculturalismo “questiona a imposição dos valores ocidentais como se tivessem curso universal e afirma a necessidade de garantir a vigência de modos de vida minoritários” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.70).

As abordagens dessa corrente social dedicam atenção às diferenças culturais entre os grupos sociais, entretanto, desconsideram as relações hierárquicas internas as esferas privada

e doméstica. É sabido que são as culturas minoritárias marginalizadas e marcadas fortemente pela dominação masculina. Assim, essa valorização da igualdade através da preservação de uma determinada cultura em detrimento de outra, pode promover uma cristalização de práticas e contribuir diretamente para a reprodução das relações de poder.

O valor da diferença envolve um conjunto de embates. O sentido de diferença atrelado ao de desigualdade, na contra mão da autonomia, tem como premissa a organização da sociedades que se constituíram tendo como cerne as ideias conservadoras e elitistas de que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, invariáveis. “Esse discurso da diferença foi utilizado para legitimar uma prática empresarial discriminatória” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 76). Mesmo as especificidades, particulares a cada indivíduo, merecem atenção, pois essas prioridades diferenciadas podem ser efeito das relações de dominação.

Nesse sentido, as diferenças precisam ser observadas e avaliadas com vistas à promoção da autonomia das mulheres. A aposta do feminismo é a desconstrução de qualquer forma fixa entre o sexo biológico e os comportamentos e papéis sociais. Segundo o movimento feminista, “a diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 77).

Essa discussão da diferença ressurgiu também no debate sobre a identidade feminina. A categoria “mulher” foi construída socialmente nas relações marcadas pelo patriarcalismo, sob o jugo da dominação masculina. Historicamente, a mulher foi reduzida ao seu sexo biológico e seus comportamentos cristalizadas no ideal convencional de feminilidade.

Essa associação entre o gênero e o sexo tornou debate central para o feminismo que, procurando uma solução realizou a distinção dessas categorias, referindo-se ao primeiro termo como fenômeno biológico e o segundo de construção social. A principal objeção entre esse distinção é a permanência das relações de opressão. Deste modo, o sexo tem de ser visto desligado do biológico e entendido como uma construção social e, portanto, distinta da noção de gênero

Em relação ao sexo biológico, Miguel reitera que este

É responsável pelo dimorfismo sexual da espécie humana e pela possibilidade da gravidez e de amamentação, exclusiva das mulheres. Já as características de temperamento e de comportamento que são associadas à feminilidade (e que servem para justificar a posição diferenciada de mulheres e homens na sociedade) pertencem ao universo do gênero, resultado da ação de instituições e práticas sócias voltadas a garantir sua permanente reprodução e naturalização. (2014, p. 80)

Essa relação sexo/gênero é socialmente construída pelas práticas hegemônicas em que cada gênero está associado diretamente a um sexo, fortalecendo deste modo o ideal heteronormativo e machista. Para as mulheres, os comportamentos e práticas determinadas era a prioridade no cuidado com a aparência física, a responsabilidade com a casa e os vulneráveis, assim como espera-se que fossem sensíveis, mais emotivas do que racionais. Esses elementos são tipicamente vivenciados pelas mulheres, ao passo que não dizem respeito a sua identidade, mas a experiência de ser mulher numa sociedade marcada pela dominação masculina. A uma linha tênue entre a multiplicidade de vivências das mulheres e a identidade feminina. A noção genérica de mulher instaurado na sociedade unifica todo o mulherio a partir do modelo de mulher branca, burguesa, educada, heterossexual. Essa clivagem desconsidera o princípio de heterogeneidade.

Essa construção abstrata da identidade da mulher baseia-se na experiência das mulheres brancas e burguesas, e desconsidera as negras, trabalhadoras, marginalizadas. Dessa falta de representação surgiu o feminismo negro, um feminismo que apresentava novas pautas de reivindicação e compreensão da dominação masculina.

Contudo, a questão principal do feminismo é uma experiência comum a todas as mulheres e a despeito de raça, classe, orientação sexual, no qual a violência se dirige a todas elas, sem distinção. “Entre o reconhecimento das diferenças (e das hierarquias internas ao grupo das mulheres) e a identificação de um núcleo de vivências comuns, a partir do qual se definiriam uma voz unificada, o feminismo mantém uma rica discussão interna.” (MIGUEL, 2014, p. 92)

Essa discussão desemboca na necessidade de representação política feminina, bem como o acesso à voz. A conquista do voto, durante muitas décadas, foi o ponto focal do movimento feminista. Da metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, o sufrágismo foi considerado a face pública das reivindicações feministas. (MIGUEL, 2014)

A ideia de que a principal via de acesso das mulheres às tomadas de decisões da esfera pública fosse possível pelo voto, possibilitando a presença e participação feminina às demandas, esbarrava na elite política massificada pelos homens. Após décadas da obtenção do sufrágismo, as mulheres ainda permanecem marginais na arena política. A baixa proporção de mulheres no poder político é uma realidade mundial.

Torna-se evidente de que mesmo abolida as barreiras legais pelas mulheres não representou o acesso delas as condições iguais na face pública. São diversos os entraves políticos à participação das mulheres aos espaços de poder. O protagonismo no espaço

doméstico e familiar exercido por elas dificulta no estabelecimento de contatos na carreira política. Em relação ao insulamento das mulheres no âmbito privado e relação com a esfera pública, Miguel (2014, p. 94, grifos do autor) posiciona que

Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral responsáveis pelo lar, no fenômeno conhecido como “dupla jornada de trabalho”, tendo reduzido seu tempo para outras atividades, incluída aí a ação política.

Essa discussão em torno da sub-representação feminina nas esferas de exercício de poder tornou-se corrente na agenda feminista nas décadas derradeiras do século XX quando o movimento reivindicatório começou a repensar nas formas de ser fazer política. A reflexão sobre a participação do estado parte da premissa da ineficiência desta estrutural social nas relações de gênero. Pensando na atuação do Estado “o feminismo adere à percepção de que o Estado, mais do que um aparato repressivo, deve ser compreendido como *produtor* de práticas sociais” (MIGUEL, 2014, p. 96)

Para o feminismo, a teoria feminista do Estado surge da necessidade de entender como esse aparato social incorpora a visão masculina, constituindo a ordem social aos interesses dos homens, mediante normas e leis legitimadoras dessa relação de gênero, enfatizando a necessidade da incorporação das demandas vinculadas as mulheres pelas estruturas do poder político. Tendo em vista, a inserção das mulheres ao poder público, surge em 1970 uma reguladora que oferta uma parcela de vagas, primeiramente na sessões partidárias, sindicalistas, administração pública, seguida nas eleições, vigoradas na Europa e, logo adotadas na África e América Latina.

Para a teoria política, as cotas implicam uma ruptura com a ordem liberal que define a igualdade de direitos a partir do voto. Segundo essa ideologia, as mulheres tem as mesma oportunidades que os homens seguradas pelas leis civis. Entretanto, adotar esse princípio de autonomia para as mulheres implica desconsiderar a desigualdade existente entre os gêneros

Esse ordenamento liberal argumenta sobre quais os critérios a serem adotados por essas políticas inclusivas que reconhecem nas mulheres um grupo marginalizado, e não inclui os negros, gays, grupos religiosos. Além disso, apresenta essa medida como um contributo motivacional do preconceito de quem dela se beneficia ao afirmar que

A aplicação prática das ações afirmativas enfrenta dificuldades. O sexo biológico é aceito como uma variável dicotômica e discreta, com a proporção entre os grupos na população se mantendo mais ou menos estável,

as costas por sexo são de implementação pouco controversa. (MIGUEL, 2014, p. 99)

O programa de cotas, de acordo com a assertiva acima, contribuiria para a consolidação da desigualdade de gênero a partir da indução de que a mulher somente ingressara na política a partir de concessões assegurados pelo estado, uma vez que não seria capaz de conquistar sua vaga em livre competição com os candidatos homens.

A teoria liberal parte das diversas posições sociais ocupadas pelas mulheres para afirmar que a integração de um grupo pode ser arbitrária à emergência das demandas. Essa corrente lança mão da ideia de que nem todas as mulheres tem em comum as preocupação com as questões de gênero, dado sua formações socais e interesses objetivos. Numa sociedade marcada pela dominação masculina, a posição das mulheres desigual perante aos homens está a de subalternidade. As mulheres tem menos acessos ao poder e controle de bens materiais. O feminino transita socialmente como inferior, frágil e o campo político ainda é consolidado como uma ambiente masculino o que impõe obstáculos à arena política.

A família, enquanto instituição social atua de forma distinta na vida pública de homens e mulheres. Enquanto para o primeiro pode representar um suporte a carreira política, para o segundo, minar suas forças e tempo. A produção dos discursos também apresenta algumas diferenças

A fala das mulheres carrega marcas de inferioridade, desde a disposição afetiva associada a elas, julgada como excessivamente compassiva, até o próprio timbre de voz, já que o grave é vinculado socialmente ao exercício da autoridade. (BICKFORD *apud* MIGUEL, 2014, p. 106)

Os interesses dos grupos dominados são apresentados como universais, já as marcas de feminilidade presentes no discurso das mulheres reduzem sua legitimidade, a ausência da emotividade é vista como falha na mulher, a emotividade excessiva no campo político não é pertinente, todavia, a frieza e racionalidade são exteriores ao universo feminino. O campo político impõe as mulheres ações mais onerosas do que aos homens.

Essa ideia de direitos iguais pregado pelo liberalismo é fortemente criticada pelo feminismo, que apesar de sofrer influência desta corrente com promessas de garantia de liberdade, critica o indivíduo abstrato liberal de universalização de direitos, que correspondeu a ideia de que todos seriam iguais, como cidadãos, na esfera pública.

“O liberalismo opera com o pressuposto de que, na vigência de direitos formalmente iguais, o respeito às escolhas voluntárias feitas pelos indivíduos é um requisito e um ponto de

chegada para a cidadania.” (BIROLI, 2014, p. 109) Segundo essa corrente, os acordos e contratos são legítimos quando consentidos voluntariamente pelos indivíduos. Assim, a livre escolha é condição *sine qua non* para a legitimidade dos contratos.

Baseada nesses princípios, a construção da democracia deve avançar na redução da subordinação e problemas de autonomia. No que diz respeito às teorias do contrato, o consentimento voluntário das mulheres foi desprezado pela ordem civil através da naturalização da dependência das mulheres aos homens que cercearia sua autonomia. O direito paternal, dos cônjuges restringia a liberdade sexual e social. Consolidados socialmente, a relação entre homens e mulheres é baseada na agressividade masculina e passividade e docilidade feminina.

O “não” proferido pelas mulheres nas relações afetivas e sexuais evocaria uma moral na qual a modéstia e a honra corresponderiam à duplicidade. As mulheres “deve[ria]m sempre dizer ‘não’ mesmo quando deseja[sse]m dizer ‘sim’ [...] (BIROLI, 2014, p. 112, grifos do autor)

Historicamente, o “não” feminino foi visto como uma variável proferida pelas mulheres diante das ações. Contidas, não cabia a elas a objetividade e tomada de decisões, assim, deveriam sempre manter-se recatadas e conterem suas vontades através da afirmativa negativa sempre que fossem abordadas, mesmo que esse “não” não lhes representasse. A naturalização do “não” como duplo no universo feminino abriu margem ao assédio, principalmente sexual, mesmo um discurso negativo perante uma aproximação masculina não era legitimada pelos homens.

Diversas formas de violência, assédio e estupro permeiam as experiências e a realidade das mulheres. Para além do crime sexual, o machismo presente no ideário dos homens de objetificação da mulher e desrespeito as suas escolhas. A violência sofrida pelas mulheres pode ser considerada uma prática social direcionada a membros simplesmente porque pertencem a determinado grupo. Além disso, as hierarquias nas esferas potencializam para as mulheres uma vulnerabilidade na medida em controlam seu corpo, o acesso a recursos materiais e simbólicos.

A autonomia das mulheres também é discutida pelo movimento feminista na divisão sexual do trabalho. O casamento é uma variável para mulheres e homens. A realidade de uma mulher de classe média é que, ao ter filhos, opta por não mais exercer a carreira profissional e ser dependente do cônjuge. Entre as mulheres pobres, essa não é uma alternativa, uma vez que o cônjuge não detém um salário para manter todos os integrantes da família e a divisão

sexual tem um peso maior para elas. O trabalho no âmbito doméstico juntamente com a falta de creches reduz o tempo livre e as opções das mulheres pobres e negras.

O trato com a beleza é outro mecanismo social imposto as mulheres. Segundo o livro “o mito da beleza” de Naomi Wolf (1991) o cuidado com a aparência física como requisito para a aprovação pessoal e social é uma constante no universo feminino. À consonância com o subtítulo “as imagens da beleza são utilizadas pelas mulheres”, o investimento de recursos e tempos financeiros reflete a desigualdade nos padrões de gênero.

A vigência de alguns padrões de aparência feminina mobiliza julgamentos para as oportunidades de carreiras profissionais. Além disso, essa ideologia da beleza implica um sofrimento, baixa autoestima, na saúde. “[...] basta pensar nas dietas e nas cirurgias plásticas, mas também no cotidiano do trabalho sobre altos saltos e na busca repetida e permanentemente frustrada por uma aparência jovem” (BIROLI, 2014, p. 118)

Os mecanismos repressivos da beleza atravessam a classe e raça e conduzem as mulheres a uma busca incansável pela aceitação social através de padrões convencionais de gênero. Os debates em torno da autonomia avançam na complexidade da produção de preferências. As escolhas individuais e experiências podem reproduzir preferências que justificam e naturalizam hierarquias de primeira ordem. A crítica ao mito de uma autonomia independente e livremente adotada em contextos de socialização. Os debates do feminismo em relação à autonomia se desloca na eliminação das leis restritivas e coerções físicas, incorporando padrões de socialização e comportamentos.

Em suma, conclui-se a luta constante pelo fim da desigualdade de gênero das mulheres nas diversas posições sociais ocupadas de raça e classe. Entretanto, se o feminismo não tem nenhum programa de transformação, social, acaba reproduzindo os diversos posicionamentos das mulheres, o que torna perigosa à ordem social. Também cabe a crítica ao mundo social, contribui para a teoria política ao debater para uma teoria da política feminista.

2 MODELO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO PROPOSTO POR NORMAN FAIRLCOUGH

Para a compreensão do conceito de Análise Crítica do Discurso, proposto por Fairclough, é indispensável conhecer primeiramente os empreendimentos teóricos que influenciaram seus postulados: Materialismo Histórico de Karl Marx, a formação discursiva de Foucault, o caráter ideológico dos discursos de Bakhtin, a ideologia de Althusser e o conceito de hegemonia de Gramsci.

Em seus estudos, o inglês estabelece um quadro analítico capaz de mapear os recursos linguísticos e as relações de poder selecionados por pessoas ou determinados grupos sociais. A análise do discurso crítica (ADC) é uma disciplina com escopo teórico de ampla aplicação ao tratamento de várias práticas na vida social. Considerado um dos expoentes da ADC, Fairclough é autor de livros norteadores da disciplina como *Language and power*, (1989), *Discourse and Social Change* (1992), *Analysing Discourse* (2003), Com abordagens teórico metodológicas.

Cabe destacar inicialmente que, para o conceito de discurso, o teórico refere-se ao uso da linguagem, estabelecendo um contraponto aos estudos saussurianos e sociolinguísticos. Na perspectiva linguística, Ferdinand de Saussure, percussor da vertente estruturalista, considera os estudos de língua voltados a sua estrutura, desdenhando o seu “uso”. Essa concepção é criticada pelos sociolinguistas que afirmam ser o uso da linguagem moldado socialmente e dependente de variáveis sociais.

Para Fairclough (2001, p. 90) o discurso é “o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexa de variáveis situacionais”, essa afirmativa implica tomar o discurso como um modo de agir e representar sobre o mundo assim, na relação dialética do discurso com as estruturas sociais, é o discurso tanto um efeito como condição para as estruturas sociais, sendo moldado e restringido por esses eventos. Em outras palavras, o discurso constitui e é socialmente constitutivo. Considerar essa relação sugere observar uma série de discursos privados em uma situação social. O cerne dessa relação entre discurso e sociedade é o poder.

Aqui, torna-se pertinente ressaltar as contribuições de Foucault para a análise do discurso crítica. Atravessando o trabalho genealógico e arqueológico de Foucault, Fairclough (2001) identificou exposições importantes sobre discurso, dentre as quais destacam-se para a natureza constitutiva do discurso, discurso constituído socialmente, o caráter interdiscursivo das práticas discursivas, em que textos são atravessados por outros, o poder como uma forma de prática discursiva, além de o discurso como uma prática política—pois é ideológico, e a mudança da dialética entre o social e o discursivo.

Deste modo, um dos contributos de Foucault à teorização da ADC tenha sido demonstrar o discurso não somente como um prática, um lugar, mas relacionar sua ligação com as relações de poder. Para além do meio pelo qual se desempenha o poder, um luta para exercê-lo. O poder sobre o discurso, por sua vez, é indispensável para mudar e controlar as práticas discursivas e as estruturas da ordem do discurso (FAIRCLUGH; WODAK, p. 2000)

em outras palavras, é a competência e autoridade pela manipular eventos comunicativos, situando posições, deslocando situações discursivas.

Contudo, para Foucault, existe transformação entre o discurso quando sujeito e instituição se inter-relacionam. Apesar de inegável as contribuições da teoria foucaultiana para a ADC, Fairclough fez algumas ressalvas sobre a análise do discurso adotado por teórico. Segundo o inglês, há uma problemática no sujeito assujeitado, além da falta de uma orientação linguística que tomasse os textos e permitisse a realização de uma conexão com as práticas sociais.

Assim, situada na interface entre a ciência social crítica e a linguística, essa disciplina, a ADC, constitui uma abordagem teórico-metodológico proposta por Fairclough em 1989 e aprimorada em 1992, através do modelo tridimensional de discurso que distingue a análise a partir de três dimensões sócio discursivas: texto, prática discursiva e prática social. O modelo é ilustrado na figura 1.



Figura 1 Concepção tridimensional do discurso

Esse enquadre analítico movimenta-se entre o linguístico e o social e tem por objetivo desnaturalizar crenças, práticas que subsidiam estruturas de dominação no intuito de proporcionar a desarticulação de tais estruturas, bem como direcionando os estudos para a investigação da mudança discursiva em relação à mudança social e cultural.

Para Norman Fairclough, em *Discurso e mudança social* (2001), a constituição da definição de discurso tem várias implicações: Primeiro, o fato do discurso ser uma forma de ação pelo qual as pessoas interagem em sociedade e representam suas concepções de mundo. Segundo, implica a relação dialética existente entre discurso e estrutura social, pois, na medida em que um constitui o outro é constituído por ele.

Assim, ao conceituar discurso, devemos levar em consideração os seus efeitos constitutivos, que correspondem às três funções de linguagem e as dimensões de sentido que coexistem no discurso: identitária, relacional e ideacional. A primeira função de linguagem, identitária, refere-se à construção das identidades sociais, pois o discurso produzido pelo sujeito está imbricado de ideologias que, por conseguinte, definem as “posições de sujeito” para os “sujeitos” sociais, mediante o seu posicionamento e, caracterizam os tipos de “eu”, ou seja, a subjetividade que lhes constituem.

Quanto a função relacional, esta refere-se aos modos pelos quais as relações sociais são ancoradas, e a função ideacional, caracteriza-se pelos sistemas de conhecimento e crença, isto é, como os discursos produzidos podem influenciar o mundo e as relações sociais entre as entidades. Esses efeitos constitutivos do discurso dependem da conjugação das práticas sociais para se constituírem. São os elementos presentes em uma determinada entidade coletiva, por exemplo, que reforçam a ideia dessa constituição discursiva.

Sobre este pensamento, Fairclough (2001, p. 93) expõe que a “constituição discursiva da sociedade não emana de um jogo livre de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”.

A vertente estruturalista trata prática discursiva e evento discursivo como exemplos de estruturas discursivas no qual elas próprias são representadas como fixas e unitárias. Dialeticamente, prática e evento são contraditórios, pois os limites aos diversos ambientes e as práticas sejam naturalizadas e as posições de sujeito sejam vividas complementares. A partir das diferentes circunstâncias sociais, esse limite pode tornar focos de contestação e luta no qual as posições de sujeito e práticas discursivas a ele associadas podem ser consideradas como contraditórios.

Os resultados das lutas são configuradas como rearticulações da ordem do discurso ‘locais’, tanto ao que tange as relações entre os elementos na ordem do discursos como entre as ordens de discursos locais na ordem de discurso societárias. Os elementos podem ser heterogêneos desde a origem, mas mesmo quando não notada essa heterogeneidade histórica a partir das convenções naturalizadas, pode ser sentida como contradição no elementos nas diversas condições. Os elementos, ordens do discurso locais e as ordens do discurso societárias são estruturadas de forma contraditória, abertas para investimentos políticos e ideológicos, e, por conseguinte, foco de lutas e disputas para de investi-lo ou inventá-los.

Levando-se em consideração a complexidade das relações dialéticas entre discurso e práticas sociais, o inglês, considerado um dos percussores da análise crítica do discurso, adota uma concepção de modelo tridimensional do discurso. Segundo esta concepção, o discurso é composto por três tradições analíticas: texto, prática discursiva e prática social. Essas três dimensões, apesar de distintas, encontram-se inter-relacionadas, sendo a prática discursiva responsável por fazer a mediação entre o texto e a prática social.

Quanto a dimensão textual, Fairclough (2001, p. 103) afirma que “a análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura sociais.” Organizados em escala ascendente, o vocabulário trata das escolhas lexicais e sintáticas de um texto, ou seja, lida com as palavras individualmente. A gramática direciona-se a construção de frases e orações, a coesão é responsável pela ligação entre esses termos gramaticais e a estrutura textual diz respeito à estrutura organizacional, o modo como os enunciados são postos e /ou articulados dentro do texto.

No vocabulário estão em foco as relexicalizações, as significações das palavras, atribuindo-lhe um sentido novo. Essas novas atribuições de sentido entram em foco de lutas e sociais e políticas, uma vez que a estruturação, a escolha e relação entre as palavras são formas de hegemonia. Um terceiro foco recai sobre a metáfora, implicações políticas e ideológica particulares.

Na categoria gramática é possível destacar a oração como unidade principal. Nas orações, os principais elementos são chamados de sintagmas ou grupos. Cabe destacar que as orações são escolhas orientadas individualmente, isto é, a estrutura e o modelo adotados por pessoas ou determinados grupos resultam de escolhas sobre o significado das identidades sociais, sistemas de conhecimento e crença e relações interpessoais.

Por coesão, entende-se como são ligadas as orações em frases e, por sua vez, como essas frases são unificadas para formar unidades de sentido. Todos os elementos constitutivos do texto são bases que fundamentam a estrutura textual. Considera a “arquitetura” dos textos, ao planejamento de todas as unidades que darão formulação as práticas discursivas, espaço em que o discurso se concretiza.

A segunda tradição analítica é a prática discursiva que refere-se aos processos de produção, distribuição e consumo textual. Nas palavras do teórico inglês “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (2001, p. 106- 107)

A distribuição ressalta o modo em que o texto é posto em circulação e o consumo frisa se o texto foi consumido individual ou coletivamente e se este foi de forma pacífica ou contraditória. Os textos são produzidos de modo particulares e em contextos específicos, assim como são consumidos de modos distintos em contextos sociais variados.

Na prática discursiva, encontram-se as dimensões “sociocognitivas” direcionadas, especificamente, para a produção e interpretação textual. Esses processos estão inter-relacionados, e dependem dos recursos disponíveis pelos membros no momento da análise, ou seja, a participação do interprete tem um papel imprescindível para esses processos cognitivos.

Há dimensões ‘sociocognitivas’ específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Este é considerado como um conjunto de “traços” do processo de produção, ou um conjunto de “pistas” para o processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109, grifos do autor).

Ainda sobre as dimensões de análise, têm-se a força, o contexto, a coerência e a intertextualidade. Por força, entende-se a intencionalidade exercida num enunciado, atos de fala desempenhados, a ação social que se realiza (prometer, ameaçar perguntar), que as partes de um texto podem tornar-se ambivalentes, levando em consideração a natureza da interpretação adotada, ou seja, num dado texto, pode ficar indefinido se o ato de fala presente é uma afirmação, ironia etc.

Para que essa ambivalência da força seja exterminada é necessário analisar o contexto em que o enunciado está posto. O intérprete deve antes realizar uma interpretação particular desse contexto de situação e a partir desse mapa mental alguns elementos do texto são postos em relevância e\ou excluídos em detrimentos de outros, ou seja, é a interpretação particular que o intérprete tem sobre o contexto de situação que determinará sua postura em relação ao texto.

Porém, para reduzir a ambivalência de força presente em um texto é imprescindível também analisar o contexto sequencial, que encontra-se inter-relacionado com o contexto de situação, entretanto, este depende dos tipos de discurso para ser constituído. Assim, um discurso proferido nem sempre predisporá de um mesmo ato de fala, este é variável quando direciona-se ao contexto.

Quanto à coerência, esta é tratada como a propriedade das interpretações. Sendo assim, um texto coerente é aquele no qual suas partes constitutivas (frases) são inter-relacionadas de modo que, o texto como um todo “faça sentido”, até mesmo quando são constatados a presença de poucos marcadores explícitos no texto.

Um ponto a ser considerado nessa relação de sentidos são as interpretações particulares, pois o intérprete, constituído de discursos também particulares, pode estar ancorado em premissas de caráter ideológico e desta forma, realizar inferências condicionadas ao texto. Assim, para Fairclough (2001, p. 113) “uma leitura coerente de um texto depende novamente dos princípios interpretativos a que se recorre”.

Intertextualidade é a propriedade que um texto tem de ser “preenchido” por fragmentos de outros textos, ou seja, é a capacidade que um texto tem de assimilar, ironizar, etc., os textos primitivos. São as relações dialógicas entre um texto e outro(s). Essa intertextualidade pode ser manifesta, quando, no texto, se faz alusão à recorrência de textos particulares e ainda, transcendendo os níveis intertextuais, está a interdiscursividade que, (re) configura as ordens de discursos existentes, acrescentando os discursos de outrem aos seus.

Ainda focalizando esse caráter intertextual dos textos, é relevante observar essa intertextualidade sobre o prisma da produção, distribuição e consumo textual. No que se refere a sua produção, o produtor leva em consideração a historicidade destes textos, ou seja, aspectos intrínsecos a sua constituição. Na distribuição, foca-se a mutação dos textos. Em termos de consumo, cabe destacar que, além da intertextualidade presente no texto do produtor, há ainda a presença dos textos particulares dos intérpretes, que tem grande influência no processo de interpretação textual.

Nesta dimensão de análise é possível à sua contribuição a mudança discursiva, quando esta encontra-se relacionada à mudança social e política, visto que os elementos das ordens discursivas são transformados. Para a prática discursiva, Fairclough traz à tona dois tipos de análise, a micro e a macroanálise. A primeira diz respeito à explicação de como os participantes produzem e interpretam os textos. Já o segundo tipo de análise referencia os modos particulares utilizados pelos participantes no processo de produção e interpretação textual.

Essas análises inter-relacionadas estão inseridas na conjuntura da análise da prática discursiva, o que é responsável por mediar às dimensões de texto e prática social. Fairclough afirma que: “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os macroprocessos que moldam o texto”. (2001, p. 115)

De acordo Norman Fairclough (2001) a terceira dimensão do discurso é a prática social. Por prática social entende-se como sendo uma forma de atividade social que ocupa das condições sociais do discurso em que a prática discursiva ocorre. Assim, é importante ressaltar que a importância da prática social para a constituição do discurso.

Além disso, como reitera o teórico inglês (2001) o discurso contribui a construção de identidades, relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimento e crença. Nesta concepção é o discurso visto como uma prática social que reverberam, constituem ideologias e relações hegemônicas.

Nessa dimensão analítica são elencados um conjunto de itens tais como: atividades, sujeito, relações sociais, instrumentos, objetos, tempo, lugar, formas de consciência, valores e discurso. Este último item, o discurso, é configurado nesse conjunto de elementos, pois sem discurso não há prática social e vice versa, considerado uma forma de prática social e compartimentado em duas temáticas: o conceito de discurso em relação à ideologia, e as lutas pelo poder, apresentadas pela hegemonia. Para a discussão dessas concepções, Fairclough utilizou-se das bases teóricas de Althusser e Gramsci em seus postulados.

Sobre a constituição de ideologia, Fairclough (2001 p. 117) conceitua que:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

No que diz respeito à constituição ideológica, são levados em consideração três importantes asserções. Primeiro, a asserção de que há imbricação das ideologias nas práticas institucionais que, por conseguinte, possibilitam a investigação das práticas discursivas como formas concretas de ideologias.

Assim, os discursos que constituem as estruturas discursivas são permeados por ideologias diversas. Outro fator que corrobora na constituição das ideologias são os sentidos apresentados pelo texto, ou seja, é o sujeito que, através de sua interpretação particular, emprega valores ideológicos. Neste aspecto, a escolha do vocabulário interfere nestes efeitos de sentido.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as

práticas discursivas e as ideológicas nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117, grifos do autor)

Para essa asserção são destacadas a localização das ideologias, que, tanto estão presentes nas estruturas, constituindo os eventos passados, como nos próprios eventos discursivos, reproduzindo e/ou transformando os eventos condicionadores. Assim, os discursos que constituem as estruturas discursivas são permeados por ideologias diversas. Outro fator que corrobora na constituição das ideologias são os sentidos apresentados pelo texto, ou seja, é o sujeito que, através de sua interpretação particular, emprega valores ideológicos.

Em se tratando de discursos, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2017), de acordo com as tradições teóricas do círculo de Bakhtin, o termo “ideologia” designa tudo o que possui uma significação para além da realidade natural e social, reflete e refrata uma realidade fora dos limites. Segundo Bakhtin “tudo o que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há *signo* também não há ideologia.” (Ibidem, p. 91)

Até mesmo um instrumento, produto de consumo, passível de atuação pode tornar-se ideológico. Podemos observar essa afirmativa no vinho e pão, dois alimentos que, quando tomados pela singularidade, são passíveis de significação, mas quando se tornam símbolos religiosos do sacramento da comunhão cristã são apresentados ideologicamente, isso porque estes alimentos ultrapassaram os limites da existência particular.

Nesse mundo dos signos, há categorias de avaliação ideológica a partir dos valores verdadeiro, falso, certo, errado. É que o campo ideológico mantém uma relação intrínseca com os signos. Onde há signo há também ideologia. “*Tudo o que é ideológico possui significação signica*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2017, p. 93, grifos do autor)

De modo geral, as ideologias atravessam a realidade social e remetem a construções da realidade social e relações entre as pessoas em que os discursos se materializam e constituem. Para o teórico russo, o discurso é um organismo vivo, nos modos sociais.

Retomando as colocações de Fairclough, de acordo com a segunda asserção a ideologia “interpela os sujeitos” baseia-se nos arcabouços teóricos de Althusser, que considerava a ideologia como responsável por integrar os indivíduos em sujeitos, construindo uma vida social, dando-lhes a ilusão de serem livres. Quanto à terceira, sugere que a ideologia

dominante é perpassada através da escola, família, instituição, etc., denominados de “aparelhos ideológicos de estado”.

Fairclough desconsidera a teoria Althusseriana, quando esta afirma que as ideologias permeiam todos os discursos e são imprescindíveis para a formação social do indivíduo. Segundo o inglês “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico”, isto é, as práticas discursivas é que podem estar investidas ideologicamente, contribuindo para reproduzir e/ou manter as relações de poder. Quanto ao discurso, a partir do instante em que os indivíduos transcendem tal sociedade dominante, transcendem também as ideologias existentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121)

Além da ideologia, há na prática social uma outra categoria chamada de hegemonia. Para as bases teóricas sobre os conceitos hegemônicos, Fairclough utilizou-se das bases teóricas de Gramsci em seus postulados ao definir que a “hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação” (2001, p. 122)

Compreende-se a hegemonia como um foco de luta pelo poder que atua em pontos de maior instabilidade entre classes e entidades coletivas com o intuito de construir, romper, manter alianças e relações de dominação/subordinação. Fairclough influenciou-se nos postulados teóricos de Gramsci para as discussões sobre hegemonia.

A teoria gramsciana considerava a luta hegemônica como uma recorrência a materialidade implícita e inconsciente das ideologias nas práticas, que, quando naturalizadas são inseridas pelo senso comum. Vale reiterar que significativa parcela dos discursos se sustentam na luta hegemônica em escolas, família, reuniões, etc. Segundo Gramsci, a hegemonia é amparada por dois pilares, o consentimento e a coerção.

A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos ou afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser [dirigente] (GRAMSCI, 2002, p. 62- 63)

A construção hegemônica de discursos ideológicos é representada pela luta de classes em que, a partir da visão de mundo burguesa e a trabalhadora isto é, um luta pode ter seu fim na consciência crítica e acarretar profundas mudanças sociais. O cerne da hegemonia é a

criação de blocos ideológicos que permitem a manutenção e permanência do monopólio intelectual à classe dirigente e mais do que isso, e assegura ao dirigente o papel de dominante, transformador.

Hegemonia é liderança tanto como a dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um equilíbrio instável. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Outros marcos delimitadores de luta hegemônica são as práticas discursivas, a intertextualidade dos textos, e a própria articulação e rearticulação das ordens do discurso, que apresentam um caráter instável, contraditório. Desta forma, as lutas pelo poder, tem mais eficácia, quando estes elementos são contraditórios, tornando-se influenciáveis e manipuláveis pelo discurso.

A mudança discursiva ocorre devido a dilemas ou problematizações para os intérpretes que podem realizar várias outras interpretações e modificar o evento discursivo. A contradição das posições dos sujeitos, quando questionados, pode contribuir para a mudança discursiva, bem como a intertextualidade que é outro aspecto que corrobora para a mudança discursiva, pois, a maneira que textos são assimilados a outros, o produto desta junção, constituirá um novo texto.

2.1 Noções de gênero textual: a natureza constitutiva da reportagem

Ademais, falar em discurso implica também sobre gêneros textuais. Autores como o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2011) Bazerman (2006) e mesmo o teórico Norman Fairclough (2001) são considerados aportes teóricos às noções de gênero.

Partindo do princípio dialógico, Bakhtin (2011) afirma que o emprego da língua ocorre por meio enunciados, sejam eles escritos ou orais, únicos e concretos proferidos pelos integrantes sociais através da atividade comunicativa. Portanto, o homem faz uso da língua, por meios enunciativos, para agir, dialogar interagir com os demais, “ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. (2011, p. 265)

De natureza individual e particular, é nos campos de atuação da língua que elabora “tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”

(BAKHTIN, 2011, p. 262, grifos do autor). Dada os inúmeros modos e campos de comunicação, torna-se imprescindível ao indivíduo uma seleção/ e ou adequação da linguagem aos diferentes eventos,

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2011, p. 262)

Os gêneros discursivos são textos com conteúdos determinados, e segundo o filósofo russo, somos nós quem moldamos fala e escuta aos enunciados nos textos. Para uma designação, tomamos enunciado como uma unidade real e o discurso sua forma concreta, “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso.” Ele está fundido sob a forma de enunciados, por sua vez, destinadas a um sujeito do discurso particular, fora dessa forma, não o discurso não existe (2001, p. 274)

Então, o discurso pode ser entendido como sendo uma linguagem situada num processão de significados e processos de produção, sendo a língua o canal de produção. O discurso se manifesta pelos textos. O teórico ressalta que é por meio do texto que a história do pensamento, os sentidos, as significações de outrem se manifestam, bem como representam. O texto é por assim dizer, a manifestação dos discursos “é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento”. (2011, p. 307) .

Outrossim, mesmo que resta a interação verbal, o sujeito terá uma gama de gêneros discursivos a partir da unidade enunciativa, entendendo os enunciados como gêneros discursivos, canais de transmissão entre sociedade e linguagem, pois “nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema de língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2011, p. 268).

Para ele, é necessário a atenção à natureza dos enunciados, gêneros do discurso, para que se possa ultrapassar noções simplistas envolvendo o discursivo rumo a uma compreensão da natureza dos sistemas da unidade da língua. (Oração, palavra, léxico). O gênero, isto é, o texto é uma prática social que manifesta as mudanças, por conseguinte, sociais, no plano da linguagem.

Fairclough (2001, p. 161) reitera os gêneros como “um conjunto de convenções relativamente estáveis que é associado com e particularmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”, a *grosso modo*, os gêneros são formas de linguagem referentes a eventos discursivos particulares, ligados a ligados a práticas discursivas, também particulares, de produção, distribuição e consumo.

Nesse sentido, os textos são práticas sociais que refletem as emergências por ela relacionados, logo, as mudanças nas práticas refletem transformações nos gêneros, na forma de interação, ação. São fatos sociais que emergem nas atividades comunicativas, processos sociais em que pessoas tentam compreender uns às outras e através das atividades comunicativas coordenadas, interagir, inserir, compartilhar ideias, fatos, tendo em vista os propósitos práticos (BAZERMAN, 2006)

Dentre as várias esferas dos gêneros discursivos, o jornalístico concentra levar assuntos sociais diversos ao conhecimento público. Essa atividade jornalística visa ainda convencer, persuadir, o leitor. Das várias tipologias textuais de natureza jornalística está a reportagem. Tomando algumas contribuições teóricas sobre a multiplicidade discursiva, apresentaremos a seguir um enfoque ao gênero reportagem, tendo em vista que o *corpus* do nosso trabalho são reportagens de duas revistas brasileiras. Essas relações se fundamentam no caráter informativo e também opinativo, esse gênero consiste num relato contextualizado de fato, causas, motivos, de forma abrangente. Portanto, esse texto lida com fato. De acordo com Lage (2000, p. 46- 47)

[...] a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido. Noticia-se que um governo foi deposto; fazem-se reportagens sobre a crise político-institucional, social, sobre a reconfiguração das relações internacionais determinada pela substituição do governante, sobre a conspiração que levou ao golpe, sobre um ou vários personagens envolvidos no episódio etc.

O estilo da reportagem por ser apresentado a partir de modo contextualizado, detalhado de determinado acontecimento social. No que diz respeito à liberdade com as escolhas na linguagem, pode-se constatar que a reportagem envolve, recursos diversos para seduzir o leitor, através da criatividade, “o estilo da reportagem varia com o veículo, o público, o assunto. Podem-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas também narrar a história, como um conto ou fragmento de romance.” (LAGE, 2000, p. 47)

O texto jornalístico, em geral, envolve o leitor numa interação com os fatos. Tendo como intenção informar, opinar. Tal gênero busca recuperar assuntos e/ ou informações apresentadas na atualidade. No que diz respeito a sua constituição, cabe destacar questões morais e pessoais do jornalista nos textos. A escolha do texto, fonte, critérios organizacionais são atravessados por critérios particulares e também condicionado pela normatividade do social vigente. Tanto a reportagem como o jornalista correspondem “aos valores e marcadores sociais, tais como classe, raça, sexualidade, religião, e, principalmente, gênero” (SILVA, 2010, p. 236) Assim, o gênero jornalístico reportagem é permeado por valores sociais que atravessam o fato e partem à construção de ideias, visando a consolidação do senso comum. Valendo-se do fato dos gêneros textuais como prática social.

Ainda sobre o gênero reportagem, no que diz respeito à reprodução de sistemas de valores, é válido pontuar como as noções de feminino e masculino são representadas pela mídia, como veremos abaixo.

[...] as representações convencionais do feminino e do masculino numa sociedade, presentes na mídia - e não apenas no jornalismo - podem também contribuir para o insulamento temático das mulheres na política. A divisão sexual do trabalho, conectada a estereótipos que definem papéis, pertencimentos e habilidades distintas para mulheres e homens, se transforma em expectativas quanto a sua atuação nas diferentes esferas sociais. Embora não exista uma única compreensão dos papéis de gênero ou de relação entre mulheres e atividade política, a forma como a mídia representa as mulheres é um desdobramento das formas atuais da dualidade entre privado/doméstico/feminino e público/político/masculino. (BIROLI; MOTA, 2014, p. 04)

Cabe notar que, no que se refere à Dilma Rousseff esta é apresentada pela IstoÉ como destemperada, histérica, sem condições emocionais de comandar o país. Dilma está em seu segundo mandato presidencial. Foi a primeira a mulher a ocupar a presidência da república federativa brasileira, portanto, este fato diz respeito ao âmbito público. Todavia, a magazine adentra na particularidade da presidenta, âmbito privado, e faz uso da forte sua personalidade para justificar sua incapacidade de gerir o Brasil.

Já Marcela Temer, envolvida de forma indireta no contexto do *impeachment* por meio do seu matrimônio com Michel Temer, aparece na Veja como uma mulher jovem, recatada, que cuida da beleza, dos filhos e a casa. A intimidade de Marcela é exposta na revista, assim como a do seu esposo.

Assim, é possível observar o modo como essas mulheres são apresentadas nas revistas segundo a inversão das noções de público e privado. Os jornalistas da reportagem da

magazine IstoÉ enfatizam a esfera privada de Dilma Rousseff para denegrir sua capacidade de atuação na esfera pública, enquanto que na Veja, a esfera privada de Marcela é enaltecida ao âmbito público.

3 ANÁLISE

corpus matéria da revista IstoÉ

Para a análise do *corpus*, o método que segue é o do modelo tridimensional do discurso de Norman Fairclough (2001) disposto nas tradições analíticas: texto, prática discursiva e prática social. Na análise textual, serão contemplados o controle interacional da estrutura, estratégias imagéticas contempladas na capa e matéria, a transitividade dos verbos, palavras e a disposição dos termos no texto. Veiculada em 06 de abril de 2016, ano 39, pela edição nº2417, a IstoÉ traz uma publicação com a manchete *As explosões nervosas da presidente* em que a matéria *Uma presidente fora de si* é referente à presidenta Dilma Rousseff no contexto do *impeachment*. Analisemos agora, a imagem que inicia a matéria.



Figura 02. Fonte: IstoÉ (2016)

Situada na parte central da revista, a matéria é constituída por 08 páginas subsequentes. No início da reportagem, em duas folhas estendidas, Dilma Rousseff é apresentada de costas, com as mãos estendidas para cima, indicando a exaustão do seu mandato. Essa ideia é corroborada pelo fato da presidenta estar dando passos em direção à saída do palácio do planalto e acentuada pelo crepúsculo representando o tempo em que a ação se passa. Ademais, o crepúsculo designa o fim do dia, logo, esse clima de pouca

luminosidade pode ser associado ao fim do mandato da presidenta. Podemos atestar esse sentido de fim associado à relação de luz e sombras na materialidade linguística.

O termo “PRESIDENTE” está revestido de um tom escuro em relação aos demais termos do enunciado. Deste modo, pelo jogo de cores, podemos perceber um apagamento da palavra em destaque, por conseguinte, da presidenta no Palácio do planalto, sua residência oficial. Vemos também que sua imagem está situada à esquerda, porém, para além da disposição da imagem na página, esse lado representa a posição política adotada por ela, a “esquerda.”

Contudo, a referida reportagem é composta por oito páginas, assinada por Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, sob o título “UMA PRESIDENTE FORA DE SI”, no qual a IstoÉ elenca uma série de frases disparadas, segundo a magazine, pela presidenta, em que teria ofendido ministros, funcionários próximos, assessores, bem como demonstra a ilustração na página 35 a partir da figura abaixo, no qual falaremos mais adiante.

Figura 03. Fonte: IstoÉ (2016)

Seguindo assim, iremos identificar e analisar a materialidade linguística de acordo com o modelo tridimensional do discurso de Norman Fairclough. Para o teórico inglês, um texto pode ser analisado em quatro itens: **vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual**. O **vocabulário** compreende as palavras individualmente. Logo, é possível destacar na matéria o uso demasiado de adjetivos, como exemplificam os excertos a seguir:

- (1) Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de **extrema tensão e absoluta desordem** com uma presidente da República dominada por **sucessivas explosões nervosas**, quando, além do **destempero**, exhibe **total desconexão** com a realidade do País. (p.34)
- (2) Segundo relatos, a mandatária está **irascível, fora de si** e mais agressiva do que nunca. (p. 34).
- (3) Os **desvarios** de Dilma durante os voos já lhe renderam uma reclamação formal. (p. 36).

(4) Você está maluco? Vai se f...! É a presidente que está aqui (p.34)

(5) Cardozo, você fodeu a minha viagem (p.38)

Nota-se no trecho (1) o uso das palavras adjetivas “extrema”, “absoluta” “tensão” e “desordem” “sucessivas” “explosões nervosas” “destempero” “total desconexão” e também “irascível”, “fora de si” (2), desvarios (3), que constroem uma identificação negativa para Dilma Rousseff. Ora, qual a intencionalidade dos jornalistas em fazer uso de tantos adjetivos? Podemos sugerir que seja para qualificar de forma negativa a presidenta de república.

Os itens (4) e (5) mostram a recorrência dos palavrões “f...!” e “fodeu”. Ao invés das letras, uma das palavras em destaque tem seu sentido completado pelo uso de reticências. Tal processo dá-se em razão destes léxicos serem estigmatizados socialmente pelo fato de denotar um sentido pejorativo e imoral. Assim, o uso desses neologismos, conhecidos popularmente como palavras socialmente referendadas como de baixo calão, tendem a, através do vocabulário supostamente usado por Dilma Rousseff, reforçar a ideia de legitimar a sua ausência de autocontrole e, deste modo, incapacidade de governar o país.

Seguindo com a análise dos itens abordados na análise textual, Fairclough destaca a **gramática** que trata da combinação entre palavras e orações para a construção do sentido do texto, tendo como sua unidade principal a gramática. As pessoas lidam com as escolhas sobre a estrutura e modelo das orações o que resulta em escolhas sobre o significado sobre sua identidade, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Segundo o teórico inglês, “em termos de significado ideacional, a oração é transitiva: significa um processo de um indivíduo particular agindo fisicamente (note-se a metáfora) sobre uma entidade.” (2001, p.104). Deste modo, é válido observar a transitividade de algumas ocorrências e a natureza dos verbos.

(6) Os últimos dias no Planalto **têm sido** marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País.” (p. 34)

Nessa oração acima há a locução verbal “têm sido”. Diz-se locução verbal quando dois ou mais verbos se unem, numa frase, e juntos desempenham o valor de um único verbo. O verbo principal “ser” está na forma nominal gerúndio “sido” que indica uma ação em

andamento, um processo não finalizado praticado por pela presidente da República. (6). De acordo com a gramática normativa, a estruturação da oração é disposta em (SUJEITO+VERBO+COMPLEMENTO). No entanto, nota-se a grande recorrência pelo uso da ordem indireta. Nota-se que a recorrência por construções desse tipo visam enfatizar as práticas e discursos de Dilma Rousseff. Foi possível ainda identificar o uso do artigo indefinido e sua conotação para o social.

- (7) Em recente viagem a bordo do avião presidencial, um Airbus A319, tripulantes e passageiros ficaram estupefatos com outro surto de Dilma. (p.34)
- (8) Uma presidente fora de si (32)
- (9) Não bastasse a repetição da retórica cretina da campanha eleitoral, a presidente disse nos últimos dias que o que está se vendo nos últimos é um verdadeiro “nazismo”, sem lembrar que o discurso do “nós contra eles” foi gestado por sua equipe. (p.39)

Em (7) nota-se que a oração está na ordem indireta sendo iniciada pelo complemento nominal. Nesse trecho, é destacado primeiramente a natureza atual do fato, e a reação dos tripulantes em relação ao comportamento da presidenta. Há de se frisar também que o artigo indefinido “uma” generaliza o substantivo “presidente”. Ademais, quando o substantivo é precedido por um artigo indefinido, este adquire um significado abrangente, como se fosse um elemento qualquer dentro do conjunto específico. Percebe-se que o substantivo não acompanha o gênero indicado [feminino] no artigo. A permanência do termo “presidente” no masculino, mesmo se tratando de uma mulher, indica uma inclinação à cristalização deste cargo ser destinado ao público masculino. (8)

Já no exemplo seguinte (9) a oração na ordem indireta é iniciada por em subordinativa adverbial em que o verbo, na sua forma nominal “bastasse” está no modo subjuntivo, expressando uma condição, hipótese, estabelecendo uma relação direta com o acréscimo de sentido dado pelo advérbio de inclusão “também”, implícito na oração posterior. Contudo, em (7) e (8) vemos a presença de um dos quatro itens da análise de texto, a **estrutura textual**. Como referenciado acima, esses dois exemplos não seguem o padrão da estrutura proposto pela gramática normativa da língua portuguesa. É possível destacar uma intencionalidade comunicativa em optar pela uso da oração na ordem indireta para evidenciar o modo e reação das pessoas envolvidas em relação às ações de Dilma Rousseff.

A ligação entre orações e frases é vista por Fairclough (2001) como **coesão**, que, por sua vez, formam unidades maiores nos textos. Obtém-se uma ligação de sentidos de várias

maneiras: através do uso de mecanismo de referência e substituição, tais como (pronomes, artigos definidos e indefinidos, demonstrativos; mediante o uso de conjunções, tais como “entretanto”, “portanto”, “mas” e “e”.

(10) Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas de seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados (p;34)

(11) Os desvarios de **Dilma** durante os vôos já **lhe** renderam uma reclamação formal. Em carta, a aeronáutica pediu que a **presidente** não formulasse tantas perguntas sobre trajetos e condições climáticas nem adentrasse repentinamente às cabinas para não tirar a concentração dos pilotos. A **presidente** não demonstra paciência nem mesmo para esperar o avião presidencial seguir o procedimento usual do taximento (p.36)

No excerto (10) a oração na ordem indireta inicia com o adjunto adverbial de lugar para indicar uma noção de temporalidade presente da ação, ou seja, neste caso, objetiva destacar os atos praticados por Dilma Rousseff “na última semana”. Observa-se também em “a presidente” que o sujeito é determinado simples, mais adiante, “Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados” vê-se que o sujeito não está implícito, porém, pela coesão, percebemos que se trata da mesma pessoa, a presidenta.

No ponto (11) nota-se uma recorrência em nominar o sujeito e torná-lo uma constante na oração, através de sinônimos ou de forma implícita. Num primeiro momento, o adjetivo “desvarios” exerce a função sintática de sujeito e a oração subordinativa adjetiva restritiva “de Dilma” aparece como uma qualificação específica. Este último termo destacado, é referenciado e enfatizado através do pronome oblíquo átono “lhe” que exerce a função sintática de adjunto adnominal e diz respeito à terceira pessoa do singular (ele/ela) no caso, Dilma. Esse mecanismo linguístico em que o referente surge depois do termo de coesão designa-se de anáfora.

No segundo momento, a oração é iniciada com o adjunto adverbial de modo “em carta”, logo depois, há a oração subordinada substantiva objetiva direta regida pela conjunção subordinada “que” e precedida de um verbo transitivo direto. Neste caso, o sujeito está explícito “presidente”. Por último, na oração seguinte, novamente, é mencionado o termo “presidente”.

Percebe-se também que, no decorrer do trecho analisado, o termo “Dilma” é substituído pelo sinônimo “presidente”. A esse movimento de referência linguística de

retomada do termo antecedente por outro, dá-se o nome de catáfora. Contudo, a recorrência em nominar o sujeito Dilma, seja por meio implícita, por sinônimo, repetição objetiva enfatizar “os desvarios” da presidente em vôos, destacando assim, para sua falta de paciência e controle.

Prosseguindo a análise, de acordo com Norman Fairclough a segunda dimensão do discurso é a **prática discursiva**. Nela, estão elencados os processos de *produção, distribuição e consumo* textual, sendo que a natureza dos processos é variável aos tipos de discursos e fatores sociais. No que diz respeito ao processo de *produção*, os discursos da matéria em análise foram construídos pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff. Sobre a postura e atos da presidenta, eles realçam que

(12) **Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente.** (p. 37, grifos do autor)

(13) Um governante ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa, nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar tom, com gritos, berros e ofensas (p.37)

Os trechos (12) os jornalistas atestam como constante a relação entre a presidenta e os subordinados e destaca para o agravamento da sua situação emocional em decorrência do processo do *impeachment*. Eles também apresentam a presidenta como fora de um enquadramento padrão necessário a alguém que é detentor de grande poder. Nessa relação (13), Dilma não seria considerada uma boa governante nem líder, uma vez que, em meio à crise, perdera a compostura e o controle das emoções. Nota-se, a todo instante, que os jornalistas visam enaltecer para o descontrole emocional da presidenta como justificativa para o seu impedimento. Como demonstrado abaixo nos itens (14) e (15)

(14) Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. (p.37)

(15) Publicamente, a presidente tenta disfarçar seus estado de ânimo atual. Mas nem sempre é possível deixar transparecer serenidade quando, por dentro, os nervos estão à flor da pele. (p.37)

O texto é repetitivo e constrói uma narrativa de desqualificação de Dilma Rousseff para ocupar o cargo presidencial, demonstrando suas condições emocionais e o trato com os subordinados. Sobre sua relação com os empregados, os autores da matéria descrevem relatos

tensos entre a presidenta e algumas pessoas. Na página 34, a matéria traz uma imagem dela com uma autofalante na mão, proferindo discursos, pela imagem, ao Juiz Sérgio Moro, que aparece com uma face de preocupação, cabisbaixo, frente ao olhar tenso de Dilma Rousseff, como vemos abaixo no título

(16) OS ALVOS DO DESTEMPERO A descompostura presidencial não escolhe vítima. Sobra para todo mundo (p.34)



Figura 04. IstoÉ (2016)

No título (16), escrito em destaque na matéria pela fonte da letra em caixa alta, é notório o direcionamento intencional dos repórteres em apresentar Dilma Rousseff como sendo sem compostura. Ter compostura significa ser, estar ou agir com sobriedade, comedimento, educação. Assim, a presidenta estaria em falta com essas qualificações, como nota-se na sua relação agressiva com os mais próximos ou conhecidos. O uso da palavra *vítima* referindo-se aos outros, pressupõe a ela como uma criminosa, ou pessoa de má-fé que age de forma descontrolada, destemperada. (16). É nesses relatos que a veracidade da matéria é posta em cheque. De acordo com o código deontológico, cabe ao jornalista

Relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis

no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público (1993, p.01)

Entretanto, essa distinção entre interpretação pessoal e fato real não é realizada na construção da matéria. No que diz respeito às fontes dos depoimentos estas são apócrifas, ou seja, com veracidade duvidosa, as aspas, referentes à fala da presidenta, são sempre creditadas por terceiros, como podemos observar nas expressões “segundo relatos,” “um de seus assessores”. Em nenhum momento os depoimentos são assinados pelos envolvidos. Conforme os exemplos abaixo.

- (17) Dilma teria, **segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo**, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. (p.34 grifos nossos)
- (18) **Outo interlocutor frequente diz** que a desaprovação recorde junto aos eleitores é vista como mero detalhe pela presidente. “Que falta faz um João Santana”, disse referindo-se ao marqueteiro e, principalmente, conselheiro para todas as horas (p.37, grifos nossos)
- (19) **Segundo relatos**, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (p.34, grifos nossos)
- (20) **Numa conversa com um assessor, na semana passada**, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. Quem esse menino pensa que é?
- (21) Desde o primeiro mandato de Dilma, **um importante assessor palaciano** dedicou-se a registrar num livro de capa preta as reprimendas aplicadas por Dilma em seus subordinados. Ele deixou o governo recentemente por não aturar mais o insultos da presidente. A maioria injustificável, em sua visão **No Caderno, anotou mais de 80 casos ocorridos entre 2010 e 2016. Entre eles, há o de um motorista que largou o automóvel presidencial no meio da Esplanada dos ministérios depois de ser ofendido compulsivamente pela presidente e ameaçado por causa de um atraso** (p. 37, grifos do autor)
- (22) Na quarta-feira passada 30, Dilma chegou ao cúmulo de sugerir uma audiência com Valdemar Costa Neto, do PR, para oferecer-lhe a indicação do ministério de Minas e Energia. Ocorre que, hoje, Costa Neto apresenta dificuldades e limites de locomoção devido ao uso de uma tornazeleira. Depois da gafe, o jeito foi recorrer a emissários (p.37)
- (23) Menino, você não faz nada direito (p.38)

Nos itens (17) (18), (19), observa-se que os fatos são tendenciosos, na medida em que não apresentam nominalmente as fontes, tampouco a assinatura dos mesmos. Assim, pela

ocultação das fontes, podemos inferir que há, por parte dos jornalistas, uma tentativa de desqualificação da Dilma e defesa do processo do *impeachment*. Em (21), a matéria traz em negrito o depoimento de “um importante assessor palaciano” em que teria escrito num livro preto, casos de maus tratos da presidente com os seus subordinados. A cor preta do livro remete um ar de obscuridade e tensão. Todavia, em nenhum momento há uma imagem deste registro, para comprovar o que foi dito.

No que diz respeito ao caráter dos discursos, é válido destacar a ironia nas passagens (20), (22) e (23) em relação aos atos praticados e proferidos por Dilma Rousseff. Em (20) “Quem esse menino pensa que é?” o “quem” pronome interrogativo indica pergunta” destinada a “esse menino”, “pensa que é” “Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo”. Contudo, essa construção pode ser considerada uma ironia, tendo em vista que Sérgio Moro é um homem e Juiz, consciente e racional de seus atos e não um menino, tal como é comparado no texto. Sendo menino, é atribuída características de infantilidade e irresponsabilidade, daí o viés irônico de desrespeito com o judiciário.

Para atestar a irresponsabilidade e o caráter duvidoso da presidenta quanto à sua inocência, (22) o trecho em destaque apresenta um suposto relato de desespero quanto à consolidação de aliados em que ela teria convidado para ministro de Minas e Energia, Valdemar Costa Neto. Entretanto, percebe ser inviável essa contratação, tendo em vista que o nome cotado cumpre pena judicial. Tal fato é acordado pelo uso da tornozeleira do seu convidado. Esse equipamento policial é utilizado para monitorar a distância percorrida por presos, sendo alarmado quando ultrapassa o limite de metros estabelecidos pela lei. São utilizados principalmente em casos de prisão domiciliar.

Assim, a ironia dá-se nessa no momento em que Dilma percebe o ocorrido, levando em consideração o desespero e falta de avaliação quanto à contratação. Devemos perceber também esse viés sarcástico por parte dos jornalistas a partir do seguinte trecho: “Ocorre que, hoje, Costa Neto apresenta dificuldades e limites de locomoção devido ao uso de uma tornozeleira”. Depois, da gafe, o jeito foi recorrer à emissários”. Já no item (23) observa-se a ironia quando a presidenta teria subjugado Anderson Dornelles ao chama-lo de menino, menosprezando-o. Segundo Fairclough (2001) um enunciado é irônico quando este ecoa o enunciado de outro. Um outro trecho que comprova o desespero da presidenta para se manter no poder pode ser observado abaixo.

(24) Na tática do desespero oferece cargos e verbas para angariar apoios à sua causa, não se importando com o tesouro do orçamento e muito menos com o processo sobre suas contas abertas nos órgãos de fiscalização de controle, TCU. (p.37)

(25) Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo congresso (p.34)

Como destacado nos itens (24) e (25) os discursos veiculados na matéria foram produzidos no contexto do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em 2015, início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, é instaurada uma crise política e econômica no país, a partir da abertura do processo de impeachment da presidenta. No caminho do processo, em 12 de maio de 2016, o senado aprovou o afastamento de Dilma de suas atividades presidenciais por 180 dias, sendo substituída pelo vice Michel Temer, até concluído todo o processo.

Com o relatório da comissão favorável ao impedimento, o próximo passo a ser seguido era a votação do plenário na câmara dos deputados a ser realizado no dia 17 de abril de 2016, num domingo, sendo transmitido em horário nacional. Ademais, a matéria foi produzida no período que antecede a votação tornando evidente destacar a intencionalidade dos jornalistas em construir uma mácula criminoso envolvendo a presidente ao revelar sua instabilidade emocional, moral e política. Tal como mostram os itens (24) e (25) a seguir. É válido destacar o poder de convencimento da matéria e, por conseguinte, do conteúdo, tendo em vista a grande circulação das revistas da IstoÉ nos meios sociais.

Fairclough reforça a importância de considerar o processo de *distribuição* como um elemento da prática discursiva. Na IstoÉ, as revistas são dispostas na versão online, no site do evento (www.istoé.com.br) por meio do material disponível grátis ou pela assinatura. Nessas assinaturas, o leitor pode optar pela leitura online ou revista impressa. Cabe destacar também a disponibilidade do material impresso direto para a compra em bancas de jornais. De acordo com dados disponibilizados no site da editora, no período de novembro de 2017, foram 253.893 exemplares semanais de tiragem e 221.081 exemplares semanais de circulação.

A revista dispõe também de plataformas digitais que versam sobre os temas abordados. Observemos os meios de alcances e a quantidade de espectadores (seguidores) nas mídias sociais, segundo a carta juramentista do editor, disposta pelo site da editora 3, sob dados de novembro de 2017, são eles: 20 milhões de visualizações mensais na página 2.000.000 seguidores de alcance mensal no facebook, 1.400.000 no twitter, 7 milhões de

sessões seguidores de alcance mensal, 270.000 seguidores de alcance mensal no instagram e 5 milhões de usuários únicos.

Quanto à prática discursiva, Fairclough (2001) estabelece o *consumo* como processo como processo variável aos contextos sociais, podendo ser realizado de forma coletiva ou individual. No caso da matéria em análise, segundo a fonte (Ipsos Marplan 2013), cerca de 53% são do público feminino e 47 % do masculino, sendo que 19% pertence à classe A e 55% à B. No que tange à relação leitor X revista, estima-se que 93% se interessam por atualidades e notícias do momento, 70% possuem casa própria 58%, gostam de experimentar novos produtos e marcas e 44% são formadores de opinião quanto à referência em compra de produtos. (EDITORA3, Fonte: Ipsos Marplan, 2013)

Por ser uma revista publicitária, há um interesse em atrair marcas e, conseqüentemente, leitores/consumidores. No caso da referida análise do material impresso, esta garante visibilidade ao tema e enquadramento político. A visibilidade está intimidade ligada à imagem pública, podendo ser considerado um gênero opinativo público afetando a reputação. Da mesma forma que a mídia pode creditar visibilidade para autores, instituições, pessoas, também pode propiciar uma visibilidade negativa, no caso desse estudo, para a presidenta da república, Dilma Rousseff, tal como podemos identificar pela materialidade do texto em que sua capacidade mental e ações são apresentados para promover uma imagem negativa da presidenta da república.

Ainda sobre a prática discursiva, Norman Fairclough (2001) considera as categorias *força*, *coerência* e *intertextualidade*. Designa-se *força* a ação social que se realiza, o (s) ato (s) de fala que desempenha, (ordem, pedido, ameaça, pergunta)

(26) Na última semana, a presidente **mandou eliminar** jornais e revistas de seu gabinete. (p.34)

(27) **Em surtos de descontrole** com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, **Dilma quebra móveis dentro do palácio**, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos **e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País**”(grifos do autor) (p.31)

(28) Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira (p.39)

Em (26) observa-se que a locução verbal “mandou eliminar” indica uma posição imperativa de ordem da presidenta em “eliminar jornais e revistas”. O uso da locução reforça a autoridade da presidente através do ato de “mandar”. No item (27) vale destacar que os verbos “quebrar”, “gritar”, “xingar”, conjugados no texto, se referem à 3ª pessoa do singular do indicativo e referenciam a força desempenhada por Dilma Rousseff em seu ato de fala, tal como podemos perceber em (28) pelo verbo “calar”.

Contudo, é na interpretação do *contexto* que a ambivalência da força é reduzida. Sendo este um dos itens a serem considerados na prática discursiva, é válido ressaltar que, “para que se possa recorrer ao contexto da situação, sequencial, para interpretar a força de um enunciado, é necessário primeiro uma interpretação do contexto da situação (2001) Nesse sentido, para além de considerar as razões subjetivas, articulada de modo a desqualificá-la a partir do seu mandato, é necessário entender como se deu início ao impeachment, sua legitimidade, razões legais, políticas, bem como atentar para intencionalidade da revista em construir tal sentido.

É válido destacar a presença do item *coerência*. Segundo o teórico inglês, um texto é coerente quando suas partes constituintes são relacionadas de modo que todo ele faça sentido, mesmo havendo poucos marcadores formais (2001) ou seja, diz respeito às conexões necessárias à construção de um totalidade coerente. Ademais, há casos em que certas estruturas são dispostas na oração sem estabelecer uma relação de continuidade lógica de sentido. Vejamos nos exemplos abaixo.

(29) Copos e pratos foram ao chão, mas ninguém se machucou. **A presidente saiu de si.** (p.36)

(30) O placar do afastamento em frente ao congresso, integrantes de movimentos pró- impeachment estampam os rostos dos parlamentares contra e a favor da saída de Dilma (p.36)

(31) Num de seus acessos recentes, na segunda semana passada, Dilma reclamou dos que classificou de “traidores” e prometeu “vingança”. (p.34)

Há no enunciado (29) uma força do ato de fala desempenhada por Dilma Rousseff em uma ação social autoritária, desequilibrada, como podemos observar pelos verbos usados. Além disso, tendo em vista o processo de votação na câmara dos deputados, esses discursos de força são significativos para a construção dessa identidade e personalidade de Dilma, o que

pode influenciar negativamente no posicionamento dos deputados, assim como toda a população.

Vale destacar também a incoerência entre uma oração e outra, uma vez que elas não estabelecem uma relação direta de sentido. Vê-se que o termo em destaque não apresenta nem uma conexão de sentido com a estrutura oracional antecedente, antes é disposto de forma avulsa. Essa construção textual visa inserir a presidenta no texto de forma vexatória, aleatória, sem causas ou justificativas bem articuladas no texto.

Em (30) refere-se a um placar da comissão do *impeachment* que ocorrerá ainda no dia 17 de abril de 2016, adiantando o afastamento do mandato da presidenta. No exemplo em questão, nota-se uma enumeração de fatos sem relação direta por conectivos.

Figura 05. Fonte: IstoÉ (2016)

Continuando as análises, em (31) a oração é iniciada na ordem indireto por um adjunto adverbial, em que o “num” é uma preposição resultante da contração de (em+um) e tem valor semântico de advérbio de lugar, portanto, “seus assessores recentes” aparece como um lugar em que o sujeito “Dilma” reclamou. Percebe-se aí a incoerência ou intencionalidade em apresentar como lugar um pessoa para quem Dilma reclama.

Há de se destacar também a noção de *intertextualidade* que refere-se às relações dialógicas entre textos, ou seja, é a capacidade que um texto tem de ser “preenchido” por outro, incluindo as relações existentes entre ordem e discurso (*interdiscursividade*). No

nosso trabalho, identificamos algumas ocorrências desses fenômenos, inscritas na capa da revista.



Figura 06 Fonte: IstoÉ(2016)

(32) FIM DE FEIRA NO VALE-TUDO PARA SE MANTER NO PODER, DILMA DISTRIBUI R\$ 50 BILHÕES E MAIS DE 600 CARGOS (p.31)

(33) A GRIPE QUE MATA COMO SE PROTEGER DO VÍRUS H1N1, QUE SE ALASTRA PELO PAÍS (p.31)

No enunciado em destaque, (32) a oração na ordem indireta inicia com o adjunto adverbial de modo “NO VALE-TUDO PARA SE MANTER NO PODER”. Nessa modalidade de luta, vale-tudo, os lutadores utilizam-se de técnicas particulares, de modo a surpreender o outro participante e sair vencedor, Assim, na busca incessante para se manter no poder, Dilma estaria praticando o ato de ilegal de “DISTRIBUIR R\$ 50 BILHÕES E MAIS DE 600 CARGOS”. Percebemos na menção dessa modalidade de luta, a presença de um interdiscurso. O verbo da oração na 3ª pessoa do singular do indicativo, referencia a ação praticada pela presidente no tempo presente. Deste modo, podemos considerar que houve uma preocupação em evidenciar o modo e a ação praticados Dilma.

O título do bloco, em caixa alta, também é um interdiscurso, pois é no “FIM DE FEIRA”, de acordo com o discurso popular, que o vendedor baixa, negocia os preços para não ficar no prejuízo. Tudo vale a pena. Assim, é válido perceber essa relação direta com o fim de mandato. No segundo bloco textual situado na parte superior esquerda da capa “A GRIPE QUE MATA COMO SE PROTEGER DO VÍRUS H1N1, QUE SE ALASTRA PELO PAÍS”. A oração subordinada adjetiva explicativa “que mata” particulariza o substantivo “A GRIPE”, especificando-a. Sendo assim, trata-se de uma gripe específica para matar.

Vemos nesse trecho que o discurso médico sobre a gripe H1N1, que é apresentada como epidemia que se alastra no país, tem uma relação direta com a permanência do mandato presidencial da Dilma Rousseff e o risco desta para o país. Portanto, percebe-se na metáfora H1N1, o entrelaçamento de discursos o que configura na interdiscursividade. Podemos associar esse sentido interdiscursivo através da coerência textual do tema abordado: A presidenta e sua incapacidade de exercer continuar no exercício do mandato. (33). Destacamos também essa intertextualidade na capa da revista em análise, quando a expressão da presidenta se assemelha com a pintura de Michelangelo Merisi da Caravaggio, em *Medusa Murtola* (1571-1610), vejamos as duas imagens a seguir:



Figura 07. Fonte: IstoÉ (2016)



Figura 08 Fonte: Google imagens¹¹

Visivelmente, é possível notar uma semelhança entre as figuras 07 e 08, na face tensa e de aparente euforia de ambas. Na imagem à esquerda, temos o quadro que estampa a imagem de Medusa, deusa na mitologia grega, considerada um monstro representado em forma de mulher com serpentes ao invés de cabelos. Simbolicamente, era considerada solitária e incapaz de amar, a partir do momento em que, quando jovem, foi estuprada por Poseidon no templo de Atena que, descontente, a transformou como uma forma de punição fazendo com que todos aqueles para quem ela olhasse fossem pedrificados.

11

Disponível: https://www.google.com.br/search?q=medusa+murtola&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=PHRHBJWWjq_3M%253A%252ChxWJu9SpEk7JSM%252C_&usg=__9bL4XK_s1_SZJY_6Xu3df4iNOQo%3D&sa=X&ved=0ahUKEwj9vafs7bbbAhWmiZAKHXTvA_MQ9QEIMjAE#imgrc=PHRHBJ-WWjq_3M: > Acesso em 01 Jun. 2018

Medusa teve seu fim decaptada pelo herói Perseu, já o fim do mandato de Dilma Rousseff não foi muito diferente. Foi o seu vice, representante do maior grupo político PMDB, Michel Temer, detentor de influência de poder que participou ativamente da sua condenação.

Além disso, é a figura de mulher nervosa que constitui a forma concreta de histerização. Esse condicionamento social, atribui às mulheres uma mácula dada pela instabilidade emocional, como podemos ver nas duas imagens acima, a tensão em que essas duas mulheres se encontram. Podemos observar também pela materialidade no termo destacado a seguir em “As **explosões nervosas** da presidente”

Outrossim, é possível destacar aí o machismo em que, mesmo vítima de estupro, a deusa foi culpabilizada, desmoralizada, instaurando a noção de arquétipo de mulher terrível. Podemos identificar essa mesma ideologia no modo em que Dilma Rousseff é representada.

Realizando uma relação direta de Medusa, vemos que a presidenta é associada a uma mulher “feia”, solitária, pouco amigável, um monstro. Essa ideia de monstruosidade pode ser vista “A volta da tática do terror” (p.38) quando referencia Dilma Rousseff e “AS DIABRURAS DE “MARIA A LOUCA” (38) sobre D. Maria I.

Não obstante, a mulher foi ligada ao demoníaco, de acordo com a tradição judaica, houve uma mulher gerada primeiro que Eva, do mesmo material de Adão, seu nome era Lilith. Por não concordar a submissão masculina, deixou o paraíso, negando sua condição submissa, assim, passou a ser chamada de “a mulher do demônio”. Ademais, na Idade Média, por terem conhecimento sobre algumas curas de doenças através da experiência, ou por ocuparem posições de destaques, como foi o caso da revolucionária Joana D’arc que comandou as tropas francesas, as mulheres foram sempre punidas e violentadas.

Ademais, percebe-se a ideologia imputada a todas aquelas que exercem cargos elevados uma subjugação de sua capacidade tendo em vista o fato de serem mulheres. A essa prática dá-se o nome de sexismo que é uma forma de discriminação contra a mulher que conduz à exclusão de espaços tendo como base o sexo.

Na análise, também há a presença de intertextualidade, como podemos perceber através da menção do processo de impeachments brasileiros. Na página 37, no canto inferior, há um quadro comparativo dos dois processos de impeachment presidenciais brasileiros, o de Dilma Rousseff e o de Fernando Collor de Mello. Há também duas ilustrações, lado a lado, dos presidentes praticando esportes no período do *impeachment*, como mostra a figura abaixo.

Figura 09. Fonte: IstoÉ (2016)

No título, em caixa alta, “Dilma repete Collor: ALHEIA AOS FATOS” a matéria apresenta que o tempo reservado à prática de esportes pelos presidentes e ao lazer, caracteriza como uma modo de estar alheio com o *impeachment*.

(34) Dilma repete Collor: ALHEIA AOS FATOS (p.37)

(35) Durante seguidas manhãs de setembro de 1992, enquanto o impeachment fervia no congresso e a população lotava às ruas pedindo a saída do então presidente Fernando Collor, [...] ele vestia camiseta com frases de efeito e saía para correr. A presidente Dilma segue o mesmo *script*. Enquanto o país vive uma crise sem precedentes, a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo[...] sai para se exercitar de bicicleta (p. 37)

A presença da intertextualidade se apresenta aqui pela relação dialógica entre os textos. Como se pode observar nos exemplos (34) e (35) essa conexão se dá pelo fato de ambos terem sofrido impedimento. Ao longo desses exemplos é atribuído um descaso tido por Fernando Collor e Dilma Rousseff à instabilidade política em função de ambos estarem praticando atividades físicas. “enquanto o país vive uma crise sem precedentes, a petista se comporta como se nada estivesse acontecendo[...] sai para se exercitar de bicicleta.” Ora, não é a prática de esportes necessária para a saúde de todo indivíduo, então, qual a relação de sentido que se estabelece entre esses dados como motivo para estar ambos estarem alheio ao país? Notamos que há uma inferência da prática de esportes, lazer a um descumprimento dos afazeres presidenciais.

Notamos essa relação comparativa arbitrária pelo trecho (35) e também pelo uso do termo inglês *script*, que significa conjunto de execuções a serem aplicadas. No entanto, em nenhum momento os dois processos são desbrembrados textualmente e esse descaso é confirmado por meio de provas legais, apenas por suposições e inferências frágeis. A intertextualidade também se manifesta na relação direta entre Dilma Rousseff e D. Maria I, “Maria a louca”, conforme o quadro situado nas partes inferiores das páginas 38 e 39. Observemos a ilustração abaixo



Figura 10. Fonte: IstoÉ(2016)

(36) AS DIABRURAS DE “MARIA, A LOUCA” (P.38)

(37) Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. (p.38)

Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, foi a primeira mulher a ocupar o trono de Portugal, e em decorrência da vinda da família real ao Brasil, tornou-se a primeira rainha de Portugal. Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente da República. A partir daí começam a ser delineados traços de intertextualidade.

No item (37) é estabelecida uma relação direta entre essas duas governantes. Não pelo protagonismo feminino em cargos de poder, mas pela naturalização do ocorrência de descontrole das mulheres ao exercer cargos profissionais. A menção do texto sobre D. Maria I, aparece como uma justificativa da normalidade da incapacidade feminina. É nesse sentido

que podemos identificar a presença do machismo quando preconiza a cristalização de uma inferioridade da mulher como própria de sua gênese e circunscrita somente a exercer cargos subalternos, uma vez que, segundo essa ideia, as mulheres não teriam a capacidade de exercer atividades no âmbito público. A essa construção de sentidos simbólicos designa-se *ideologia*.

De acordo com Norman Fairclough, a terceira dimensão do discurso é a prática social e esta compreende as dimensões de ideologia e hegemonia. Para o autor, o discurso é inconcebível sem a prática social, assim, ao conceituar discurso, devemos levar em consideração os seus efeitos constitutivos, que correspondem às três funções de linguagem e as dimensões de sentido que coexistem no discurso: identitária, relacional e ideacional.

A primeira função de linguagem, identitária, refere-se à construção das identidades sociais, pois o discurso produzido pelo sujeito está imbricado de ideologias que, por conseguinte, definem as “posições de sujeito” para os “sujeitos” sociais, mediante o seu posicionamento e, caracterizam os tipos de “eu”, ou seja, a subjetividade que lhes constituem. Quanto a função relacional, esta refere-se aos modos pelos quais as relações sociais são ancoradas, e a função ideacional, caracteriza-se pelos sistemas de conhecimento e crença, isto é, como os discursos produzidos podem influenciar o mundo e as relações sociais entre as entidades.

Nesse sentido, podemos destacar que os discursos veiculados na matéria em análise são de natureza identitária, uma vez que delineiam, constroem, definem as posições e os tipos de “eu” subjetivos da presidenta Dilma Rousseff, ao traçar um conjunto de argumentos para desqualificá-la do exercício no âmbito público. Para Fairclough, ideologias são significações/construções da realidade, construídas em várias dimensões de sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação. (2001 p.117).

(38) O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. Diante desse quadro, era preciso que ocorresse o seu “impedimento na Coroa (p.38)

(39) Quanto mais pressão, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi “impedida de qualquer ato na Corte” (p.38)

(40) **Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade (p.37)**

(41) **Em surtos de descontrole** com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, **Dilma quebra móveis dentro do palácio**, grita com subordinados,

vinga autoridades, ataca poderes constituídos e **perde (também) as condições emocionais para conduzir o País**” (grifos do autor) (p.31)

- (42) Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mais com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. (p.34)

No item (38) o enunciado em questão parte de um posicionamento de uma renomada psiquiatra Elisabeth Kubler-Ross que descreve os cinco estágios pelo qual as pessoas passam ao se deparar com a perda ou a proximidade dela. São eles: negação, a raiva, negociação, depressão e a aceitação. Sendo assim, segundo o excerto destacado, a perda do mandato já seria um fato certo, daí a apresentação desses estágios na presidente em “espécie de negação da realidade”. Ademais, o posicionamento da psiquiatra, especialista no diagnóstico, tratamento intervenção de doenças mentais e convulsões psicológicas severas, e seu apontamento sobre Dilma Rousseff reforça a justificação de fragilidade de sua saúde mental para governar o país.

O discurso sobre D. Maria I reforça e justifica essa incapacidade feminina de atuação pública, como podemos observar através do item (39). Valendo-se do contexto psiquiátrico em que a presidente é colocada, podemos perceber como o patriarcado atua para cristalizar essa noção de incapacidade e inferioridade feminina. (40) Acusada de crime de responsabilidade fiscal e improbidade administrativa, em nenhum momento consta na revista um embasamento teórico para a análise do governo da candidata do partido dos trabalhadores (PT). Em suma, o que está em voga é como a sanidade pode afetar no governo e na relação de todos a sua volta.

A tipificação de Dilma Rousseff como “louca” tem a ver com uma prática social de desqualificação da mulher, o *galisthing*. Em outras palavras, é o *gaslighting* uma violência emocional, psicológica e de gênero, que expõe mulheres a acharem que são incapazes, loucas. Como modo de comprovar a sanidade mental de Dilma, os autores lançam mão das adjetivações “louca”, “descontrolada”, e utilizam da seguinte afirmativa do exemplo (41).

Lembrando que rivotril, clonazepan, é um medicamento contra indicativo da classe farmacêutica dos benzodiazepínicos, com propriedades calmantes, inibidoras leves do sistema nervoso central, proporcionando um efeito calmante, sedativo e tranquilizador. Enquanto o olanzapina, como exposto no texto, é indicada para o tratamento agudo e manutenção da esquizofrenia, bem como outros transtornos mentais. Esses medicamentos antipsicóticos

reforçam a ideia de loucura e incapacidade mental da presidenta em continuar com o mandato. (42)

Ainda estabelecendo uma relação ideológica de sentido entre os mandatos dessas mulheres, é posto o discurso de deslegitimação mental frente à iminência do *impeachment*, entre D. Maria I (39) e Dilma Rousseff. Ideologicamente, nota-se uma preocupação em realizar apontamentos negativos para a identidade da presidenta em meio ao processo de impedimento. Ademais, ainda sobre a ideia de loucura, é possível notar o posicionamento misógino de ódio contra Dilma Rousseff.

A matéria parte do senso comum de que a política não é um espaço destinado para a atuação feminina, o que retoma as questões assimétricas de gênero em virtude de uma suposta inferioridade tida por elas, logo retoma também à noção de feminilidade como um status a ser adotado por todas as mulheres, mas que falta na presidenta quando apresenta “fúria”, “histeria”, “instabilidade emocional”. Nesse sentido, como ressalta, Fairclough (2001) as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’.

No que diz respeito à constituição ideológica, são levados em consideração três importantes asserções. Primeiro, a de que há imbricação das ideologias nas práticas institucionais que, por conseguinte, possibilitam a investigação das práticas discursivas como formas concretas de ideologias. Segundo, as ideologias ‘interpelam’ os sujeitos e terceiro, a asserção dos ‘aparelhos ideológicos de estado’ que aponta para a luta e o foco no discurso para uma análise do discurso orientada linguisticamente.

Isto posto, vale lembrar que o *corpus* em estudo está veiculado num ambiente midiático, a revista IstoÉ, que por sua vez, é considerada uma das mais principais e mais influentes no Brasil. O referido magazine é considerado atualmente por deter um posicionamento político de direita. Diz-se de direita uma tomada de decisão política a favor do regimes capitalistas, nacionalistas, conservadores, ou seja, as classes sociais detentores dos bens e meios de produção e poder.

Logo percebemos a postura ideológica do magazine na constituição da matéria quando acusa, reforça estereótipos sociais, apresenta fontes apócrifas, tendo em vista, ascender a necessidade, iminência, do *impeachment*. Sobre esse lugar político defendido pela revista na luta de classes, vale ressaltar a *hegemonia* como dimensão da prática social, considerada por Fairclough como “um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação”

(2001, p.122) É válido destacar que a reportagem se insere no contexto jornalístico e midiático. Tanto a produção quanto a distribuição do gênero estão atrelados às relações sociais, econômicas e políticas que configuram o capitalismo. Nesse cenário jornalístico, o gênero escolhido estabelece tanto informações quanto formas simbólicas (ideológicas) que contribuem para estabelecer, sustentar as relações de dominação.

A IstoÉ, uma revista de tiragem semanal, com maiores circulações no país, pode ser considerada uma grande mídia informativa e corporativa do país. Ela está inserida nas práticas jornalísticas hegemônicas que assumem, claramente, um enquadramento político-ideológico e partidário de direita ao servir para a elite simbólica conservadora. Além disso, a própria temática da reportagem aponta para esse complexo de lutas travadas no campo político de 2016 em que o modo de representação da presidenta Dilma Rousseff está ancorado em valores e posicionamentos misóginos que, além de legitimar um ódio contra a presidenta, também denegria a perspectiva de atuação das mulheres no âmbito público.

(43) AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE (p.31)

(44) Índices de avaliação chegando aos 68% de ‘péssimo e ruim’. Em seus discursos, se dizia vítima do ‘sindicato do golpe’ e tinha o apoio de advogados que diziam que não havia crime de responsabilidade contra ele, e Dilma parece não dar de ombros ao seu índice de reprovação que chega aos 69%. [...] também repetindo o ex-presidente, chama opositores de ‘golpistas’, recorre a juristas parceiros (p. 37)

(45) Na quarta-feira 30, Dilma converteu o evento de entrega de moradias da terceira fase do Minha Casa Minha Vida em um palanque contra o impeachment (p.39)

(46) Dilma deixa transparecer que não lhe importa mais a opinião pública. Seu objetivo é seguir no posto a todo e qualquer custo e, se lograr êxito, punir aqueles que considera hoje seus mais ferozes inimigos (p.37)

(47) Os presentes chamaram o juiz Sérgio Moro, o vice Michel Temer e a OAB de “golpistas” e bradaram o já tradicional “não vai ter golpe”. Detalhe: **o coro foi puxado pela militante travestida de presidente da República** (p.39, grifo nosso)

(48) A **petista** avaliou ser “até melhor” o rompimento com o PMDB, assim, teriam uma chance de “refundar” o governo (p.37, grifo nosso)

(49) Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. (p.34)

(50) Os surtos, os seguidos destemperos e negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o país (p.37)

Logo no início da reportagem, na capa, a referida inscrição contida no item (43) em que Dilma Rousseff foi identificada como incapaz de governar o país, é possível avaliar efeitos sociais que potencializam na legitimação do posicionamento pró-impeachment, além da naturalização e reprodução de um discurso de apatia à presidenta, o que certamente influenciou no golpe de 2016 que a afastou do governo.

O trecho (44) diz respeito à popularidade e repercussão do processo de impedimento de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Podemos destacar que a baixa popularidade é apresentada como uma espécie de termômetro que indica uma relação direta desta com a culpabilidade da presidenta. No que diz respeito à legitimidade de ambos os processos, o texto apresenta a descrença dos envolvidos no andamento dos impeachments e o posicionamento argumentativo de ambos em designar de “golpistas” seus opositores.

Nesse sentido, a materialidade apresenta uma fragilidade de argumentos dos presidentes do Brasil para comprovação de sua inocência, uma vez que estes se baseiam na acusação das pessoas contrárias ao seu governo. (45). O exemplo (46) destacam o caráter moral da presidenta ao se apropriar de um evento social para falar do impeachment e atestar sua inocência. Já em (47) Dilma estaria interessada apenas em se manter no poder, dispensando a aprovação do público, e por conseguinte, o comprometimento com o país. Ainda nesse mesmo evento, a reportagem apresenta a manifestação de apoiadores da Dilma em que teriam proferido ao Juiz Sérgio Moro, vice Michel Temer e a OAB, palavras de ordem, dentre elas a de “golpistas”.

Devemos destacar em “e bradaram o tradicional não vai ter golpe” como um discurso repetitivo e presente a todos aqueles que tiveram seus mandatos analisados por impedimento. Em seguida, é posta uma informação importante marcado pelo uso de termo “detalhe” como uma característica particular da ação que transcorria, tal como se pode observar no termo em destaque. (48) O uso do termo militante tem uma relação direta com a atuação política da Dilma Rousseff no período da ditadura militar, 1964 quando ingressou na política operária (POLOP) que desdobrou-se posteriormente em dois grupos, no qual Dilma ficou com o segundo “Comando de Libertação Nacional” (COLINA). Ora, Dilma Rousseff nunca foi aceita e/ou enxergada como uma presidenta, mas uma militante. Deste modo, o seu mandato não é reconhecido.

Acusada de integrar o movimento de vanguarda armada revolucionária conhecido por VAR- PALMARES, a militante é presa em 1970 e punida pelo AI-5 por subversão, ficando retida no presídio Tiradentes, submetida a torturas. Em, 1973, retorna para concluir seu curso,

no entanto, é impedida pela universidade federal de Minas Gerais de retomar os estudos o que a levou a prestar vestibular na universidade federal do Rio Grande do Sul para economia, graduando-se em 1977.

Em 1978, com o interesse de cursar mestrado pela universidade estadual de campina, Dilma participa de um grupo com ex integrantes do movimento VAR-PALMARES e em 1979 filia-se no partido democrático trabalhista (PDT). Foi Secretária da Fazenda do Governo Municipal, durante os anos 1985 e 1988, em Porto Alegre, tendo atuado com presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, em 1990. Também tornou-se secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, em 1993 e secretária de Minas e Energia do governo daquele estado em 1999 a 2002. Somente no ano de 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), quando esse era presidido por Luís Inácio Lula da Silva. No período entre 2005 e 2010 acabou sendo a primeira mulher eleita para presidente, da história do Brasil. Em 2014, foi reeleita para o mandato de 2015/2018.

Deste modo, vale destacar a relação de conflito de relações de classe quando a reportagem se utiliza de um tom debochado ao referenciar a militância e causas políticas da presidente na expressão “militante travestida de presidente da república”. Novamente, a posição partidária é abordada no texto, conforme o destaque o exemplo (49) após desligar-se do vice, representante do PMDB, durante o impeachment, quando Michel Temer assumiu a presidência interinamente, a matéria apresenta um descaso com seu-aliado ao julgar que sua saída do governo foi “até melhor”, bem como uma intencionalidade de construção de um governo com apenas pessoas com que tenha uma aliança ideológica confiável e/ou igual.

Nos itens (48) e (49) é possível identificar nos discursos as motivações ideológicas de desqualificação da presidenta que revelam um posicionamento hegemônico pró-impeachment. Ademais, há posicionamentos em que é apresentada como uma articuladora política, disseminadora do ódio ao governo opositor. Esses discursos podem ser vistos num quadro que compreende as partes superiores das páginas 38 e 39.

Intitulado “A volta da tática do terror” o bloco textual traz uma imagem de Dilma, cabisbaixa, sentada em uma cadeira ladeada por outros dois assentos vazios, acompanhada pela legenda: “Cada vez mais só”, que notícia fracasso do evento promovido por ela referente ao programa social “Minha casa, Minha vida”. Nesse enunciado, a revista parece buscar o apontamento da solidão no evento, para indicar também o isolamento político.

Figura 11. Fonte: IstoÉ (2016)

Figura 12. Fonte: IstoÉ (2016)

(51) A VOLTA DA TÁTICA DO TERROR (p.38)

(52) Durante a campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff pagou para um de seus marqueteiros desenvolverem e disseminarem o nocivo “discurso do medo”.

(53) **Espalhou o pavor entre os brasileiros mais carentes dizendo que, se seus concorrentes Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (na época, no PSB) ganhassem a eleição, os programas sociais estariam em risco.** (p. 39, grifo do autor)

(54) **Hoje, cara a cara com o impeachment, ela coloca sua tropa de choque novamente para atemorizar a população** (p.39)

(55) **Disse a senadora Gleise Hoffman (PT-PR), na última segunda-feira: “Programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Fies e tantos outros que beneficiam os mais pobres correm sério risco de sofrer corte caso a presidente Dilma seja impedida de continuar seu governo”** (p.39, grifo do autor)

(56) Não bastasse a repetição da retórica cretina da campanha eleitoral, a presidente disse nos últimos dias que o que está se vendo o País é um verdadeiro “nazismo”, sem lembrar que o discurso do “nós contra eles” foi gestado e cultivado por sua equipe. (p.39, grifo do autor)

O seguinte enunciado (52) revela o caráter “maquiavélico” da presidenta em articular modos de convencimento para a importância da permanência de seu governo para a população, tendo em vista a promoção de políticas públicas. Para isso, segundo a materialidade, se utiliza de ataques e deslegitimação do grupo opositor, num ato praticado por ela desde o seu primeiro mandato, daí o discurso “a volta da tática do terror”. Podemos perceber em (53) também que a matéria reforça essa manipulação de sentidos. Essa articulação para se manter no poder mostra que a presidenta se utiliza de argumentos prejudiciais “nocivos” à população disseminar um discurso em sua saída representaria o fim de investimentos às classes marginalizada socialmente, como vemos nos textos destacados no item

É sabido que foram das classes marginalizadas que vieram a maioria dos votos para a presidenta e também que essas pessoas são assistidas por ela através da promoção de programas sociais, tal como mostra os enunciados em destaques no exemplo (54) Assim, para assegurar sua posição de poder nesse cenário, Dilma Rousseff estaria constituindo discursos de previsibilidade do fim dessas políticas públicas, caso um de seus opositores fossem eleitos, referenciando assim, o período eleitoral. (55)

A recorrência dessa tática de construção de sentidos por Dilma Rousseff é apresentada assim que foi deflagrado o seu impedimento. É possível demonstrarmos essa ideia pelo discurso destacado (54). Ao apresentar os aliados, faz-se entender a intencionalidade de Dilma controlar a população através da participação e apoios dos seus aliados, referenciados como “tropa de choque”, considerado um corpo policial em controlar e/ou dispersar multidões, neste caso, para atemorizar a população, ou seja, promover as incertezas e instabilidade de um outro governo para a sociedade brasileira.

A matéria ainda traz o posicionamento de um de seus aliados, a senadora Gleise Hoffman, quando reforçam a ideia de insegurança para a população carente, caso o impeachment se concretize, conforme o discurso destacado no item (56). A abordagem da incoerência tida por Dilma Rousseff, quando, segundo a materialidade, o “sem lembrar” estabelece uma ruptura de coerência de sentidos da presidenta. Ademais, nota-se o posicionamento ideológico pelo uso de “não bastasse a repetição da retórica cretina da

campanha eleitoral, ao referir às supostas construções discursivas de manipulação pela presidenta.

Uso do adjetivo “cretina” designa uma atitude idiota, tola. Nota-se também a hegemonia através da posição crítica em relação ao posicionamento da presidenta sobre a presença do nazismo, movimento político ditatorial e repressor, no Brasil, quando, em contrapartida, pelo discurso “sem lembrar que o discurso do “nós contra eles” foi gestado e cultivado por sua equipe”, nota-se uma contrapartida, em que Dilma é apresentada como culpada de toda conjuntura política instaurada no país.

Análise *corpus* revista Veja

Veiculada em edição Extra nº 2474,18 abril de 2016, na internet, publicado e distribuído o material na versão impressa no dia 20 do referido mês, em contexto da iminência do *impeachment* à presidenta Dilma Rousseff, a revista Veja dispõe de uma matéria relacionada à Marcela Temer, sua vida, atribuições e convívio com o marido Michel Temer, vice-presidente, filho (Michelzinho), além de pessoas próximas e familiares.

Na primeira página, situada na parte superior, há uma foto de Marcela Temer com postura e sorriso contidos, braços sobrepostos um ao outro e um traje clássico, vestido preto bordado com estampas florais, gola alta e manga curta, envolto em um tule, também preto, caído sobre ombro e braços. Portanto, percebe-se de antemão pela postura e vestimentas que Marcela apresenta uma feminilidade, recato. Ademais, percebe-se também um cuidado com a beleza dado o uso de maquiagem e da escolha da escolha da peça para vestir. Quanto ao espaço, verifica-se que é um ambiente iluminado e requintado.

Para a análise do *corpus*, o método que segue é o do modelo tridimensional do discurso de Norman Fairclough (2001) dispostas nas tradições analíticas: texto, prática discursiva e prática social. Na análise textual serão contemplados o controle interacional da estrutura, estratégias imagéticas contempladas na capa e matéria, a transitividade dos verbos, palavras e a disposição dos termos no texto. Vejamos a segunda página da matéria.

Figura 14. Fonte IstoÉ 2016

Para o teórico inglês, um texto pode ser analisado em quatro itens: **vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual**. Segundo Fairclough, o **vocabulário** compreende as palavras individualmente. Nas escolhas linguísticas do título da matéria, nota-se a presença dos adjetivos “BELA”, “RECATADA” e “DO LAR”, como qualificações imputadas à Marcela Temer e que são os valores tradicionais implicados às mulheres no século XIX quando estas ainda estavam restritas ao ambiente doméstico e cuidado com a beleza.

De acordo com o dicionário Aurélio (2000, p. 94) Bela significa “1. Que tem forma perfeita e proporções harmônicas, 2. Agradável aos sentidos, 3. Elevado; sublime. 4. Bom, generoso, 5. Aprazível; sereno, 6. Prospero, feliz.”, o termo recatada, tomado a partir do substantivo recato, significa “1. Cautela, resguardo; recolhimento. 2. Modéstia, simplicidade. 3. Vergonha, pudor” (p. 585), já o termo lar “1. A parte da cozinha onde se ascende o fogo. [...] 4. A família. 5. A pátria (p. 418) Pela construção textual, a escolha pela locução adjetiva “do lar” atribui à Marcela Temer um lugar socialmente destinado e ocupado por ela.

Em “A quase primeira-dama Marcela Temer [...]” nota-se pelo advérbio “quase”, significado pelo dicionário Aurélio (2000, p. 572) “1. Perto, aproximadamente, 2. Pouco menos.” Deste modo, tendo em vista andamento do processo de *impeachment* dado pela votação realizada no dia 17 de abril, a expressão “quase” vem para confirmar a saída de Dilma Rousseff, tomada do poder pelo seu vice Michel Temer, marido de Marcela, daí a evidência do seu posto de primeira dama.

No trecho “Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou — ainda quer ter uma menininha.” Em que tomando as palavras sobressalto, resignada, numa significação gramatical teremos, respectivamente, “1. Ato ou efeito de sobressaltar (se). 2. Movimento brusco, gerado por emoção repentina e violenta (AURELIO, p. 641), “1. Demitir-se de: renunciar. 2. Ter resignação. Assim, Marcela teria tido uma reação emocional de descontrole.

Mais adiante, no corpo textual, as expressões destacadas “Mar” e “Mir” entre aspas, são usados como referentes, respectivamente, à Marcela e Michel Temer, em tom familiar. Na segunda página, ainda sobre os termos em voga, aparece “A “MAR” DO “MI”. Aqui, os mesmos referentes são postos com valores semânticos de posse. Pela construção, Marcela seria tomada como algo pertencente e exclusivo “DO MI”, seu marido Michel Temer.

Também nota-se o jogo de sentidos dado em uma leitura rápida do termo “A ‘MAR’”, soando como o verbo **amar**, assim Marcela estaria ligada a uma relação afetiva de amor com seu marido. Abaixo, temos ainda a expressão “Marcela, mulher do vice, Michel Temer [...]”, na qual o termo Marcela ocupa função de adjunto adnominal, enquanto que “mulher do vice, Michel Temer”, funciona como predicativo do sujeito, uma vez que acresce uma informação sobre a categoria sujeito (Marcela), atribuindo a relação não só de laços matrimoniais, mas também de posse. Ainda sobre essa relação encontramos em “Michel Temer, seu marido há 13 anos [...]”, através do pronome possessivo seu.

A matéria mostra um “jogo eficiente” com as palavras, no trecho referenciando o filho do casal, a seguir “*Michelzinho*, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrisse seus incisivos centrais, é o único filho do casal [...] (grifos do autor)”, o termo em destaque itálico referência o grau sintético em que se encontra o substantivo próprio Michel, uma vez que se é acrescido o sufixo -inho. Ademais, ao mesmo nome do pai e filho denota uma prática social patriarcalista que visa a reprodução e continuidade do poder masculino.

Tal recurso também foi tomado na expressão “Menininha” que se encontra na décima segunda linha do segundo parágrafo. Trazendo um tom de familiaridade com a família do vice presidente. Ainda no que se refere ao jogo de sentidos utilizados no corpo da matéria,

destacamos também a expressão “Marcela é uma vice-primeira-dama-do-lar”, a partir do termo “vice” e “primeira”.

No quarto parágrafo da matéria destinada a Marcela, percebe-se o uso do adjetivo educada no seu grau superlativo absoluto sintético, isto é, pondo-a como “educadíssima”, dado pelo acréscimo do sufixo -íssima ao radical do adjetivo educada. O que concorre para valorizar a imagem da sua educação. O mesmo recurso acontece em “pouquíssimas”, encontrado no trecho “[...] ela apareceu em público pouquíssimas vezes.”

Considerando o uso dos verbos pelo viés gramatical, adotado por Norman Fairclough, podemos notar que estes se encontram em sua maioria no tempo presente do indicativo, como por exemplo, os verbos “aparece”, “gosta” e “sonha”, isto é, estes são verbos de estado que remetem a forma passiva com que Marcela atua. “[...] aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.”

Logo em seguida, temos “**MARCELA TEMER** é uma mulher de sorte (grifos do autor)” percebemos a presença do verbo de ligação é que indica uma ação presente de estado de Marcela, neste caso, de sorte. Bem como aparece no trecho “Michel Temer, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo [...] (grifo nosso).” O uso do verbo é também se faz presente na seguinte oração “Marcela é o braço digital do vice.” Neste caso, Marcela estaria auxiliando constantemente o marido no seu dia a dia, “Está constantemente nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente.”, assim o verbo “está” reafirma a ação diária praticada por Marcela.

O uso dos verbos no passado também podem ser constatado, como se pode observar nos seguintes excertos “Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho [...] (grifo nosso)”, “Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada (grifo nosso)”. O uso do verbo planejou no primeiro trecho indica uma ação que Marcela pretendia realizar, que era uma tarde inteira com seu marido e filho. Ou seja, ela é responsável por todo planejamento familiar. O segundo termo em destaque “frequentou”, reverbera a noção de mulher cuidadosa não só com a família, mas também com a beleza. Entendida a beleza como um mecanismo de controle social Wolf (1992, p.17) reitera que “o mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência”.

No que concerne, ao terceiro item da análise textual, temos a *coesão*, “[...] que trata da ligação entre orações e frases” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103). Referente aos discursos presentes na matéria “Bela, recatada e do Lar”, apresentam coesão. Vejamos:

1º Exemplo:

“[...] Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo [...] **Em ambos**, ficou em segundo lugar. (grifo nosso)”.

2º Exemplo:

“[...] o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. [...] **Lá**, protegido por quatro seguranças [...] (grifo nosso)”

Nos dois excertos, podemos destacar palavras que funcionam como referente, no primeiro caso, temos o numeral cardinal com função adjetiva “ambos” que retoma as profissões de recepcionista e miss, e no segundo excerto o advérbio “lá” que funciona como um elemento responsável pela continuidade textual, evitando também a repetição do local em que se encontravam Marcela e Michel Temer. Passando agora para a *Estrutura textual*, tomada por Fairclough, como sendo responsável por uma análise mais detalhada dos fatos. Como se faz presente nas construções abaixo.

1º Exemplo:

“A quase primeira-dama Marcela Temer, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.”

2º Exemplo:

“[...] o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindado nas paredes, no teto e no chão [...]”

3º Exemplo:

“Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante) [...]”

4º Exemplo:

“Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abraça seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores).”

5º Exemplo:

“Pedia luzes bem fininhas e era ‘educadíssima’”

6º Exemplo:

“Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer.”

7º Exemplo:

“Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomando um vinho, fumar um charuto e ‘mergulhar num outro mundo’ — o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular.”

Percebe-se nas ocorrências acima uma descrição exacerbada e repetitiva de termos secundários e adjetivos. Ora, qual a necessidade de expor termos destacados acima, uma vez que, se retirados não comprometem o sentido do enunciado. No primeiro excerto, qual seria a intencionalidade de destacar o gosto de Marcela em relação a roupa? Inferimos que a informação de que ela “gosta de vestidos na altura dos joelhos”, venha a reafirmar a imagem de mulher ‘recatada’. Percebemos também casos recorrentes, como, por exemplo, o fato de Michel Temer ser mais velho que Marcela, encontrado nos excertos (1), (2) e (3), respectivamente, “Marcela Temer, 43 anos mais jovem que o marido”, “o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32”, “Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer.”

O último trecho destacado “Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer.” diferentemente dos trechos (1) e (2), não explicita a idade do vice-presidente, mas a partir da construção feita pela expressão filha adolescente, podemos construir sentidos de que a Marcela realmente é mais nova que seu Marido. Observamos também o uso de repetições consideradas familiares, como acontece na descrição feita do filho do casal, “Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abriira seus incisivos centrais, no exemplo (4), ou da sogra do Michel, “Sacudida, loiríssima e de olhos azuis [...]”, no trecho (6), bem como de ações diárias de sua família, encontradas no excerto (7), vê-lo tomando um vinho, fumar um charuto e ‘mergulhar num outro mundo’— o

que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular.”

Esses discursos também podem ser tomados pelo viés do modelo tridimensional do discurso, de Norman Fairclough que compreende aos processo de produção, distribuição e consumo textual.

No que diz respeito ao processo de *produção*, cabe lembrar que a matéria foi veiculada em edição extra, 18 de abril, um dia após a votação na câmara dos deputados sobre a aprovação do processo de impeachment à presidente Dilma Rousseff, 17 de abril. Assim, são postos os seguintes questionamentos: Dado a prioridade da edição por abordados assuntos políticos na edição, por quais motivos, a presença de uma matéria, avulsa, sobre assuntos pessoais, privados, em “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’ referente à Marcela Temer, esposa do vice Michel Temer, presidente interino durante o processo do *impeachment* de Dilma Rousseff?

Ora, Marcela Temer é envolvida nesse cenário político como jovem, bela, recatada, do lar, a mulher ideal, segundo exposto no exemplar, enquanto que a presidenta Dilma Rousseff aparece na conjuntura política como uma mulher velha, descontrolada, despreparada e de aparência desgastada. Deste modo, observamos como a figura de Marcela Temer aparece para contrapor a de Dilma Rousseff ao apresentar um modelo estereotipada, ideal de mulher a ser seguido, conforme as predicções, adjetivos da matéria. Além disso, ao expor a vida privada com seu marido Michel Temer, é possível perceber a maneira com que o presidente interino é apresentado na matéria.

1º Exemplo:

“**MARCELA TEMER** é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que se encontra o país[...]” (p. 28, grifo do autor).

2º Exemplo:

“Michel Temer é um homem de sorte”. (p. 29)

De acordo com a materialidade (1), apesar da instabilidade política do Brasil, resultante do impeachment, Temer apresenta uma postura centrada, equilibrada, quando separa a vida privada, esposo, com a pública, de vice. Daí o destaque para “**MARCELA**

TEMER é uma mulher de sorte” (2016, p.28, grifo do autor), atribuindo uma noção valorosa da figura masculina de Temer, seu marido. Já no exemplo (2) podemos atribuir uma valorização da figura de Marcela em “Michel Temer é um homem de sorte”, dado pela enaltecimento de uma mulher centrada no recato, cuidado com a beleza, maternidade, feminilidade, ou seja, nos valores tradicionais. Porém, somente o nome de Marcela Temer é destacado em negrito na matéria, assim notamos a intencionalidade de enfatiza essa relação de sorte dado a ela em função do seu matrimônio com Michel Temer, tendo em vista que suas qualificações se sobreporiam as dela.

Vale nos lembrar que a matéria está veiculada na revista VEJA. Criada pelos empresários Roberto Civita e Mino Carta, em 1968, editora abril, o referido magazine é considerado o que detém a maior circulação no Brasil, com milhares de tiragens semanais.

Tratando de temas cotidianos da sociedade brasileira e mundial, tais como economia, política, saúde, religião, tecnologia, cultura e ecologia além de possuir seções fixas com a temáticas sobre literatura, cinema, variedades. “Veja é hoje a revista mais vendida e mais lida do Brasil, o único título semanal de comunicação no mundo a desfrutar de tal situação. Em outros países, revistas semanais de informação vendem bem, mas nenhuma é a mais vendida” (SCALZO, 2011, p. 31).

O segmento da revista tem características distintas ao jornal impresso diário. A periodicidade é a primeira a ser notada. Mensal, semanal ou até diário, os textos do magazine em questão são dinâmicos, atrativos, tendo em vista a competição com as outras editoras concorrentes, no que diz respeito a lucratividade, uma vez que ela programa marcas, produtos e serviços, assim, importa alcançar o maior número de leitores e, por conseguinte, consumidores.

No que tange ao posicionamento político da revista, esta adota uma posição de direita, contrária, conforme vemos abaixo.

O periódico é considerado por muitos como escudo neoliberal no Brasil, ao usar de uma linguagem mais dura quando o tema é política e economia. O quadro de jornalistas e colaboradores profissionais adotam uma postura mais conservadores e de direita, ao adotar durante as últimas décadas uma oposição ao governo petista entre os anos entre 2002 e 2016. Além disso, “nos apresenta um recorte de acontecimentos alçados à condição de acontecimentos jornalísticos pela revista, a partir de sua posição ideológica de imprensa de referência” (DELA-SILVA, 2014, p.138).

Deste modo, podemos entender que a referida matéria “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’” tem por objetivo enaltecer um ideal de mulher em Marcela Temer e valores tradicionais, tão postos em voga na justificação das votações favoráveis à admissibilidade do processo de Dilma Rousseff, os valores tradicionais, conservadores, tão preconizados pela direita, e, com isso, desqualificar a presidenta, apresentando o vice Michel Temer como uma aposta real, conforme vemos em “A quase primeira-dama Marcela Temer” em que o “quase” indica uma aproximação, certeza de que o vice assumirá definitivamente o posto presidencial.

Na *distribuição*, a semanal da Abril contempla um grande número de assinaturas e vendas, de acordo com os dados presentes no site da editora sobre a revista

São grandes os números que acompanham a marca. Em 2017, VEJA ultrapassou o marco de **1,2MM de exemplares** em circulação, sendo a maior entre as semanais de informação do Brasil e a segunda maior no mundo, alcançando toda semana mais de **6 milhões de leitores** no impresso e no digital. Além disso, são quase **16 milhões** de seguidores nas Redes Sociais e **25 milhões de usuários únicos** no portal VEJA.com. (PUBLIABRIL, 2015, grifo do autor)

Segundo o site da Abril, numa pesquisa realizada em 2016, a VEJA possui uma circulação líquida de 824.075, assinaturas: 782.609 e avulsas: 41.466. No que referencia ao *consumo* textual, cerca de 51% são homens e 49% mulheres, sendo que quase metade de seus leitores são da classe B, seguidas 36,6 % da classe C. A região sudeste é que ocupa a maior fatia em circulação. (PUBLIABRIL,2015).

Quanto a relação existente entre leitor x revista, estima-se que para cerca de 84% as informações veiculadas são relevantes, **79%** trata as informações com mais profundidade do que outro meio, segundo **67%** a VEJA é adotado como o meio mais confiável de todos e para **57%** a revista ajudar na formação de opinião sobre determinado assunto. Assim, pelo grande potencial dessa mídia corporativa, notamos o modo como esses assuntos são tratados pelo público.

De acordo com Fairclough, quando analisamos a categoria prática discursiva, devemos também considerar os itens força, coerência, intertextualidade e intertextualidade.

1º Exemplo:

“Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada” (p.29)

A oposição dos sentidos dos termos no primeiro exemplo são dados em função da conjunção adversativa “mas”. Ora, porque a oposição entre a beleza e o recato? Não se pode

ser bela e recatada ao mesmo tempo? Notamos, assim, que o recato é posto como uma forma de beleza, uma condição para esta. Então, a beleza, para além da estética, encontra sua plenitude no resguardo.

O último item adotado por Fairclough na prática discursiva é o de interdiscursividade e intertextualidade. Na matéria, encontramos algumas recorrências dessa relação dialógica entre textos.

1º Exemplo:

“Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora” (p. 29, grifo nosso)

2º Exemplo:

“Na opinião do cabelereiro, Marcela “tem tudo para ser a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso” (p.29, grifos do autor)

Athina Onassis é a única descendente do seu avó, Aristóteles Onassis, um magnata naval, multibilionário, dono de ilhas gregas e obras de artes. No entanto, Onassis, não foi criada na vida luxuosa, tem uma vida simples, como seus outros irmãos, mesmo assim, era vítima de várias tentativas de sequestros, assim, andava sempre com seguranças. Assim como Marcela tinha a paixão por modelar, Onassis tinha o de ser hipista, mas o destino das duas foram traçadas na adolescência, quando se casaram o seu primeiro namorado, com quem tiveram filhos.

Enquanto Marcela se casou com Michel Temer, Athina contraiu matrimônio Álvaro Afonso de Miranda Neto. Assim como Marcela, ela é jovem, branca e oriunda de classe alta. Já na comparação realizada no exemplo (2) com Grace Kelly era uma atriz norte-americana, considerada um ícone de beleza e que, semelhante de Marcela era casada com um homem de vida pública, o príncipe de Mônaco, Rainier III. Assim, podemos associar a essas duas mulheres um ideal de realeza dada pela classe social e princesa pela beleza. Como um conto de fadas em que a princesa encontra o seu amado, o príncipe, assim são elas.

Há discursos que se entrecruzam com as qualificações de Marcela conforme vemos no livro sagrado em provérbios. “10 Uma esposa exemplar; feliz quem a encontrar! É muito mais valiosa que os rubis/ 14 Como os navios mercantes, ela traz de longe as suas provisões. (Provérbios 31:10, 14)

Mais adiante na passagem (14) relacionamos com “Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a

temperatura ambiente” (p.29). Nesse sentido, Marcela seria comparada à um navio viajante que traz informações, notícias para o Marido, as provisões. É possível realizar algumas comparações algumas comparações com os enunciados presentes na matéria, vejamos a seguir no versículo (10) uma relação direta com “Michel Temer é um homem de sorte” (2016, p. 29, Segundo o texto sagrado, Marcela seria uma esposa de sorte e Michel Temer, um homem feliz, ademais, sortudo.

Partindo agora para a terceira dimensão de análise do discurso, prática social, que segundo Fairclough compreende a ideologia e a hegemonia. No que diz respeito a ideologia, o teórico inglês reitera ser “significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou a transformação das relações de dominação” (2001, p. 117)

Deste modo, o título “**BELA, RECATADA E ‘DO LAR’**” (2016, p. 28, grifo do autor) traz um discurso normatizante da figura feminina de uma mulher aos moldes do patriarcado. Uma mulher jovem, bela, classe alta, bem vista aos olhos do marido, recatada as questões de ordem social, não se envolve em assuntos políticos, econômicos, o seu único espaço é o lar. É válido destacar que esses discursos se contrapõem aos ideias feministas que pregam a igualdade de gêneros e autonomia das mulheres.

Podemos recorrer à noção de BELA, nos seguintes trechos.

1º Exemplo:

“Marcela comporta em seu *curriculum vitae* [...] dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar.” (p. 29, grifo do autor)

2º Exemplo:

“Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada.” (p. 29)

3º Exemplo:

“Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly” (p. 29)

4º Exemplo:

“Marcela sempre chamou atenção pela beleza [...]”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi.” (p. 29)

Podemos observar no item (1) a menção aos concursos de miss que são competições de beleza de mulheres . Todavia, esses tipos de eventos tem como cerne a reprodução de padrões

estéticos (corpo) e comportamentais. À elas, impõe-se que sejam magras, passivas, jovens, belas, amáveis, e brancas, em grande maioria. Assim, remete a um estereótipo de “mulher ideal” No exemplo (2) na busca pela juventude, boa aparência, nota-se que ela considera o cuidado com a beleza importante. Em (3) há uma comparação à ícone de beleza, a atriz e norte-americana Grace Kelly. No último item, a beleza é revelada como uma qualidade pertencente à Marcela desde cedo.

A ideologicidade desses discursos decorre da cristalização dos valores tradicionais, conservadores de condição feminina apresentados em Marcela nas práticas discursivas. Sobre tal pensamento, Fairclough (2001) reitera que as ideologias embutidas na ordem do discurso se tornam mais eficazes quando naturalizadas pelo senso comum. Deste modo, essa identidade pertencente a ela, é na verdade uma ideologia construída histórico e socialmente sobre um padrão feminino a ser adotado, sendo a beleza um dos requisitos essenciais à “mulher ideal” .

De acordo com Naomi Wolf (1992) o mito da beleza tornou-se uma arma política que determina não a aparência, mas o comportamento. Essa mistificação da beleza presente no ideário feminino impulsiona as mulheres na busca pela juventude através de tratamentos estéticos como se a beleza estivesse imbuída de um valor social.

Contudo, a natureza do mito é na verdade político quando tenta frear as mulheres dos seus avanços públicos e fortalecer a ideia do estereótipo da beleza o que gera padrões socialmente postos como determinantes e instáveis, objetivando uma unificação da identidade feminina ligada a práticas secundárias. Além disso, os produtos e cosméticos geram capital para as indústrias, assim, manter esse mito é conveniente tanto para a dominação masculina quanto para o capitalismo.

Para além da beleza do corpo, há também a comportamental, definida principalmente pelo recato, consideremos agora, os exemplos de recorrências dessa aspecto em Marcela Temer.

1º Exemplo:

“A quase primeira-dama [...] aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos [...]” (p. 29)

2º Exemplo:

“[...] era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro.” (p. 29)

3º Exemplo:

“Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes.” (p. 29)

4º Exemplo:

“Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi.” (p. 29)

5º Exemplo:

“Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros” (p. 29)

Apesar de ser casada com um homem público, o vice presidente Michel Temer, Marcela prefere estar resguardada ao âmbito privado, como vemos em (3). Ademais, os comportamentos apresentados por ela remontam à ideia de feminilidade tal como podemos observar na escolha pelas vestimentas longas, contidas e tons claros que remetem à serenidade, paz (1) e (5) Pelo adjetivo “educadíssima” em (2) nota-se uma exacerbação na noção de educação. A instrução, as normas de etiqueta são requisitos destinados para uma mulher recatada.

Já no exemplo (4) beleza e recato são postos paralelamente, uma vez que ser bela implica numa sexualidade, erotização do corpo feminino o que é inaceitável pela igreja católica que prega o conservadorismo e a negação ao profano. Deste modo, percebe-se que Marcela preza pelos preceitos religiosos quando prefere o recolhimento à exposição.

Como afirma Beauvoir (1979) “ser feminina é mostrar-se impotente, fútil, passiva, dócil” e ainda “a jovem deverá não somente enfeitar-se, arranjar-se, mas ainda reprimir sua espontaneidade e substituir a esta, a graça e o encanto. Toda afirmação de si mesma diminui sua feminilidade e suas probabilidades de sedução” (p. 73) Assim, percebe-se que os valores tidos por Marcela estão vinculadas a um ideário tradicional patriarcal.

Quanto ao termo “do lar”, evidenciamos os seguintes enunciados:

1º Exemplo:

“[...] sonha em ter mais um filho com o vice.” (p. 29)

2º Exemplo:

“Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)” (p. 29)

3º Exemplo:

“Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista [...]” (p. 29)

4º Exemplo:

“Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente.” (p. 29)

5º Exemplo:

“Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe.” (p. 29)

6º Exemplo:

“[...] Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos. (p. 29)

7º Exemplo:

“**COMO SERÁ**” (p. 28, grifo do autor)

Outrossim, é o lar o espaço social ocupado por Marcela. É nas atividades domésticas, complementares que sua atuação ocorre, fato presente em (2) (3). Votada à imanência, é no âmbito privado que encontra sua justificação. Esse ideário de felicidade se materializa no cuidado com a casa, marido e filhos. Além disso, a maternidade é tida como uma vocação, desejo para Marcela que, além de Michelzinho, sonha em ter mais um filho. (1)

Segundo Beauvoir (1979) “a mulher, em se casando, recebe como feudo uma parcela do mundo; garantias legais protegem-na contra os caprichos do homem; economicamente, ele é o chefe da comunidade; Ela toma-lhe o nome, associa-se a seu culto, integra-se em sua classe, em seu meio; pertence a seu meio, fica sendo sua “metade” (p. 169). Podemos observar tal prática ideológica quando Marcela contrai o sobrenome do Marido e o toma como seu, “Temer”, constituindo numa forma tradicional patriarcalista.

O casamento é um outro quesito considerado por ela na sua relação afetuosa com o vice (4), (5) e (6). Cabe notar que esses valores de “do lar”, maternidade e casamento são contemplados na sociedade tradicional em que a vida da mulher era baseada nesses três discursos. Vale lembrar que tais estereótipos são enfrentados pelas lutas feministas que contestam, não essas atitudes adotadas pelas mulheres, mas a “ditadura” da condição feminina, dada como algo imposto na sociedade.

Já no último, destacamos um enunciado situada na parte direita superior da imagem de Marcela Temer (7) dado momento do impeachment, conclui-se que essa afirmativa “como será” atesta a proximidade de Marcela ser primeira-dama, e seu esposo, assumir à presidência.

Tornando como um fato dado o impedimento do mandato de Dilma Rousseff. Logo, a construção ideológica dos discursos hegemônicos pela revista

Assim, ao entendermos hegemonia como sendo uma significação da Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Percebemos que a matéria destinada a Marcela Temer tenta naturalizar, por meio do discurso, a noção de uma “mulher ideal”, a mãe de família, que se resguarda dos “olhos do mundo”, realçando o instinto materno, de familiaridade, de modo que, qualquer outra forma de ser que não se encaixe nesses moldes conservadores seriam renegados socialmente. Além disso, também é traçado o perfil do seu marido, o vice presidente Michel Temer, o sucessor de Dilma Rousseff à presidência, caso o *impeachment* se concretizasse. Assim, notamos a forte presença das construções ideológicas hegemônicas em todos os excertos destacados na análise, vejamos agora as formas de representação entre elas no quadro 1

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS: DUAS MULHERES, DOIS DISCURSOS	
Dilma Rousseff	Marcela Temer
<i>Mulher/ Velha/ esfera pública</i>	<i>Mulher/Jovem/ esfera privada</i>
Histérica, destemperada, descontrolada “Incapaz de gerir o país”	Bela, recatada, do lar, passiva, feminina “Educadíssima, discreta” “Michel Temer é um homem de sorte”
Loucura, histeria	Feminilidade, maternidade

Quadro 1

Conforme o quadro acima, a similaridade existente entre elas é o fato de ambas serem mulheres. No entanto, é possível destacar em uma Dilma Rousseff, uma mulher velha, fora das ideias de beleza, atuante na esfera pública, apresentada na revista IstoÉ de forma desqualificada de loucura, histeria, descontrolada e incapaz de comandar o país dado as suas instabilidades emocionais.

Já no que referencia Marcela Temer, ela é jovem, está votada à esfera privada, no âmbito doméstico, representada na revista Veja como educadíssima, discreta, passiva que

evoca os ideias de maternidade e feminilidade exercendo um status social secundário por ser esposa do vice presidente Michel Temer

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das duas matérias, IstoÉ e Veja sobre, respectivamente, Dilma Rousseff e Marcela Temer nos possibilitou identificar, através de recursos linguísticos e sociais, que à presidenta é imputado um valor negativo de deslegitimação da capacidade de gerir o país dado pela sua incapacidade emocional, fato percebido pelas escolhas linguísticas adjetivas “fora de si” “destempero” “descontrolada” “incapaz de gerir o país”, além da comparação de loucura D. Maria I, atribuída à Dilma, de histeria. Todavia, é sabido que, na historiografia feminina, à medida que as mulheres abriam espaço na estrutura do poder, esta, por sua vez, investia em mecanismos de contenção, no caso da presidenta, por ser mulher e ocupar um cargo de poder e, principalmente, por ser a esfera pública um espaço ainda cristalizado como pertencente ao universo masculino.

Assim, ainda com o golpe em curso, dias antes da votação na câmara dos deputados, tendo em vista a intencionalidade de deposição, seria pertinente uma narrativa que desqualificasse a presidenta, tendo em vista que, além das questões de gênero, há também a de práticas hegemônicas no qual a magazine adota uma postura política contrária a de Dilma Rousseff.

Enquanto Dilma Rousseff ocupa uma posição social atuante na esfera pública, Marcela está circunscrita ao ambiente doméstico, conforme vemos na revista Veja. É possível perceber pelas escolhas linguísticas e sociais, a menção à valores tradicionais patriarcalistas em “Bela, recatada e do lar”. Tais práticas sociais impõe à mulher a preocupação com a beleza, passividade, restrição ao ambiente doméstico, além das noções de feminilidade, não como práticas livremente escolhidas, mas na construção da narrativa, estes valores se apresentam como intrínsecos e parte indispensável da condição feminina. Assim, a recorrência desses discursos, retoma os ideias de mulher do século XIX e constrói estereótipos de uma mulher ideal, excluindo assim, as outras escolhas, desconsiderando as outras identidades, a autonomia feminina.

Realizando um contraponto, “*dois pesos, duas medidas*: duas mulheres, dois discursos” percebe-se que, mesmo em se tratando de ambas serem mulheres, são encontrados algumas dissimilaridades de representação entre elas. Dilma é uma mulher velha que não

atende os padrões sociais de beleza, atuante na esfera pública e Marcela Temer é jovem, bela, passiva, mãe, restrita ao ambiente doméstico, logo, essas práticas sociais em que foram representadas nas matérias são postas de modo a consolidar um jeito feminino de ser e excluir estigmatizar outros, eternizando assim, a dominação masculina.

REFERÊNCIAS

ACHARD, G. **La femme a Rome**. Paris.PUF,1995.

AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** — Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais tipificação e Interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (Orgs.). Revisão técnica Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo** (vol I e II). São Paulo: Difusão Européia, s/d. 1967.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhlner. —11ed.—Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. **Nosso apoio as mulheres, prostitutas, feministas e transfeministas da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro**. Disponível em:<<http://blogueirasfeministas.com/tag/marcha-das-vadias/>> Acesso em: 01 Out. 2017.

CASAGRANDE, C. A mulher sob custódia. In: KLAPISH-ZUBER, C. (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: a Idade Média**. Tradução de Ana Losa Ramalho et al. Porto: Afrontamento, 1990. v. II. p. 99-141.

Cirne, Joana e Henriques, Marília (2012) - Viagem pela História 7. Areal Editores

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA, Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/Codigo-Deontologico.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2018

CHILDE, Gordon. v. **a evolução cultural do homem**. Rio de janeiro. Zahar, 1971.

FAIRCLOUGH, N. Teoria Social do Discurso. In:_____. **Discurso e Mudança Social**. Ed: Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minicurso da língua portuguesa**. 4. Ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Foucault, Michel, 1926-1984. 7.ed. tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. História da sexualidade. **A vontade de saber**. Rio de janeiro: Graal, 1979, p. 98.

Hipócrates apud JOAQUIM, Teresa. Menina e Moça. **A construção social da feminilidade**. Lisboa: Fim 8 de Século, 1997. p. 81.

HUNT, L. Revolução francesa e vida privada. In: ARIES, P.; DUBY, G. (Org.). **História da vida privada**. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

J.B.deG. **Anayde Beiriz**. Disponível em: <<https://asminanahistoria.wordpress.com/sobrenos/>> Acesso em: 03 set. 2017.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2000.

LINHARES, J. Bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, Edição especial, ano 49, p. 28-29, 20 abr 2016.

LIONS, Brigitte; MICHEL, Cécile. **As mulheres em suas famílias**: Mesopotâmia no 2º milênio a.C. Revista Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, p. 149-173.

LYZANDRA, S. “We Can Do It”: você conhece a origem de um dos grandes símbolos domovimentofeminista?.Disponívelem:<http://diariosdeumafeminista.blogspot.com/2015/11/we-can-do-it-voce-conhece-origem-de-um_22.html> Acesso em: 22 Out. 2017.

MARCHAS das VADIAS CWB. **Por que vadias?**. Disponível em:<<https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/>> Acesso em: 10 set. 2017.

MAIA, Maria Carolina. **Dilma Rousseff foi vítima de machismo, diz historiadora britânica em livro**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/dilma-rousseff-foi-vitima-de-machismo-diz-historiadora-britanica-em-livro/>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**: uma introdução/ Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli. - 1.ed.- São Paulo; Boitempo, 2014.

MOTA, F. F.; BIROLI, F. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. In: **Cadernos Pagu**. N. 43. Campinas, jul/dez.

OLIVEIRA, L. A.; CARVALHO, M. A. B. **Fairclough**. In: Estudos do Discurso: Perspectivas teóricas. (Org.). Luciano Amaral Oliveira. Ed. Parábola Editorial. São Paulo, 2013.

PARDELLAS, S.; BERGAMASCO, D. Uma presidente fora de si. **IstoÉ**, edição 2417, ano 39, p. 32-39,06 abr. 2016.

PLATÃO. **Diálogos**: Timeu, Critias, o Segundo Alcebiades, Hípias Menor. Belém: UPPA.GEU, 1986, p. 7 154.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**/ Michelle Perrot; [tradução Ângela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.

SAGRADA, **Bíblia**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri. SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: _____. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2. Porto Alegre, jul-dez. 1990, p. 5- 22.

SILVA, M. V. da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

THAIS, B.; STEPHANIE, R. **We Can Do It**: as mulheres na força de trabalho. Disponível em:<<http://www.revistacapitolina.com.br/we-can-do-it-mulheres-na-forca-detrabalho/>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. – (Coleção tudo é história, 145)

TORY, O. **Mãe da Revolução Sexual, a pílula anticoncepcional surgiu do desejo de dar mais liberdade às mulheres**. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-nascimento-da-pilula>> Acesso em: 03 Set. 2017

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia de linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grilo e Ekatarina Vólkova. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

WOLF, N. **O mito da beleza**. Ed: Rocco. 1 ed. 1ª edição, Rio de Janeiro, 1992.

ANEXO

*As

páginas anexadas acima correspondem à matéria sobre a presidenta Dilma Rousseff, presente na revista IstoÉ em 06 de abril de 2016.

*As duas últimas páginas acima correspondem à matéria sobre Marcela Temer, presente na revista Veja, 20 de abril de 2016.